

Saimon Lima de Britto
Organizador



GEOGRAFIA TOCANTINENSE

Urbanização, Território, Região
e Dinâmicas Sociais



**GEOGRAFIA TOCANTINENSE:
URBANIZAÇÃO, TERRITÓRIO, REGIÃO E
DINÂMICAS SOCIAIS**

Saimon Lima de Britto
(Organizador)

GEOGRAFIA TOCANTINENSE: URBANIZAÇÃO, TERRITÓRIO, REGIÃO E DINÂMICAS SOCIAIS

Edição 1

Belém-PA



2021

Copyright © 2021 da edição brasileira
by RFB Editora

Copyright © 2021 do texto
by Autores

Todos os direitos reservados



Todo o conteúdo apresentado neste livro, inclusive correção ortográfica e gramatical, é de responsabilidade do(s) autor(es).

Obra sob o selo *Creative Commons*-Atribuição 4.0 Internacional. Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original.

Conselho Editorial:

Prof. Dr. Ednilson Sergio Ramalho de Souza - UFOPA (Editor-Chefe)

Prof.^a Dr.^a. Roberta Modesto Braga - UFPA

Prof. Dr. Laecio Nobre de Macedo - UFMA

Prof. Dr. Rodolfo Maduro Almeida - UFOPA

Prof.^a Dr.^a. Ana Angelica Mathias Macedo - IFMA

Prof. Me. Francisco Robson Alves da Silva - IFPA

Prof.^a Dr.^a. Elizabeth Gomes Souza - UFPA

Prof.^a Dra. Neuma Teixeira dos Santos - UFRA

Prof.^a Me. Antônia Edna Silva dos Santos - UEPA

Prof. Dr. Carlos Erick Brito de Sousa - UFMA

Prof. Dr. Orlando José de Almeida Filho - UFSJ

Prof.^a Dr.^a. Isabella Macário Ferro Cavalcanti - UFPE

Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares - UFPI

Prof.^a Dr.^a. Welma Emidio da Silva - FIS

Diagramação:

Danilo Wothon Pereira da Silva

Correção ortográfica da apresentação:

Willian Lima Canedo.

Design da Capa: Saimon Lima de Britto

Imagens da Capa:

Igreja: Saimon Lima de Britto

Estrada: Saimon Lima de Britto

Ipê Amarelo: Saimon Lima de Britto

Ilha da Santa: Saimon Lima de Britto

Coco Babaçu: Tobasa

Quebradeiras de Coco: Carolina Motoki

Trabalhador Canavial: SINAIT / Reprodução

Tocantinópolis – TO: g1.com / Reprodução

Araguaína – TO: Instagram Prefeitura de Araguaína.

Revisão de texto:

Os autores

Bibliotecária:

Janaina Karina Alves Trigo Ramos

Assistente editorial:

Manoel Souza



Home Page: www.rfbeditora.com

E-mail: adm@rfbeditora.com

WhatsApp: 91 98885-7730

CNPJ: 39.242.488/0001-07

R. dos Mundurucus, 3100, 66040-033, Belém-PA

<https://doi.org/10.46898/rfb.9786558891284>

Catálogo na publicação
Elaborada por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

G345

Geografia tocantinense: urbanização, território, região e dinâmicas sociais / Saimon Lima de Britto (Organizador) – Belém: RFB, 2021.

Livro em PDF

168 p., il.

ISBN 978-65-5889-128-4

DOI 10.46898/rfb.9786558891284

1. Tocantins - Geografia. 2. Urbanização. I. Britto, Saimon Lima de (Organizador).
II. Título.

CDD 918.117

Índice para catálogo sistemático

I. Tocantins - Geografia

Nossa missão é a difusão do conhecimento gerado no âmbito acadêmico por meio da organização e da publicação de livros científicos de fácil acesso, de baixo custo financeiro e de alta qualidade!

Nossa inspiração é acreditar que a ampla divulgação do conhecimento científico pode mudar para melhor o mundo em que vivemos!

Equipe RFB Editora

AGRADECIMENTOS

As autoras e os autores pela importantíssima contribuição científica para esse livro

A todas as e todos os tocantinenses que fazem diariamente um Tocantins cada dia melhor



EPÍGRAFE

“O último capitalista que pendurarmos será aquele que nos vendeu a corda.”

(Karl Marx)



SUMÁRIO

PREFÁCIO.....	9
APRESENTAÇÃO	11
CAPÍTULO 1	
AGRICULTURA 4.0, REPRIMARIZAÇÃO E SUAS CONSEQUÊNCIAS DESTRUTIVAS PARA A NATUREZA, OS TERRITÓRIOS E MUNDOS DO TRABALHO	13
Fabiana Scoleso DOI: 10.46898/rfb.9786558891284.1	
CAPÍTULO 2	
A CIDADE DE TOCANTINÓPOLIS E SUA INFLUÊNCIA SOCIOECONÔMICA COMO REGIONAL ADMINISTRATIVA DO ESTADO DO TOCANTINS	29
Saimon Lima de Britto Aires José Pereira DOI: 10.46898/rfb.9786558891284.2	
CAPÍTULO 3	
A CONSTRUÇÃO DA RODOVIA BELÉM BRASÍLIA NA FRONTEIRA: IMPLICAÇÕES NO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DA CIDADE DE ARAGUAÍNA-TO	47
Roberto de Souza Santos DOI: 10.46898/rfb.9786558891284.3	
CAPÍTULO 4	
A MULHER ESCRAVA E O TERRITÓRIO QUILOMBOLA NA COMUNIDADE “MALHADINHA” NO MUNICÍPIO DE BREJINHO DE NAZARÉ - TO	61
Jovina dos Reis Neto Elizeu Ribeiro Lira DOI: 10.46898/rfb.9786558891284.4	
CAPÍTULO 5	
O TURISMO DE SOL E PRAIA NO MUNICÍPIO DE TOCANTINÓPOLIS NO ESTADO DO TOCANTINS	75
Saimon Lima De Britto Katiane Da Silva Santos DOI: 10.46898/rfb.9786558891284.5	
CAPÍTULO 6	
O TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO NO NORTE DO ESTADO DO TOCANTINS: A INVISIBILIDADE DE UM NOVO TEMPO	85
Rodrigo Dias Delmondes Alberto Pereira Lopes DOI: 10.46898/rfb.9786558891284.6	
CAPÍTULO 7	
CRESCIMENTO DESORDENADO DE ARAGUAÍNA-TO E SEUS DESDOBRAMENTOS	97
Sani Lúcia S. Silva	

Aires José Pereira
DOI: 10.46898/rfb.9786558891284.7

CAPÍTULO 8

A TERRITORIALIZAÇÃO DOS RAIZEIROS ENQUANTO CULTURA POPULAR NO MERCADO MUNICIPAL DE ARAGUAÍNA-TO 109

João Carlos Santiago Nery
Marivaldo Cavalcante da Silva
DOI: 10.46898/rfb.9786558891284.8

CAPÍTULO 9

A PESCA PREDATÓRIA NO PERÍODO DE PIRACEMA NO RIO TOCANTINS ENTRE OS MUNICÍPIOS DE AGUIARNÓPOLIS E TOCANTINÓPOLIS NA REGIÃO DO BICO DO PAPAGAIO TOCANTINS 121

Saimon Lima de Britto
Marivaldo Cavalcante Da Silva
DOI: 10.46898/rfb.9786558891284.9

CAPÍTULO 10

PAISAGEM E POTENCIAL TURÍSTICO: UM ESTUDO SOBRE O CRISTO REDENTOR E O PARQUE DAS ÁGUAS EM ARAGUAÍNA - TO 129

Tiara Lima da Silva
Aires José Pereira
DOI: 10.46898/rfb.9786558891284.10

CAPÍTULO 11

AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL DO NORTE DO ESTADO DO TOCANTINS E SUA IMPORTÂNCIA PARA A BIODIVERSIDADE DA REGIÃO 143

Saimon Lima de Britto
DOI: 10.46898/rfb.9786558891284.11

ÍNDICE REMISSIVO..... 161

SOBRE O ORGANIZADOR..... 162

SOBRE OS AUTORES 163

PREFÁCIO

Quero aqui expressar da minha dificuldade de prefaciar uma obra literária, talvez me sentisse mais confortado em comentar sobre um disco uma música ou coisa assim, e ainda mais quando se trata de uma coletânea de autores com diversas abordagens, embora no caso, a temática central do livro abrange com eficiência e por inteiro todos os temas da geografia aqui proposto. Aceitei esse desafio inicialmente com preocupação, mas após a leitura dos capítulos fui me familiarizando com as abordagens tratada em cada um deles, e resolvi escrever esse singelo prefácio, onde procurei sinalizar aos leitores a importância dos temas apresentados por cada autor em cada capítulo e no conjunto da obra como todo. Então precisei chamar aqui, nessa noite estrelada do mês de julho início do período em que comumente chamamos, aqui no cerrado, de verão Amazônico. Dessa forma tive que chamar novamente, como costume fazer nas minhas reflexões literárias sobre livros de geografia, dois importantes poetas do cerrado tocantino para me ajudar, nessa mistura quase inexplicável, para o senso comum, mas muito significativa para geografia, mistura de poesia regionalista com uma geografia Marxiana / Miltoniana bem como em síntese uma geografia Ariovaldiana, isso no que diz respeito ao tratamento com as palavras e com os entendimentos sobre a ciência, duas observações importantes para entender de que se trata o livro: *“GEOGRAFIA TOCANTINENSE: Urbanização, Território, Região e Dinâmicas Sociais”* o qual apresenta não só o modo de vida das pessoas que vivem e sobrevivem nas cidades das regiões do estado do Tocantins, mas também denuncia os impactos que os grandes projetos agro-industriais vêm causando a essa população. Nesse momento tive a nítida impressão que os meus amigos poetas ouviram o meu chamamento quando escreveram os poemas os quais eu os fragmentei sem pedir licença:

“A cidade ferida
Ouve na sombra
O surdo labor da semente
Largada ao chão (...)
A luz da candeia
Receba em luto
Notícias de lutas:
Homens fatigados
Se batem na planície-cerrado
Homens endurecidos.”
(Tierra, 1990)

“Com o sol na altura da cerca
Deixei o cheiro de estrume
Para sitiar meu destino
Onde deus quiser
Vi que onde tem campina, tem galope
Onde tem vida tem um golpe.
Em noite de vaga-lume
Tracei meu itinerário
Rumo à estrela maior
Onde termina a madrugada”.
(Pedreira, 2005)

Esses fragmentos de poesia de Pedro Tierra e Célio Pedreira retratam a dureza da vida no cerrado, um lugar de lutas históricas e conflitos atuais, no passado a ameaça era os jagunços, cangaceiros e revoltosos, por traz de um coronelismo/latifundiário disfarçado de políticas regionais. Hoje as ameaças são outras, o agro-negócio destrói velozmente o cerrado tendo por traz o capitalismo financeiro, internacional, capitaneado por uma política neo-coronelista, “neo-latifundista disfarçada em políticas, desenvolvimentista, regionais, financiada como uma espécie de bula de remédio para resolver o problema da desigualdade regional, aplicadas, sem exceção, por todos governos brasileiros, do período pós-ditadura militar.

Assim, todas os temas geográficos em cada capítulo deste livro, trata da experiência pesquisadas e vivida por seus autores com os povos do Tocantins, sejam elas com as comunidades indígenas, com as comunidades quilombolas, com os camponeses e/ou com as cidades e seus cotidianos urbanos. Tudo isso contextualizado em abordagens geo-territoriais que não perderam de vista as políticas desenvolvimentistas representadas desencadeadas pelo agronegócio; pela urbanização; pelo desequilíbrio regional e pelas desigualdades sociais. Essas são vistas a olho nu desde as margens do Araguaia às ribeiras do Tocantins até as bordas do Jalapão.

Portanto quero pedir licença aos meus companheiros de livro e em especial seu coordenador, não fugindo da responsabilidade, mas pelo imenso respeito que os dedico, de não me adentrar aos capítulos do livro esmiuçando-os. Pelo motivo de ser também um dos autores, e justificando neste singelo prefácio, quero deixar essa curiosa e apaixonante tarefa para os leitores, que tenho certeza serão muitos.

Prof. Dr. Elizeu Lira

Porto Nacional – TO, junho de 2021.

APRESENTAÇÃO

O presente livro vem com a proposta de expor os mais diversos processos de urbanização, territorialização, regionalização e as dinâmicas sociais que se desenrolam ou desenvolvem em território tocantinense. A referida coletânea de artigos contou com a contribuição científica de treze autoras e autores, resultando em onze capítulos que retratam um Tocantins pouco visto e pouco falado nos noticiários e nas agendas políticas. O livro teve, em suas contribuições, uma análise majoritariamente voltada para a região norte do estado do Tocantins, sem deixar de lado os processos e as dinâmicas que ocorrem em todo o estado. A obra traz, ainda, questões que devem ser profundamente debatidas no intuito das resoluções de seus problemas: são dilemas econômicos e sociais que atingem diretamente o povo tocantinense, com destaque para o trabalho escravo que, até os dias atuais, é bastante presente em nosso estado; este mesmo trabalho está intimamente ligado com o avanço do agro-negócio para a nova (ou a última) fronteira agrícola. Desdobramentos urbanos e dinâmicas sociais relacionadas às cidades e municípios tocantinenses são abordados ao longo do livro com o propósito de alimentar o referencial teórico sobre as mais variadas temáticas geográficas locais e regionais, atreladas tanto à economia quanto ao meio ambiente. Essa coletânea tem, por fim, o objetivo de levar aos estudantes de diversos níveis, e demais interessados, conhecimentos e informações importantíssimas para que se busque fazer um Tocantins cada vez melhor. Boa leitura.

Me. Saimon Lima de Britto

Araguaína – TO, setembro de 2021.



CAPÍTULO 1

AGRICULTURA 4.0, REPRIMARIZAÇÃO E SUAS CONSEQUÊNCIAS DESTRUTIVAS PARA A NATUREZA, OS TERRITÓRIOS E MUNDOS DO TRABALHO¹

Fabiana Scoleso²

DOI: 10.46898/rfb.9786558891284.1

¹ Texto parcialmente publicado em entrevista ao Unisinos. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/608091-agricultura-4-0-o-dilema-dos-avancos-tecnologicos-no-campo-e-a-volta-ao-mapa-da-fome-entrevista-especial-com-fabiana-scoleso>

² Pós-doutoranda em Sociologia do Trabalho pelo IFCH-UNICAMP. Professora do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal do Tocantins (UFT). E-mail: fscoleso@uft.edu.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3519-4592>

1 INTRODUÇÃO

Embora as questões de que trata este texto comuniquem os avanços da tecnologia na agricultura disposto no seu atual modo de produção, especificamente na organização das relações de trabalho (gênero, raça, etnia e geração) e nos modos de operação da expansão capitalista que aponta impactos nos demais elos da cadeia de valor do agronegócio e seus impactos sobre a natureza, os territórios e os mundo do trabalho no século XXI, é imprescindível dizer que este e os demais estudos que temos realizado sobre este complexo temático estão circunscritos na teoria da interação metabólica da natureza conduzidas pelas relações de produção capitalista. Esse metabolismo (*Stoffwechsel*) apontado por Karl Marx no terceiro livro de “O Capital” e atualizado por Istvan Mészáros quando trata das questões sociometabólicas do capital em seu livro “Para além do capital”, deixam evidentes a necessidade de se compreender o caráter histórico e social da reprodução humana e da lógica sistêmica do capitalismo indicando que estas relações humanas se objetivam como síntese de múltiplas determinações. A categoria trabalho é expressão de algo que vai além da questão econômica como já apontava Engels em seu brilhante texto sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem¹, demonstrando em primeira instância que é um processo entre homem e natureza, por sua própria ação, que media, regula e controla o metabolismo da natureza, como também afirmou Marx em seu primeiro livro de O capital². O trabalho é, portanto, atividade vital que no sistema do capital se transforma em processo contraditório, alienante e estranhado presente nas condições historicamente determinadas da divisão do trabalho e nas mudanças sistematicamente ocorridas nos modos de produção que atingiram os trabalhadores, na sua materialidade, subjetividade e formas de ser de forma prejudicial, nocivo, estranho ao homem e a natureza e a consciência e a vida. São estas as questões postas e agudizantes dos tempos atuais em que a Agricultura 4.0 é a conjugação de novas tecnologias, novas formas de gerenciar a produção, a circulação e a distribuição (exportação) somadas a um ativismo do estado que flexibiliza e reformas leis para constituir o aparato jurídico da sua expansão. Desta forma simbiótica, seus impactos reverberam no colapso ambiental, nas expulsões territoriais de todo tipo e na organização do trabalho. A terceirização, a informalidade e a flexibilidade são partes inseparáveis da programática expansionista das grandes corporações globais³.

Os mais recentes efeitos da monocultura extensiva não são apenas evidentes. Estão materializados na ação indiscriminada sobre a natureza, seu avanço sobre

1 ENGELS, Friedrich. A dialética da natureza. 6 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

2 MARX, Karl. O capital – Vol.1. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

3 ANTUNES, Ricardo (org). Uberização, trabalho digital e indústria 4.0. São Paulo: Boitempo, 2020.

territórios indígenas e quilombolas e nas suas formas de subversão e subordinação, assim como quando falamos dos recentes problemas em torno da soberania alimentar e nutricional. Ficam também marcadas na organização sócio-técnica-sexual-racial e geracional do trabalho quando a agricultura continua sendo o setor que mais emprega trabalho informal e precarizado, ainda que a alta tecnologia nela empregada também crie trabalhos altamente qualificados. Sob a égide da inovação e do desenvolvimento e do corolário neoliberal que serve a este modo de produção capitalista, o que temos observado é a classe-que-vive-do-trabalho⁴ em seu processo mais implacável da subsunção da sua condição humana ao capital.

Apontar a reconfiguração neoliberal na sua vertente neoextrativista e transnacional no atual contexto do agronegócio instituído no Brasil é compreender o novo dinamismo e ativismo do Estado e do seu papel em romper as fronteiras para a expansão do capitalismo e da sua nova acumulação. As corporações transnacionais exercem cada vez mais o domínio sobre os variados elos que compõem a cadeia de valor do agronegócio projetando seu arbítrio direto e indireto sobre a natureza, os territórios e os mundos do trabalho. Não são poucos os leilões de privatizações, realizados e ou em curso, que se incorporam às cadeias produtivas agora sob o controle da classe capitalista transnacional⁵. A nova fase da mundialização do capital no século XXI amplificou o seu metabolismo social produzindo contradições que ameaçam constantemente qualquer parâmetro de proteção ambiental e social,

Compreensivelmente, a atual crise estrutural do capital afeta em profundidade todas as instituições do Estado e os métodos organizacionais correspondentes. Junto com esta crise vem a crise política geral, sob todos os seus aspectos, e não somente sob os diretamente preocupados com a legitimação ideológica e qualquer sistema em particular do Estado. Em sua modalidade histórica específica, o Estado moderno passa a existir, acima de tudo, para poder exercer controle abrangente sobre as forças centrífugas insubmissas que emanam de unidades produtivas isoladas do capital, um sistema reprodutivo social antagonicamente estruturado. (...) O Estado moderno constitui a única estrutura corretiva compatível com os parâmetros estruturais do capital como modo de controle sociometabólico. Sua função é retificar – deve-se enfatizar mais uma vez: apenas até onde a necessária ação corretiva puder se ajustar aos últimos limites sociometabólicos do capital – a falta de unidade (entre a produção e seu controle, a produção e o consumo e a produção e a circulação)⁶. (MÉSZÁROS, 2006, pp. 106-7).

A forma política estatal na era neoliberal é fundamental na reprodução da sociabilidade do capitalismo, mas é o próprio capital o indutor do “desenvolvimento”, cujo conjunto de suas relações reproduzem suas raízes históricas, suas atualizadas capacidades e consequências conflitivas porque o sistema do capital é controlador,

4 Expressão utilizada por Ricardo Antunes que atribui vigência teórica contemporânea à explicação está particularmente presente em sua obra ANTUNES, Ricardo, *Os sentidos do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2000.

5 ROBINSON, William. Trumpismo, fascismo do século XXI e ditadura da classe capitalista transnacional: a emergente classe capitalista transnacional lançou-se na globalização capitalista para libertar-se das reservas e limites do Estado-nação. *Revista Movimento*, 12 novembro de 2018. Para mais ver: <https://movimentorevista.com.br/2018/11/trumpismo-fascismo-do-seculo-xxi-e-ditadura-da-classe-capitalista-transnacional/>

6 MÉSZÁROS, István. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2006. pp. 106-7.

destrutivo e essencialmente antagônico. Seu diagrama representa uma configuração avançada da acumulação por meio de renovadas formas de subordinação. A inserção da América Latina no mercado global é possível quando incorporam um conjunto combinado de estratégias e regras econômicas que redimensionam hierarquias geopolíticas no processo de “cooperação internacional” e integram subordinadamente esta “zona especial” aos seus interesses econômicos.

As políticas transnacionais, seu modo de produção e organização representam mais um elo determinante para a subordinação das forças sociais que vivem-do-trabalho, assim como da espoliação de comunidades tradicionais e de seus territórios de efetivação como forma de consumir sua reprodução ampliada. Não existe neste sistema qualquer possibilidade de coexistência harmoniosa e qualquer consenso é pura ficção: apenas interesses antagônicos e, conseqüentemente, conflitos. Permanece nele a lógica da racionalização do capital e sua impressão de coesão e unidade (como bem pontuou Mészáros) e do “desenvolvimento” como saídas para as sucessivas crises do capital, escondendo sobre sua aparência os escombros das iniquidades por ela produzidas. Não podemos também esquecer de que a acumulação se dá na forma de como a classe capitalista transnacional subordina médios e pequenos produtores através de fusões e aquisições, arrendamentos e cooperativas. Na aparência essas empresas e suas formas organizativas estão situadas em um determinado grau hierárquico onde as grandes corporações transnacionais exercem seu poder de controle. Exemplos disso no ramo do Agro estão corporações como Cargill, ADM, Bunge, Louis Dreifus, Bayer que atuam de forma decisiva na Cadeia Global de Valor (CGV) do agronegócio nos insumos, na produção, armazenagem, processamento, extração, distribuição, pesquisa e desenvolvimento e nas negociações internacionais.

É preciso também falar de geopolítica e de como a Amazônia Legal têm sido palco de uma constante recomposição de forças econômicas em torno da agricultura, do extrativismo e da expansão das fronteiras de produção de commodities, especialmente a soja tanto no bioma pantanal como no cerrado. Essa espacialização da agricultura e do neoextrativismo também indicam como os capitais têm se articulado no que se refere à logística e ao controle de mais este importante elo da cadeia de valor do agro.

Neste sentido que a compreensão da dinâmica econômica brasileira, hoje com uma tendência acelerada de reprimarização da pauta exportadora e com forte presença dos capitais transnacionais na composição da cadeia de valor do agronegócio, e o Estado como avalista e garantidor da performance da Agricultura 4.0, tornam

esse estudo complexo e fundamental. Elementos que convergem e representam uma latente modificação no regime de acumulação global contemporâneo. Os renovados modos de produção e acumulação pluralizaram temas como a exploração e a opressão na medida em que o Estado assumiu as prerrogativas das reformas e do seu profundo processo de aniquilação de direitos colaborando, definitivamente, para uma morfologia laboral que tona o trabalho informal e precarizado aspectos dissimulados da subordinação estrutural do trabalho ao capital.

2 AGRICULTURA 4.0 E SUA DINÂMICA E A REVOLUÇÃO TECNOLÓGICA NO CAMPO

Na Agricultura 4.0 assim como na Indústria 4.0, há uma nova engenharia de produção que não se limita ao território ou ao espaço fabril. Ela é composta de uma série de elos, conexões e componentes político-econômico-jurídicos muito embora sua base esteja consolidada na intensificação dos processos produtivos automatizados/tecnologizado e nas mudanças contínuas na cadeia geradora de valor e logística. É na política, nas reformas e na flexibilização das leis que estão dadas a capacidade de ampliação extra de acumulação pelo caráter avalista do estado neoliberal na mediação das regras do jogo econômico e financeiro. A ciberagricultura do século XXI (ou e-agriculture) está submetida à mesma lógica que ampliou o uso do trabalho morto por meio do maquinário digital substituindo atividades de análise de solo, plantio e colheita por ferramentas automatizadas, robotizadas, supervisionadas e controladas remotamente com uso de drones e smart rovers (veículos não tripulados que coletam imagens das lavouras, analisa e faz a predição das ações que o agricultor deve tomar em sua cultura).

Não à toa tem ficado cada vez mais evidente a alteração significativa da atividade laboral na agricultura. É importante ressaltar que a maior parte destes componentes estão presentes nas grandes empresas transnacionais espalhadas pelo território nacional e que de certa forma controlam importantes elos do setor. Os médios e pequenos agricultores nem sempre têm todas essas tecnologias à sua disposição. Estamos falando de empresas que não apenas produzem no campo como também mantêm importantes complexos agroindustriais formados por usinas de biodiesel e laboratórios e que também investem em terminais portuários. Ou seja, quando falamos em Agricultura 4.0 estamos tratando de uma cadeia de produção de valor bastante ampla e complexa.

No que diz respeito às relações de trabalho a agricultura, com seus avanços tecnológicos, também tem prescindido do trabalho vivo, ainda que em tantos outros elos e pela via da precarização, ainda exista uma força de trabalho ativa. Não

há como negar que a morfologia e a composição laboral se alteraram: um setor que demanda força de trabalho qualificada, que também se vale de outras modalidades de contratação, onde cresce exponencialmente a terceirização/prestação de serviços pelas chamadas AgroTechs e que também se vale de uma quantidade significativa de trabalho informal (de acordo com dados do IBGE compilados pela McKinsey em 2018, o número chega a cerca de 77% de informalidade no campo⁷. “Como a alta informalidade no Brasil freia a produtividade das empresas”. Revista Exame, 30/09/2019).

A agricultura que está no marco das mudanças tecnológicas e de gestão e que impõe uma reestruturação produtiva permanente. A cadeia de valor do Agro e todos os elementos a ela vinculados como a nano e biotecnologias (ramo das sementes transgênicas), inclusive as Agtechs, Fintechs e Logtechs, formam esse complexo universo que otimiza a produção agrícola em todas as suas etapas e que tem seus processos e decisões orientados a partir de dados climáticos, condições do solo, características da lavoura, entre outros. Por isso os processos automatizados estão vinculados ao conceito de Internet das Coisas (IoT – Internet of Things) que tem quatro pilares: 1) a gestão de dados; 2) produção utilizando novas ferramentas e técnicas; 3) sustentabilidade; 4) profissionalização. Tudo isso para reduzir perdas, aumentar a produtividade e garantir também a redução de custos. Sem contar com os sistemas informativos computadorizados como a GIS (Geographic Transformation System) que permite análise de temperatura, umidade e outros fatores climáticos como um grande sistema de controle das plantações e que podem ser administrados remotamente. São inúmeros os aspectos que definitivamente não conseguirei expor aqui, mas acredito que os exemplos dados acima já demonstram muito da capacidade, do modelo produtivo do qual estamos falando e também sobre os impactos que pode gerar nas diversas dimensões da vida, especialmente sobre a natureza, os territórios e os mundos do trabalho.

Em se tratando de acesso às tecnologias são especialmente as grandes corporações que conseguem acessar os recursos em um volume maior. Suas condições econômicas, seus constantes investimentos no desenvolvimento de novas tecnologias, em ciência, evidentemente permitem que estes tenham mais acesso e condições de implementação. Não à toa são as grandes corporações historicamente conhecidas que continuam dominando e controlando globalmente setores como produção de sementes, fertilizantes e outros. Aos pequenos e médios produtores ruais estão disponíveis os financiamentos e linhas de crédito oferecidos pelo BNDES, o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte, o Desenvolvimento da Amazônia (FNO),

⁷ Como a alta informalidade no Brasil freia a produtividade das empresas. Revista Exame, 30/09/2019. Para mais ver <https://exame.com/negocios/como-a-alta-informalidade-no-brasil-pode-frear-a-produtividade/>

assim como os Fundos de Investimentos da Amazônia (FINAM), recursos que são administrados pelo Banco da Amazônia vinculado ao Ministério da Economia e integrado ao Plano Plurianual para a Amazônia Legal (PPA) que influem no corolário de investimentos e inovação do agro: tecnologias, negócios, gestão, controle, produção e logística. O governo federal e governos estaduais têm feito concessões que, em média, durarão 30 anos sobre portos, aeroportos, rodovias e ferrovia, que em sua maioria atendem a região norte do país⁸. A arquitetura financeira promovida pelo Estado ou por entidades privadas que tem se ocupado de gerar créditos para o setor. É possível entender que principalmente o médio produtor ainda consegue acessar esses financiamentos e promover algum grau de modernização tecnológica em seus latifúndios. De fato, sua capacidade econômica e o poder político da classe capitalista transnacional define sua integração e controle integrado, assim como sua condição e formas através da bancada de parlamentares que a representa.

3 TECNOLOGIAS E MUNDOS DO TRABALHO

A tecnologia é produto humano sob controle do capital. Precisamos compreender que não é o único fundamento que determina o desemprego e a maior demanda por qualificação, embora seja um fator importante. Devemos também mencionar que o corolário neoliberal em curso no Brasil desde o princípio da década de 1990 pressupôs uma série de reformas como prerrogativa para nossa “melhor” inserção global. A reestruturação produtiva daqueles tempos também nos trouxe o chamado toyotismo sistêmico e uma série de formas renovadas de gestão muito bem analisadas pelo professor Giovanni Alves em seu livro “O novo (e precário) mundo do trabalho”⁹. As reformas na legislação trabalhista alteraram, já naquele momento, a morfologia laboral, especialmente com a intensificação da terceirização. Estas reformas foram acompanhadas de diversas outras como a Educacional que consolidou a tese de que a qualificação profissional solucionaria a integração da trabalhadora e do trabalhador a esse novo modelo produtivo tecnologizado. Mas é evidente que o ritmo das mudanças não é o mesmo da qualificação profissional. Da mesma forma é importante dizer que as novas modalidades de contratação/ demissão provocaram enorme rotatividade no emprego e uma mudança importante no próprio perfil da classe trabalhadora, que passou a ser mais jovem e com menor experiência sindical comparada com as décadas anteriores.

Outro ponto é que não são somente as transformações tecnológicas e as oportunidades de qualificação que determinam as condições de absorção da força de tra-

8 Para mais ver <https://www.cnnbrasil.com.br/business/2021/04/04/governo-faz-semana-de-leiloes-com-expectativa-de-retorno-de-r-10-bi>

9 ALVES, Giovanni. O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo, 2000.

balho. É preciso compreender a própria dinâmica do capitalismo e sua incrível capacidade de deslocamento em busca das vantagens que lhes permitem ampliar sua capacidade de acumulação, haja visto o recente caso da saída da Ford do Brasil. O papel do Estado como avalista das “regras do jogo” também não pode ser esquecido. Por fim a reestruturação produtiva permanente que ora vivenciamos altera muito rapidamente o modo de produção e a organização do trabalho. Novas empresas prestadoras de serviço, absorção de trabalho altamente qualificado ao mesmo tempo que o setor do agronegócio é o que mais agrega trabalho informal. Todos esses elementos precisam se considerados para compreendermos para onde vai a classe trabalhadora seja a do campo ou a da cidade, como se configuram, como se organizam, como se fragmentam e precarizam nesta nova forma de organização social do trabalho. Trabalhadoras e trabalhadores já foram e continuam sendo afetados pela introdução da maquinaria do nosso tempo. Processos como plantio e colheita já são há algum tempo mecanizados, agora conduzidos por GPS, controlados remotamente e alimentados com base de análise de solo para melhor aproveitamento do terreno. Ou seja, ainda que em algumas ocasiões esses trabalhadores temporários cumpram certas atividades no interior do latifúndio, certamente estão fazendo isso em menor grau e número.

4 A INSUSTENTÁVEL AGRICULTURA 4.0

O conceito de sustentabilidade é uma criação do capital. Considerando a letalidade do sistema do capital e sua capacidade destrutiva, a resposta é não. Há uma tentativa histórica de compatibilizar essas duas dimensões, mas o capitalismo, que é por natureza expansionista e destrutivo, não nos possibilita concordar com esta tentativa de consenso. Na história é apenas na década de 1960 que começa a acontecer uma mudança na percepção ambiental manifesta em acordos, convenções e leis, mas do e para o capital, porque as populações das florestas e rios, em sua grande maioria, sempre tiveram esta percepção. No Brasil a derrubada de parte da Floresta Amazônica foi considerada um “mal necessário” para o desenvolvimento. Códigos Florestais no Brasil passaram décadas sem serem alterados e sabemos bem qual a posição do atual governo em relação às questões ambientais, ao Acordo de Paris¹⁰ etc. Assim como as empresas buscam vantagens na legislação trabalhista para assegurar suas margens de lucro e definirem sua estratégia de expansão, também sobre a legislação ambiental temos as lacunas que permitem uma nova e próspera acumulação para as empresas. Não fosse assim certamente não estaríamos cruzando as fronteiras que vão da devastação ambiental, passando pela destruição e chagando a um colapso ecológico, onde encontramos também os fundamentos da pandemia de

¹⁰ Para mais ver <https://news.un.org/pt/tags/acordo-de-paris>

COVID-19. Vale lembrar do importante livro do prof. Luiz Marques (UNICAMP) chamado “Capitalismo e colapso ambiental” publicado pela Editora da Unicamp. No prefácio à 3ª edição Marques destaca que “a verdade é que a curva da relação custo ambiental/benefício econômico do capitalismo entrou irreversivelmente em fase negativa, porque a conta ambiental do crescimento econômico vai se tornando impagável não já para a próxima geração, mas para a geração de crianças e jovens de nossos dias (MARQUES, 2018, 15). Será que as grandes corporações transnacionais que tem convergido seus investimentos para a América Latina estão preocupados, de fato, com a questão ambiental? Será que seus interesses são compatíveis com a preservação ambiental? O tempo do capital não é o mesmo tempo da natureza. Evidente que algum grau de preocupação é imposto pelas chamadas certificações de produtos e seus selos de qualidade que os tornam aptos à venda no mercado internacional. Será que essas iniciativas são suficientes para evitar um colapso ambiental? Pelas reportagens, pesquisas e dados que temos acompanhado a resposta é não.

A pandemia nos trouxe constatações interessantes à respeito da produtividade do campo e sobre sua relação com o mundo do trabalho. Primeiro aspecto a ser destacado é a medida do governo que transformou mais de 60 atividades laborais em atividades essenciais (Decreto Federal n. 10.282 de 20/03/2020 foi novamente atualizado pelo Decreto n. 10.329 de 28/04/2020 publicado no dia 29/04/2020). Isso é uma demonstração de que, embora a letalidade da pandemia estivesse fazendo vítima por todo o país, parcela da classe trabalhadora não teve alternativa diante da decisão do governo. Obviamente não estamos aqui falando dos trabalhadores da área da saúde e da segurança pública, embora também vejamos que faltaram e continuam faltando cuidados com as e os profissionais dessas áreas. Estamos falando de setores econômicos interessados na manutenção de suas atividades. Embora as grandes corporações do campo utilizem tecnologia em seu processo produtivo, é preciso compreender que a produção circula, que existem inúmeros elos da cadeia de valor do agronegócio que foram mantidos ativos para geração de riqueza e valor em plena pandemia. Não à toa essa circulação acelerou processos de contágio em vários estados, especialmente em municípios que concentram atividades agroindustriais. Nos primeiros meses da pandemia isso ficou bastante evidente nos estudos de espacialização da COVID-19 no Estado do Tocantins. Destaco aqui o importante trabalho realizado pelo prof. Rodolfo Luz do curso de geografia da UFT que, semanalmente, desde que a pandemia foi anunciada pela OMS, tem se ocupado desta tarefa. Outro ponto que preciso destacar para responder a esta pergunta é que a soja brasileira bateu pelo segundo ano consecutivo recorde de produção e exportação.

Só esta informação já nos traz muitas respostas. Como em pleno ciclo pandêmico, o ciclo produtivo da soja obteve tamanho resultado? Somatório de tecnologia, proteção do ciclo produtivo por parte do estado, avalista do jogo econômico, por meio de decretos, a demanda internacional por commodities, dentre outros.

5 REPRIMARIZAÇÃO DA ECONOMIA, DA AGENDA EXPORTADORA E SEUS IMPACTOS SOBRE A SEGURANÇA ALIMENTAR.

Estamos falando em um dilema entre segurança alimentar e soberania alimentar e não podemos perder o horizonte das diferenças que existem entre esses dois conceitos. Explicando de forma simplificada, o primeiro se refere à necessidade de garantir acesso a alimentação de qualidade enquanto o segundo trata das garantias de um povo em produzir alimentos sem depender de poderes externos. São conceitos que até podem parecer ter suas convergências, mas são definitivamente proposituras relacionadas com interesses profundamente antagônicos por ser a fome e o acesso a alimentação de qualidade um problema social estrutural que atinge especialmente as classes trabalhadoras e os mais vulneráveis. Os debates internacionais sobre o tema e as propostas oriundas deles estão já estiveram mais presentes nas políticas públicas sobre alimentação. O Conselho de Direitos Humanos da ONU nos últimos anos tem tratado da questão propondo, inclusive, a constituição de um “Fundo Mundial de Segurança”, tema presente no relatório elaborado por Oliver De Shutter sobre direito à alimentação. Mas o capitalismo é sistema contraditório e na pandemia revelou ainda mais sua letalidade na medida em que as exportações de commodities permitiram a garantia de acesso a alimentação para os países compradores ao mesmo tempo em que produtos básicos da nossa cesta básica encareciam e passavam a ser proibitivos a parcela significativa da população. Os constantes aumentos nos itens básicos da cesta provaram que as vantagens comparativas e o interesse em aproveitar delas neste período estavam acima de qualquer garantia de segurança alimentar para as brasileiras e brasileiros. Em recente entrevista de Charles Tang, presidente da Câmara de Comércio Brasil-China ele disse: “não se pode brincar com a segurança alimentar do povo chinês” (“Com armazéns e fábricas, China amplia presença no agronegócio. Folha de São Paulo, 27/07). Será que as empresas chinesas e transnacionais que tem sido implantadas no Brasil tem alguma preocupação com a segurança ou soberania alimentar das trabalhadoras e trabalhadores brasileiros? Importante também salientar a mudança de direção nas políticas adotadas pela CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento) que atualmente não tem condições de influir neste jogo político econômico quando no passado foi responsável por equilibrar preços no mercado doméstico. Neste sentido

estamos sim vivendo um risco iminente. A extinção do CONSEA (Conselho Nacional de Segurança Alimentar), órgão atuou na formulação de políticas públicas como o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar, que buscava estimular a compra direta de produtos de agricultores familiares ou de suas organizações também é bastante significativo e marca com distinção os rumos da política das commodities do Brasil. Atualmente grande responsável pela presença de alimentos saudáveis na mesa dos brasileiros tem sido a Agricultura Familiar. Nossa percepção nos últimos meses é de que há uma tentativa de deslocar seu eixo de resistência para a disciplina do agronegócio. Destacamos esta questão em pequeno artigo publicado no Boletim do GMarx- USP sobre o projeto de agricultura digital para a Agricultura Familiar do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)¹¹. A pandemia acelerou a possibilidade de retornarmos ao mapa da fome, conforme destacado por reportagem da CNN Brasil de 15 de outubro de 2020 intitulada “O Brasil no caminho de volta ao mapa da fome e o impacto da pandemia”¹². Outro importante documento que devo mencionar é o relatório elaborado pelo ETC Group/ Glocon/ Inkota/ Fundación Rosa-Luxemburg publicado em setembro de 2019 chamado “La insostenible agricultura 4.0 – digitalización y poder corporativo en la cadena alimentaria”. Nele as pesquisadoras e pesquisadores chegam a inúmeras conclusões, dentre elas a de que existem demonstrações contundentes de que as novas tecnologias estão mudando o mundo e arrastando de passagem a segurança alimentar, demonstrando o poder e o controle que as empresas do setor agrícola e alimentar tem sobre setores como sementes, agroquímicos, fertilizantes, máquinas e dados agrícolas, comércio de grãos entre outros. Acredito que o conjunto dessas informações nos permite compreender os motivos pelos quais a segurança alimentar no Brasil e em outras partes da América Latina está severamente comprometida.

Revela também que a configuração do poder global, a força que as empresas do setor, seus respectivos representantes, suas think tanks e a Bancada Ruralista tem no Congresso Nacional, dominam e pressionam poderes em busca da ampliação de seus interesses, forçando, na maior parte das vezes, retrocessos na legislação socioambiental e em diversos outros campos do direitos (“O agro e lobby: a bancada ruralista no Congresso”, reportagem escrita por Luis Castilho e publicada no Le Monde Diplomatique Brasil em 4 de setembro de 2018)¹³. Se o lobby do agronegócio está institucionalizado, como aponta a matéria, é evidente que nossas políticas para o desenvolvimento do campo estão subordinadas aos seus setores e interesses. É neste sentido que vimos as ações do governo para manter o funcionamento das suas

11 <http://gmarx.fflch.usp.br/boletim45>

12 <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/2020/10/15/o-brasil-no-caminho-de-volta-ao-mapa-da-fome-e-o-impacto-da-pandemia>

13 <https://diplomatique.org.br/o-agro-e-lobby-a-bancada-ruralista-no-congresso/agro-e-lobby/>

atividades ao longo do ano de 2020, salvaguardando os interesses desses grupos enquanto milhares de trabalhadoras e trabalhadores colocavam suas vidas em risco por conta da COVID-19, além de perderem renda durante o processo por conta dos programas do governo que suspenderam contratos de trabalho, reduziram jornada e que diminuiriam salários (MP 936/2020). Vale ressaltar também que a reforma agrária está paralisada¹⁴, mas os despejos durante a pandemia não cessaram. Neste sentido dá para compreender em que eixo estão as políticas para o campo e quem está em vantagem ou desvantagem nesta história.

Os desafios são grandes. Entendemos que ou o estado assume sua tarefa na mediação desta relação conflituosa por natureza, ou iremos presenciar um aumento ainda mais expressivo no número de desempregados, desalentados e miseráveis, ou no caso dos pequenos produtores, da impossibilidade de continuar com suas atividades. É preciso interromper este processo de desconstitucionalização de direitos sociais que só tem colocado trabalhadoras e trabalhadores em condições aviltantes de existência. Há sempre uma saída institucional, entretanto, está longe de ser uma solução eficaz e mais distante ainda de ser assumida pelo atual governo. E também existem as rupturas institucionais. Estamos prontas e prontos para o quê? Chegamos a um momento imperativo onde certamente não há dúvidas quanto a necessidade de uma grande e total transformação. Pensar a organização da classe trabalhadora diante do aumento brutal do controle sobre os sujeitos sociais é pensar em uma alternativa radical que se sobreponha a interesses econômicos e ao politicismo de muitos partidos que se denominam de esquerda. Para toda crise histórica é necessária uma saída histórica e a classe trabalhadora precisa se colocar no processo decisório.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

AGNEW, John. (2005). **Hegemony: the new shape of global power**. Philadelphia: Temple University Press, 2005.

ANTUNES, Ricardo. (2004). **A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula)**. São Paulo: Autores Associados.

ANTUNES, Ricardo. (2018). **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo.

ANTUNES, Ricardo. **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo, 2020.

ARRIGHI, Giovanni. (1996). **O longo século XX**. São Paulo: UNESP.

¹⁴ <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/02/governo-bolsonaro-admite-ao-stf-paralisa-da-reforma-agraria-com-acumulo-de-diferentes-recordes-negativos.shtml>

ARRIGHI, Giovanni. (2017). **Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2017.

MACHADO ARÁOZ, Horacio. (2011). **El auge de la minería transnacional en América Latina**. De la ecología política del neoliberalismo a la anatomía política del colonialismo. En Alimonda, H. (Coord.) *La naturaleza colonizada. Ecología política y minería en América Latina*. Buenos Aires: CLACSO.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. (2008). **O Brasil como potência regional e a importância da América do Sul na sua política exterior**. Revista Temas & Matizes MERCOSUL, Nº 14.

BASUALDO, Eduardo M. y ARCEO, Enrique. (orgs). (2006). **Neoliberalismo y sectores dominantes: tendencias globales y experiencias nacionales**. Buenos Aires: CLACSO, 2006.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. (2012). **A economia política da integração da América do Sul no mundo pós-crise**. Observatório da Economia Global. Textos avulsos, nº 10, abril.

BECK, Ulrich. (1999). **O que é globalização? Equívocos do globalismo: respostas à globalização**. São Paulo: Paz e Terra.

BRAVERMAN, Harry. (1981). **Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX**. 3 ed. Rio de Janeiro: Zahar.

BELUZZO, Luiz Gonzaga. (2013). **O capital e suas metamorfoses**. São Paulo: Unesp.

BITTAR, Ingrid Mara Bicalho. (2011). **Modernização do cerrado brasileiro e desenvolvimento sustentável: revendo a história**. Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável. Mossoró – Rio Grande do Norte, v. 6, n. 1, pp. 26-38.

BÜLOW, Marisa von. (2014). **A batalha do livre comércio: a construção de redes transnacionais da sociedade civil nas Américas**. Unesp: São Paulo.

BUZAN, Barry et al. (2003). **Regions and powers**. The structure of international security. Cambridge: Cambridge University Press.

CALDART, Roseli Salete, ALENTEJANO, Paulo (orgs). (2014). **MST, universidade e pesquisa**. São Paulo: Expressão Popular.

CASTELO, Rodrigo (org). (2010). **Encruzilhadas da América Latina no século XXI**. Rio de Janeiro: Pão e Rosas.

CHESNAIS, François. (1996). **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã.

CIMINARI, Bárbara. (2009). **Brasil como potencia regional y las consecuencias para América Latina: Una exploración sobre la realidad**. Revista de Relaciones Internacionales y Ciencias Políticas. Universidad Abierta Interamericana (UAI). Vol 3 - Nº 1, pp. 128-143.

DRUCK, Graça; FRANCO, Tânia (Org.). (2007). **A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização**. São Paulo: Boitempo.

EICHENGREEN, B. J. (2000). **A globalização do capital**: uma história do sistema monetário internacional. In: Barry J. Eichengreen; tradução de Sergio Blum. Ed.34. São Paulo.

ESTAY, Jaime. (2018). **Past and Present of Latin American Regionalisms, in the Face of Economic Reprimarization**. In: International Political Economy Series. University of Massachusetts Boston, USA.

FERNANDES, Bernardo, WELCH, Clifford Andrew, GONÇALVES, Elienai Constantino. (2014). **Os usos da terra no Brasil**. São Paulo: UNESP/ Cultura Acadêmica Editora.

FIORI, José Luís. (2007). **O poder Global**. São Paulo: Boitempo.

FIX, Mariana. (2001). **Parceiros da Exclusão**. São Paulo: Boitempo.

GAGO, Verônica. (2018). **A razão neoliberal**: economias barrocas e pragmática popular. São Paulo: Elefante.

GENTILI, Pablo (org). (2002). **Globalização excludente**: desigualdades, exclusão e democracia na nova ordem mundial. 4 ed. Petrópolis: Vozes/ Clacso/ LPP.

GOHN, Maria da Gloria, BRINGEL, Breno. (2012). **Movimentos sociais na era global**. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

GOHN, Maria da Gloria. (2013). **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

HARVEY, David. (2009). **O Novo Imperialismo**. 3ª ed. São Paulo: Loyola, 2009.

HAESBAERT, Rogério. (2011). **Globalização e fragmentação no mundo contemporâneo**. In: HAESBAERT, Rogério (Org.). Globalização e fragmentação do mundo contemporâneo. Niterói: EdUFF.

LUXEMBURG, Rosa. (1983). **A Acumulação do Capital**. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

MARX, Karl. (2000). **O Capital**. Livro 1 - tomo 3. São Paulo: Boitempo, 2000.

HERNÁNDEZ B., Loyola. (2007). **Petroamérica y la integración energética de América Latina y el Caribe**. Caracas: Instituto de Altos Estudios Diplomáticos Pedro Gual.

HUMPHREY, John. (1982). Fazendo o “milagre”: controle capitalista e luta operária na indústria automobilística brasileira. Petrópolis: Vozes/CEBRAP.

IANNI, Octavio. (1996). **A Era do globalismo**. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira.

- IANNI, Octávio. (2010). Teorias da Globalização. 16 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- LEFF, Enrique. (2001). Epistemologia ambiental. São Paulo: Cortez.
- LEFF, Enrique. (2009). Ecologia, capital e cultura: a territorialização da racionalidade ambiental. Rio de Janeiro: Vozes.
- LEFEVRE, Henry. (1974). La production de l'espace. Paris: Anthropos.
- LIRA, Eliseu Ribeiro, SANTOS, Roberto de Souza (orgs). (2017). Fronteira, território e cidades no cerrado: discussões e reflexões socioterritoriais. Goiânia: Kelps.
- MASSRUHÁ, S. M. F. S.; LEITE, M. A. de A.; LUCHIARI JUNIOR, A.; ROMANI, L. A. S. (2014). Tecnologias da informação e comunicação e suas relações com a agricultura. Brasília: Embrapa.
- MERLE, Marcel. (1976). Sociología de las relaciones internacionales. Madrid: Alianza.
- NOLTE, Detlef. (2007). How to compare regional powers: analytical concepts and research topics. Germany: German Institute of Global and Area Studies.
- OLIVEIRA, Francisco de. (2006). Crítica à razão dualista: o ornitorrinco. São Paulo: Boitempo.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de, LIRA, Eliseu Ribeiro, CABRAL, José Pedro Cabrera, SANTOS, Roberto de Souza. (2014). Território em conflito, terra e poder. Goiânia: Kelps.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. (2016). Barbárie e modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. In: STEDILE, João Pedro (org). A questão agrária no Brasil 7: o debate na década de 2000. São Paulo: Expressão Popular.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. (2016). A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária. In: STEDILE, João Pedro (org). A questão agrária no Brasil 9: interpretações sobre o camponês e o campesinato. São Paulo: Expressão Popular.
- PADULA, Raphael. (2010). Integração regional de infraestrutura e comércio na América do Sul nos anos 2000: uma análise político estratégica. Tese de Doutorado, COPPE-UFRJ: Rio de Janeiro.
- PAULANI, Leda. (2008). Brasil delivery. São Paulo: Boitempo.
- PRECIADO, Jaime. (2008). A América Latina no sistema-mundo: questionamentos e alianças centro-periferia. In: CAIRO, Heriberto (org). Dossiê: América Latina no século XXI. Cadernos CRH, Salvador.
- ROBINSON, William. I. (2013). "La globalización como cambio de época en el capitalismo mundial" en una teoría del capitalismo global. Producción, clase y Estado en un mundo transnacional. México, Siglo XXI Editores.

RUBIO, Blanca (coord). (2018). A América Latina en la mirada: las transformaciones rurales en la transición capitalista. Ciudad de Mexico: Instituto de Investigaciones Sociales.

SALAMA, Pierre. (1999). Pobreza e exploração do trabalho na América Latina. São Paulo: Boitempo.

SANTOS, Milton. (1996). Metamorfosis del Espacio Habitado. Barcelona: Oikos-Tau, 1996.

SANTOS, Milton. (2000). Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. São Paulo.

SANTOS, Milton. (2006). A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. 4a ed. São Paulo: Edusp.

SASSEN, Saskia. (2010). Territorio, autoridad y derechos: de los ensamblejos medievales a los ensamblejos globales. Buenos Aires: Katz Editores.

SASSEN, Saskia. (2016). Expulsões: brutalidade e complexidade na economia global. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

SEOANE, José. (2005). Movimientos sociales y recursos naturales en América Latina: resistencias al neoliberalismo, configuración de alternativas - OSAL, Observatorio Social de América Latina, año VI, N° 17, 2005.

STANLEY, L. E; ALONSO, J.M.F. (2018). The Changing Problem of Regional Development Finance in Latin America. In: Regionalism, Development and the Post-Commodities Boom in South America, International Political Economy Series. University of Massachusetts Boston, USA, 2018.

SVAMPA, Maristella. (2019). As fronteiras do neoextrativismo na América Latina: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências. São Paulo: Elefante, 2019.

TAVARES, Maria da Conceição. (1999). Destruição não criadora: memórias de um mandato popular contra a recessão, o desemprego e a globalização subordinada. São Paulo: Record.

TAYLOR, Peter; FLINT Colin. (2002). Geografía política. Economía mundo, Estado-nación y localidad. Madrid: Trama Editorial.

VIEIRA, Eurípedes Falcão; VIEIRA, Marcelo Milano Falcão. (2003). **Espaços econômicos**: geoestratégia, poder e gestão do território. Porto Alegre: Sagra-Luzzatto.

CAPÍTULO 2

A CIDADE DE TOCANTINÓPOLIS E SUA INFLUÊNCIA SOCIOECONÔMICA COMO REGIONAL ADMINISTRATIVA DO ESTADO DO TOCANTINS¹

Saimon Lima de Britto²
Aires José Pereira³

DOI: 10.46898/rfb.9786558891284.2

¹ Artigo parcialmente publicado na Revista Tocantinense de Geografia. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/geografia/article/view/11254>

² Doutorando em Geografia pelo Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás. E-mail: saimonlima@live.com Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0001-5168-8747>

³ Doutor em Geografia. Professor Associado do Colegiado de Geografia do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Rondonópolis. Email: airestga@gmail.com Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0003-2505-8711>

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem por natureza a análise científica dos fenômenos urbanos e socioeconômicos na cidade de Tocantinópolis – TO, localizada na região do Bico do Papagaio no extremo norte do Estado do Tocantins, região amazônica. Tem o objetivo de compreender a cidade de Tocantinópolis como regional administrativa do Estado do Tocantins, bem como sua importância e sua influência socioeconômica sobre os municípios circunvizinhos, buscando identificar quais deles dependem direta e/ou indiretamente socioeconomicamente da referida cidade. Essa influência ultrapassa a fronteira estadual do Estado do Tocantins, pois atinge também cidades no Estado do Maranhão.

Além disso, esse trabalho teve o intuito de descrever os serviços públicos e privados mais utilizados pela população das cidades vizinhas que vão à cidade de Tocantinópolis e como se dá essa influência e essa relação socioeconômica para com os municípios circunvizinhos. Levando em consideração que o município de Tocantinópolis é o 9º (nono) maior demograficamente do Estado do Tocantins (IBGE, 2010) e é uma das 18 (dezoito) regionais administrativas definidas pela Seplan – Secretaria de Planejamento do Estado do Tocantins (Seplan, 2015). Portanto, Tocantinópolis é um município de relevante importância no Estado do Tocantins e, assim, representa uma das razões que justificaram a realização da presente pesquisa.

De acordo com Santos (2008, p.74), “(...) toda cidade dispõe de um fermento local de vida, próprio a ela mesma, independente de impulsões externas (...)” e continua dizendo “Essa autonomia é garantida pelas atividades requeridas pela própria população urbana, e cada vez mais, também pelos fenômenos de circulação”. Santos (2008) fala sobre a relação de independência das cidades. Porém cita também os fenômenos de circulação internas e externas dessas através de suas particularidades.

Becker (2004, p.73) diz que “destaca-se a conectividade regional, um dos elementos mais importantes na Amazônia” e afirma que, dentre outras mudanças ocorridas no século XX na região Amazônica, está também “no povoamento regional que se localizou ao longo das rodovias e não mais ao longo da rede fluvial”, esse acontecimento comentado por Becker (2004, p.73) contribuiu fortemente na dinâmica espacial da rede urbana das pequenas cidades, com mais estrutura do Estado e mais recursos industrializados de produtos e serviços que passaram a chegar pelas rodovias e não mais pelos rios.

A cidade de Tocantinópolis, a exemplo de tantas outras na região amazônica, teve seu início econômico com a navegação, através do Rio Tocantins. Após a construção da Rodovia Federal “Belém-Brasília” (um conjunto de rodovias federais que liga a capital do Estado do Pará, Belém, a capital do Brasil, Brasília) Tocantinópolis passa a se conectar com outras cidades através das conexões das rodovias estaduais e federais, formando sua própria rede urbana / rural de fornecimento e recebimento de produtos e serviços, públicos e privados (SOUSA, 2008).

Diante desse cenário, podemos perguntar: qual o papel e a importância da cidade de Tocantinópolis perante os municípios circunvizinhos nos dias atuais? Até onde vai essa influência direta e indireta? São questões como essas que procuramos analisar e discutir através da presente pesquisa. Essas questões serão verificadas juntamente com a situação socioeconômica dos municípios, no sentido de compreender o processo que se dá nas pequenas redes urbanas do interior do Brasil, mais especificamente na Amazônia, e suas relações internas e externas.

A referida pesquisa visa suprir a necessidade de estudos e materiais bibliográficos sobre as questões socioeconômicas e territoriais que se encontram na região do Bico do Papagaio, no extremo norte do Estado do Tocantins. Os poucos trabalhos desenvolvidos e publicados sobre a temática ainda são insatisfatórios perante a gama de problemas socioeconômicos e socioterritoriais da referida região. Assim, carecendo que se reelabore e se rediscuta tais temas e se faça proposições que substanciam não só o conhecimento científico, mas o empírico do lugar. Apontando novas diretrizes que ajudem no desenvolvimento social de fato deste espaço ora estudado.

2 REVISÃO DA LITERATURA

Nessa primeira etapa da pesquisa, fizemos um levantamento bibliográfico e catalogamos obras literárias e documentos afins como aparato da pesquisa teórico-metodológica para o processo de investigação aqui encetado.

Becker (2004) trata da categoria região na Amazônia como povoamento às margens das rodovias e a importância delas para as redes de influência das cidades. Santos (2008), por sua vez, traz uma leitura sobre o processo de urbanização no interior do Brasil através da desmetropolização das cidades e das espacialidades que cada cidade possui.

Outra obra importante de Santos para a pesquisa foi o livro **Por uma outra Globalização: do pensamento único à consciência universal** (2010). Aqui, o autor

discute minuciosamente o fenômeno da globalização e sua influência socioeconômica, em todo o mundo. O referido livro traz esclarecimentos de como as pequenas cidades, ao mesmo tempo em que passam a depender dos grandes centros socioeconomicamente, vão se desvencilhando deles devido à fluidez das informações. Santos (2008) também traz sua contribuição no livro **Espaço e Método**, o autor oferece uma análise do espaço segundo uma perspectiva que privilegia a totalidade social, uma contribuição substancial para a geografia. Outras obras do autor foram relevantes para o entendimento dos processos e das inter-relações das cidades e dos espaços sociais e urbanos e que vão ao encontro do tema da pesquisa.

Correia (1977) faz um apanhado histórico da cidade de Tocantinópolis - TO, desde sua ocupação territorial pelos bandeirantes no ano de 1818 até o século XX, com a chegada das rodovias estaduais e federais. A referida autora dá ênfase à importância política e estrutural da cidade de Tocantinópolis para o então Estado de Goiás (atual Estado do Tocantins) e para sua microrregião. Sousa (2008) traz uma importante análise geográfica sobre os 150 anos de urbanização de Tocantinópolis - TO, com informações importantes que envolvem desde o primeiro povoamento as margens do rio até a formação dos bairros mais recentes da cidade.

Trabalhamos também com Saquet (2013), em seu livro **Abordagens e concepções de território**. Nele, o autor traz uma abordagem geral dos principais autores sobre a categoria território e suas relações econômicas e sociais. Esses e outros autores e autoras foram mencionados em nossa pesquisa, a fim de fornecer rumos científicos com o embasamento teórico metodológico necessário para consubstanciar os estudos aqui realizados. Ademais foram analisados dados quantitativos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) nas suas mais diversas e recentes pesquisas, bem como dados da Seplan - Secretaria de Planejamento do Estado do Tocantins.

3 MATERIAL E MÉTODO

A materialidade dos fatos foi observada a partir de trabalhos e pesquisas de campo, através dos quais foram estruturadas entrevistas e aplicação de questionários para coleta de dados empíricos referentes aos processos de influência socioeconômica desenvolvida pela cidade de Tocantinópolis sobre os municípios circunvizinhos. Os estudos relacionados a essa influência na região de Tocantinópolis foram realizados através de observações sistemáticas *in loco*, com auxílio de equipamentos fonográficos e áudios-visuais, referenciados teoricamente pela literatura específica, isto é, um levantamento bibliográfico que trata do tema da geografia urbana e regional.

As fotos registradas na pesquisa foram extremamente importantes para ilustrar a paisagem do comércio local, no intuito de trazer ao leitor um pouco da realidade do tema tratado, bem como registrar o momento da pesquisa em si, uma vez que a construção do espaço geográfico é sempre dinâmica e, com certeza em outros momentos oportunos, teremos mudanças nesta. Foi realizada a confecção de mapas e gráficos no intuito de sintetizar as informações e ilustrar os dados.

De extrema importância foram as entrevistas aplicadas no centro da cidade de Tocantinópolis com motoristas e usuários dos transportes alternativos, as vans, que vão diariamente à Tocantinópolis. Essas entrevistas tiveram o objetivo de levantar informações diretas sobre a demanda que a cidade recebe em seu cotidiano. Foi utilizada a metodologia de abordagem individual, sendo entrevistadas duas pessoas por cidade de origem, além dos motoristas de ônibus e vans. Com isso, foram criadas as categorias da demanda à cidade de Tocantinópolis.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 A cidade de Tocantinópolis – TO e seu contexto espacial

Segundo Aldenora Correia (1977), a cidade de Tocantinópolis teve seu primeiro núcleo de habitantes no ano de 1818, quando bandeirantes, partindo de Pastos Bons, no Estado do Maranhão, foram à procura de índios para catequizar. Dois membros das bandeiras – Antonio Faustino e Venâncio – juntamente com suas famílias, resolveram fixar local e, em função da altitude permitir uma excelente visão das águas do Rio Tocantins e de seu entorno, chamaram o lugar de Boa Vista. Como afirma Lysias Rodrigues (1945).

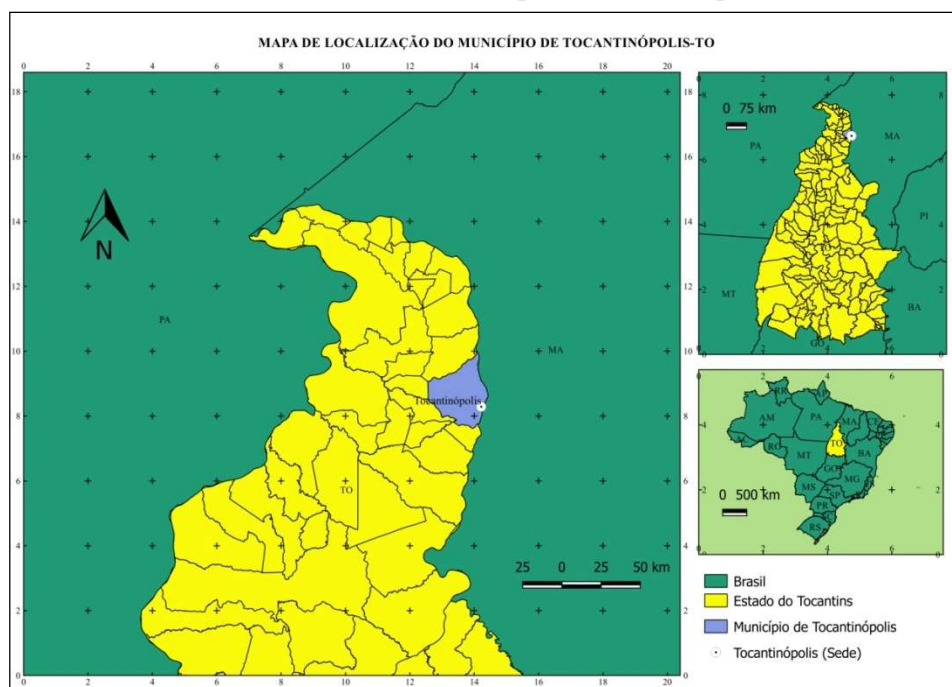
Dois homens, Antônio Faustino e Venâncio da Silva, com suas famílias, vieram instalar-se em 1818 a montante do taurizinho, na margem esquerda, numa elevação que domina o rio, prodigiosamente favorecida pela natureza cuja fertilidade não tem igual em toda a região do Tocantins ou do Araguaia, nem consta haver outra em todo o Brasil. (RODRIGUES, 1945, p.128).

Ainda de acordo com Correia (1977), espalhada a notícia da fertilidade do local, grande número de habitantes provindos de Carolina – MA se deslocaram para o novo povoado. Em 1852, foi criado o Distrito de Boa Vista do Tocantins e, em 28 de julho de 1858, foi elevada à categoria de cidade, com Pedro José Cipriano reconhecido como seu fundador. Em 1943, a cidade passou a ser chamada de Tocantinópolis, obedecendo a critério do governo federal, que proibiu no país duas cidades topônimos iguais.

A cidade de Tocantinópolis – TO está localizada à margem esquerda do rio Tocantins numa altitude de 156,79 metros e tem as seguintes coordenadas geográficas

ficas, Latitude 06°19'46" Sul e Longitude 47°24'59" Oeste, contém 22.845 pessoas e uma Densidade demográfica de 21,00 hab. / km² (IBGE, 2020). O município de Tocantinópolis possui uma área territorial de 1.083,600 km², com um IDHM de 0,681 e PIB per capita de R\$ 12.913,56 (IBGE, 2010). O mapa 1 apresenta a localização do município de Tocantinópolis – TO.

Mapa 1 - Localização do Município de Tocantinópolis – TO



Fonte: Seplan - TO (2012). Org. Saimon Lima de Britto (2017).

Conforme dados do IBGE (2020), o Estado do Tocantins conta com 139 municípios. O município de Tocantinópolis localiza-se no extremo norte do Estado do Tocantins, na região do Bico do Papagaio, e faz divisa com quatro municípios por vias terrestres através de rodovias estaduais, a saber: Aguiarnópolis; Maurilândia do Tocantins; Nazaré e Luzinópolis e Porto Franco no Estado do Maranhão, por via hídrica através do Rio Tocantins.

4.2 A regional III – Tocantinópolis – TO

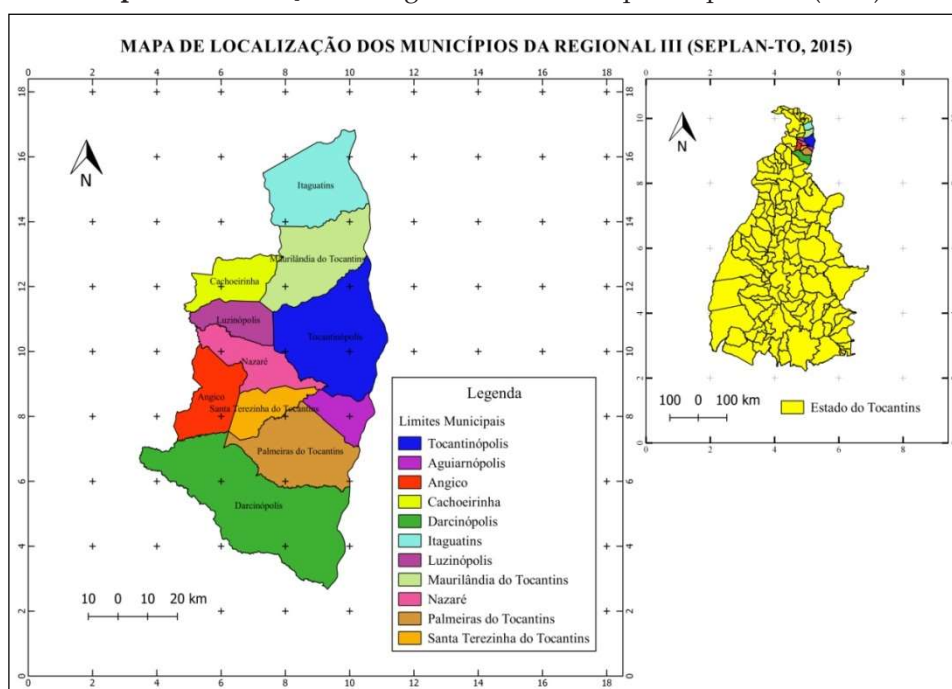
O Estado do Tocantins foi subdividido em 18 regionais administrativas, com o intuito de facilitar a administração e o atendimento por parte do Estado. As regionais estaduais determinadas pela Seplan-TO possuem um papel importante na administração e no desenvolvimento do Estado, uma vez que influenciam diretamente uma gama de pequenas cidades que estão longe dos grandes centros urbanos e que possuem populações em números pequenos. Essas pequenas cidades tem dificuldades para que a maioria dos produtos e serviços possa chegar até elas. Sobre a palavra região, de acordo com Bezzi (2004).

Buscando a origem da palavra região, pode se afirmar que, etimologicamente, deriva-se do latim *regere*, palavra composta pelo radical *reg*, que significa domínio, poder (...). É correto deduzir-se então que a ideia de região sempre esteve ligada a mecanismos de dominação, resultantes de uma situação hegemônica, de posse, de conquista, de poder. (BEZZI, 2004, p.28).

Fica claro na fala da autora o grande motivo das regionalizações realizadas pelo Estado. Nos tempos antigos, se resumia em posse, conquista e poder. Atualmente, essas variáveis estão relacionadas ao controle, domínio e administração do território. Essas regionalizações podem partir de vários princípios e todos ligados a objetivos específicos de interesses do Estado. Dividir o Estado em regiões administrativas facilita a administração pública, identificando as necessidades específicas de cada região, bem como a manutenção do controle social.

A respeito da origem da regionalização Lecione (2009) afirma que “Aos Gregos pode ser creditada a primeira regionalização, por ter sido concebida com algum método. As descrições passaram a ter forma ordenada, sugerindo comparações.” Ainda de acordo com Lecione (2009) foi “Estrabão o marco inaugural da Geografia Regional, (...). Seus recortes são estabelecidos segundo a composição territorial das civilizações.” Os Gregos usaram a descrição comparativa dos lugares. Estrabão, por conseguinte, usou da composição territorial das civilizações, ou seja, suas culturas, seus costumes e suas crenças em um determinado espaço de forma homogênea.

Definida como Regional III, a cidade de Tocantinópolis desempenha um importante papel na administração regionalizada do Estado do Tocantins, atendendo diretamente 10 municípios e indiretamente outros tantos que transpassam sua região pré-definida. A mapa 2 apresenta a localização da Regional Administrativa de número III definida pela Seplan-TO no ano de 2015, e que permanece atualmente.

Mapa 2 - Localização da Regional III definida pela Seplan-TO (2015).

Fonte: SEPLAN-TO (2012) Org. Saimon Lima de Britto (2017).

A Regional III – Tocantinópolis, conta com 63.601 habitantes (IBGE, 2010). São, ao total, 11 municípios, a saber: Tocantinópolis (como sede da regional); Nazaré; Luzinópolis; Maurilândia do Tocantins; Palmeiras do Tocantins; Darcinópolis; Aguiarnópolis; Santa Terezinha do Tocantins; Cachoeirinha; Itaguatins e Angico. Porém, Tocantinópolis influencia de forma direta e indireta outros municípios, inclusive alguns situados fora do Estado do Tocantins, como veremos mais a frente.

4.3 Uma discussão sobre a estrutura público/privada em Tocantinópolis – TO

A cidade de Tocantinópolis conta com os principais serviços públicos Estaduais, que são: Sefaz – Secretaria da Fazenda; Detran – TO – Departamento de Trânsito do Tocantins; Naturatins – Instituto Natureza do Tocantins; Ruraltins – Instituto de Desenvolvimento Rural do Tocantins; DPE / TO – Defensoria Pública Estadual do Tocantins; TRE / TO – Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins; Age-to – Agência Tocantinense de Transportes e Obras; Adapec – Agência de Defesa Agropecuária; MPE / TO – Ministério Público Estadual do Tocantins; 5ª CIPM / TO – Companhia Independente da Polícia Militar do Tocantins; SSP / TO – Secretaria de Segurança Pública do Estado do Tocantins; Procon – TO - Superintendência Pró Direitos e Deveres nas Relações de Consumo e Seduc – TO – Secretaria de Educação do Estado do Tocantins e um Fórum Estadual. Esses órgãos e repartições públicas

estaduais proporcionam para essa microrregião administrativa acesso aos serviços públicos estaduais de caráter essenciais para o cidadão tocantinense.

Além desses, conta também com alguns órgãos e instituições federais, a saber: INSS – Instituto Nacional do Seguro Social; FUNAI – Fundação Nacional do Índio; FUNASA – Fundação Nacional de Saúde; IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; UFNT – Universidade Federal do Norte do Tocantins; IFTO – Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Tocantins (Polo EaD); Correios – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. Além do mais, conta com 4 agências bancárias, sendo 3 públicas (Banco do Brasil; Caixa Econômica Federal e Banco da Amazônia) e 1 privada, (Bradesco).

As principais empresas privadas da cidade são a Frango Americano, que trabalha com a fabricação de ração para aves e com preparo para exportação da ave abatida; a Tobasa Bioindustrial, que fabrica e exporta o carvão ativado a partir do coco babaçu; a Agronorte Alimentos, que trabalha com a fabricação de ração e com a compra e venda de grãos e materiais para o campo; e o Grupo Eletro Silva, investidor no comércio local e regional. O referido investidor possui em Tocantinópolis, quatro lojas, sendo duas de materiais para construção e derivados, uma garagem automotiva, um shopping Center de três pavimentos, além de um pátio de logística e um motel, este último ainda em construção.

Ademais, a cidade conta com um comércio varejista de porte médio de roupas e calçados; móveis e eletros; produtos importados; produtos rurais; produtos e serviços em geral. Esse comércio se concentra na Avenida Nossa Senhora de Fátima, continuando pela avenida XV de Novembro. O principal local de referência do comércio tocantinopolino é a Praça Darcy Marinho, ou, como costumam chamar os munícipes locais, “Praça do Banco”. Por lá, está o Banco do Brasil, o mais antigo Banco da cidade e / ou “Praça do Centro”. A fotografia 1 mostra a Praça Darcy Marinho no centro de Tocantinópolis.

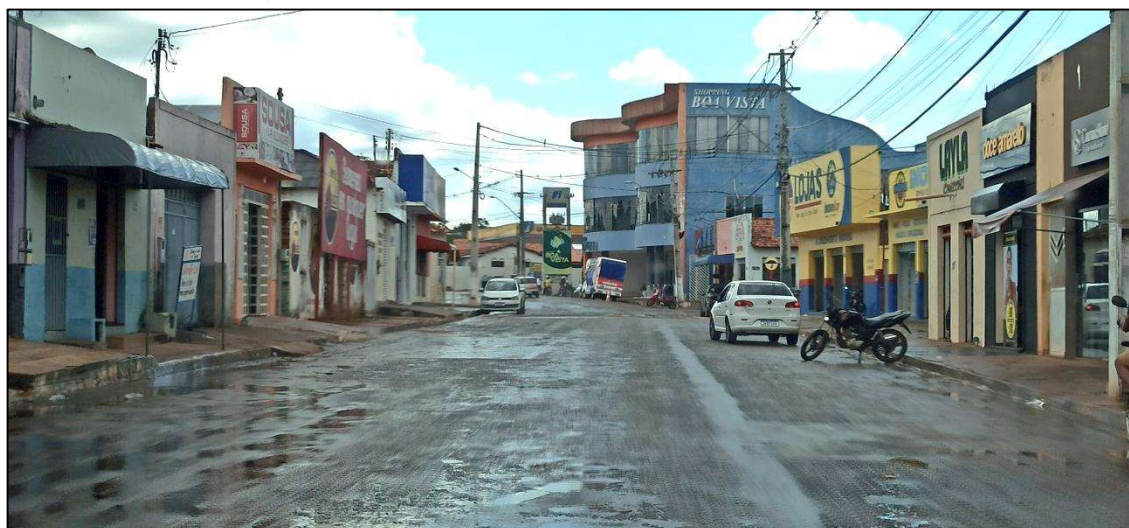
Fotografia 1 - Praça Darcy Marinho no centro de Tocantinópolis – TO.



Fonte: Saimon Lima de Britto. Trabalho de campo (maio de 2021).

Além da Praça Darcy Marinho, o comércio também se localiza em duas grandes avenidas principais, a saber: Avenida Nossa Senhora de Fátima e Avenida XV de Novembro. A Avenida Nossa Senhora de Fátima é considerada a principal, por ser uma avenida larga e longa, que liga a cidade desde sua entrada até a beira do rio, e por lá estar a maior concentração do comércio local contemporâneo, nela também se localiza o Shopping Boa Vista. A fotografia 2 expõe a Avenida Nossa Senhora de Fátima no sentido oeste.

Fotografia 2 - Avenida Nossa Senhora de Fátima sentido oeste



Fonte: Saimon Lima de Britto. Trabalho de campo (junho de 2021).

A Avenida XV de Novembro, por sua vez, é hoje considerada pela população local como a segunda avenida principal. Ela já foi, no passado, a avenida principal da cidade. A mesma abrange parte do antigo centro e, nela, estão localizados os comerciantes/moradores mais antigos. Todavia, nessa avenida estão localizadas

também as construções contemporâneas, tais como o novo prédio da Prefeitura Municipal, uma agência da Caixa Econômica Federal, uma concessionária de motos da Honda, o Fórum Estadual e o Setor Aeroporto, que é um bairro nobre da cidade. No Setor Aeroporto há grandes e modernas casas e casarões, onde mora grande parte da burguesia. A fotografia 3 apresenta a avenida XV de Novembro.

Além do mais a cidade conta com seis estabelecimentos de saúde do SUS – Sistema Único de Saúde, sendo dois deles um Hospital Municipal e uma UPA – Unidade de Pronto Atendimento. O município possui com 36 unidades escolares, destas, 19 são da rede pública estadual, 15 da rede pública municipal e 2 da iniciativa privada. Além de uma Universidade Federal e um Polo EaD do Instituto Federal, atendendo todos os níveis da educação (IBGE, 2015).

4.4 A demanda à cidade de Tocantinópolis – TO

diariamente, vans e ônibus de vários municípios da região do Bico do Papagaio chegam a Tocantinópolis levando passageiros para o consumo de bens e serviços oferecidos pela cidade. O quadro 1 nos mostra os municípios de onde saem vans e ônibus diariamente de segunda a sexta-feira com destino ou passagem pela cidade de Tocantinópolis.

Quadro 1 - Cidades de origem das vans e ônibus com destino a Tocantinópolis – TO

Cidade de Origem	Cidades de Passagem	Cidade de Destino
Ananás	Angico; Nazaré; Santa Teresinha.	Tocantinópolis
Angico	Nazaré; Santa Teresinha.	Tocantinópolis
Araguaína	Wanderlândia; Darcinópolis; Palmeiras do Tocantins; Aguiarnópolis; Estreito-MA.	Tocantinópolis
Araguatins	Augustinópolis; São Bento do Tocantins; Cachoeirinha; Luzinópolis; Nazaré.	Tocantinópolis
Augustinópolis	São Bento do Tocantins; Cachoeirinha; Luzinópolis; Nazaré.	Tocantinópolis
Cachoeirinha	Luzinópolis	Tocantinópolis
Darcinópolis	Palmeiras do Tocantins; Aguiarnópolis; Estreito-MA	Tocantinópolis
Itaguatins	Maurilândia; Tocantinópolis ; Aguiarnópolis; Estreito-MA; Palmeiras do Tocantins; Darcinópolis; Wandelândia.	Araguaína
Maurilândia do Tocantins	-	Tocantinópolis
Palmeiras do Tocantins	Aguiarnópolis; Estreito-MA	Tocantinópolis
Sítio Novo do Tocantins	Itaguatins; Maurilândia do Tocantins	Tocantinópolis
Stª Terezinha do Tocantins	Nazaré	Tocantinópolis

Fonte: Saimon Lima de Britto. Trabalho de campo (2017).

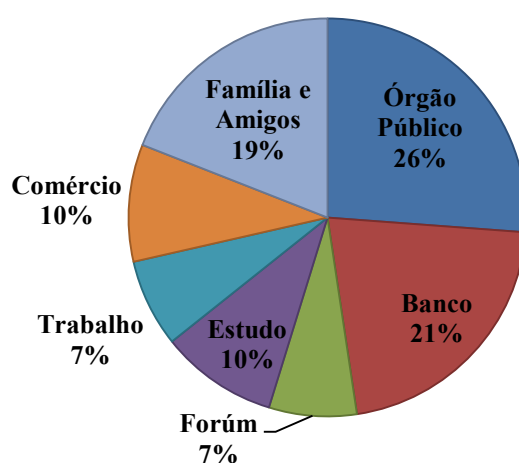
Veja no quadro 1 que aparecem mais seis municípios além dos onze definidos pela SEPLAN-TO como regional III, a saber: Sítio Novo do Tocantins; Augustinópolis; Araguatins; Araguaína; São Bento do Tocantins e Estreito, sendo que este último pertencente ao Estado do Maranhão. Esses municípios mantêm relações econômicas e sociais com o município de Tocantinópolis de alguma forma, seja uma simples visita parental ou a busca por algum produto e serviço oferecido pela cidade.

Ainda, diariamente pessoas vindas da cidade de Porto Franco, também do Estado do Maranhão, vão a Tocantinópolis a trabalho e estudo através de barcos e por duas balsas que fazem a travessia do Rio Tocantins entre as duas cidades. Nos

finais de semana e nas férias, a cidade de Tocantinópolis também recebe turistas e excursionistas vindos do Estado do Maranhão, em busca de praias de água doce e balneários, de acordo com informações da Seplan - TO (2015).

Em pesquisa de campo realizada em maio, junho e setembro de 2017, foi efetuado um levantamento da demanda através de entrevistas com os passageiros das vans, ônibus e barcos que chegam à cidade de Tocantinópolis provenientes de outros municípios. A gráfico 1 apresenta os dados com os resultados desse levantamento.

Gráfico 1 - Principais demandas à cidade de Tocantinópolis – TO



Fonte: Saimon Lima de Britto. Pesquisa de campo (2017).

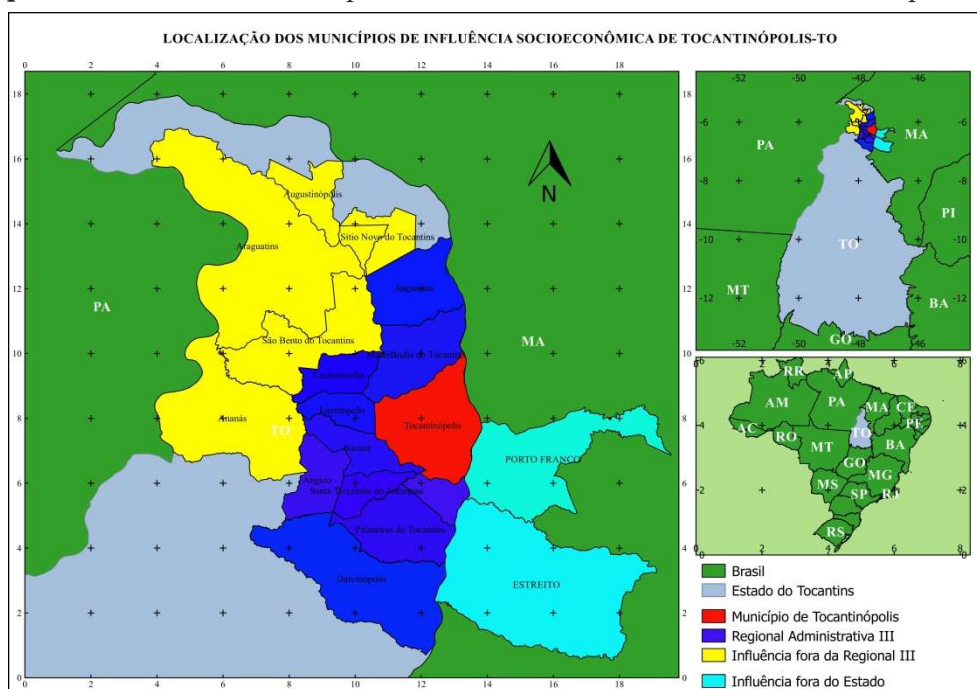
O gráfico foi organizado em categorias que, por sua vez, foram criadas a partir das respostas dos entrevistados. As categorias são: Órgãos Públicos; Bancos; Família e Amigos; Estudos; Trabalho e Comércio. A pesquisa de campo realizada no centro comercial da cidade de Tocantinópolis nos mostra que a maior demanda ao município de Tocantinópolis é a prestação de *serviços públicos* estaduais e federais, ocupando a primeira posição com (26%), seguido de *bancos* (21%) e *família e amigos* (19%).

Vemos que a categoria *comércio* aparece somente na quarta posição de demandas à cidade de Tocantinópolis, com apenas (10%) das demandas, ao lado de *estudos*, também com (10%). Logo depois vem *fórum* e *trabalho*, ambos empatados na quinta posição com (7%) das demandas à cidade. O fato de a categoria *órgãos públicos* ocupar a primeira posição em demandas à cidade reafirma Tocantinópolis como regional administrativa e estratégica para o Estado do Tocantins.

4.5 A região de influência socioeconômica de Tocantinópolis

Além dos municípios da Regional III definidos pela Seplan-TO (2015) como de influência de Tocantinópolis, foram identificados através da análise de dados da nossa pesquisa de campo mais 6 municípios tocantinenses, são eles: *Sítio Novo do Tocantins*; *Augustinópolis*; *Araguatins*; *Ananás*; *Axixá do Tocantins* e *São Bento do Tocantins* e 2 no Estado do Maranhão, são eles: *Porto Franco-MA* e *Estreito-MA*. Como apresentado no mapa 4 com a localização desses municípios.

Mapa 4 - localização dos municípios de influência socioeconômica de Tocantinópolis - TO



Fonte: Seplan-TO (2012). Edição: Saimon Lima de Britto (2017).

É importante ressaltar que a pesquisa identificou que a influência socioeconômica de Tocantinópolis penetra outras regionais da Seplan-TO, como é o caso de Araguatins (Regional I) e Augustinópolis (Regional II). Contudo, são municípios que têm sua independência econômica e estão no mesmo patamar socioeconômico de Tocantinópolis, mas buscam a cidade de Tocantinópolis quando da falha dos órgãos públicos em suas cidades, porém, essa relação entre sedes de regionais se faz principalmente na categoria *Família e Amigos*.

Foram constatados mais 2 municípios fora do Estado do Tocantins que recebem essa influência e possuem essa interrelação social, a saber: Porto Franco-MA e Estreito-MA, ambos pertencentes ao Estado do Maranhão. Esses municípios aparecem em uma situação semelhante aos municípios de Araguatins e Augustinópolis, porém, com uma relação mais próxima com Tocantinópolis e uma demanda específica, que são: *Trabalho, Estudo, Lazer e Família*. São servidores públicos esta-

duais e federais concursados, estudantes universitários e secundaristas, turistas e excursionistas em busca de balneários e praias, entre outros que fazem suas relações familiares.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo com todas as mudanças ocorridas no quadro econômico e social de Tocantinópolis, a partir da mudança do eixo econômico fluvial para o rodoviário, atualmente, o município ainda mantém sua devida importância econômica e social no Estado do Tocantins, atendendo diretamente 10 municípios tocanntinenses da sua regional administrativa e indiretamente 6 municípios tocanntinenses fora da sua regional, todos do Bico do Papagaio, que somam aproximadamente 120 mil habitantes. Além desses, Tocantinópolis também possui uma influência indireta em mais dois municípios fora do Estado do Tocantins, Estreito-MA e Porto Franco-MA, ambos do Estado do Maranhão.

Os municípios de influência econômica e social fora da Regional III – Tocantinópolis, são eles, a saber: *Araguatins, Sítio Novo do Tocantins, São Bento do Tocantins, Ananás, Augustinópolis e Axixá do Tocantins*. Araguaatins e Augustinópolis por sua vez são sedes de suas respectivas regionais, assim, possuem o mesmo porte urbano de Tocantinópolis. Já os municípios que dependem diretamente e fazem parte da Regional III – Tocantinópolis são eles, a saber: *Itaguatins, Maurilândia do Tocantins, Cachoeirinha, Luzinópolis, Nazaré, Angico, Santa Terezinha do Tocantins, Aguiarnópolis, Palmeiras do Tocantins e Darcinópolis*. Essa demanda e influência socioeconômica vêm principalmente do povo tocanntinense proveniente de municípios menores, em busca de demandas básicas, tais como educação, comércio, relações inter-pessoais, judiciário, transações financeiras e, em espacial, o acesso ao serviço público estadual e federal.

REFERÊNCIAS

- BECKER, Bertha K. **Amazônia**; Série Princípios. São Paulo: Editora Ática, 1990.
- BEZZI, Meri Lourdes. **Região: uma (re) visão historiográfica – da gênese aos novos paradigmas**. Santa Maria: Ed. EDUFMS, 2004.
- BRASIL. IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/tocantins/tocantinopolis.pdf> Acesso em: 03 de março de 2017.
- BRASIL. IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010. Disponível em: <http://CIDADES.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=172120> Acesso em: 03 de março de 2017.

CORREIA, Aldenora Alves. **Boa Vista do “Padre João”**: Tocantinópolis-Goiás. Goiânia: Casa Editora APLIC, 1977.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Mini Aurélio o dicionário da língua portuguesa**. 8. Ed. Curitiba: Positivo, 2010.

LEITE, Francisco Tarciso. **Metodologia Científica**: métodos e técnicas de pesquisa: monografias, dissertações, teses e livros. Aparecida – SP: Ideias e Letras, 2008.

LENCIONE, Sandra. **Região e Geografia**. São Paulo: Edusp, 2009.

LIRA, Elizeu Ribeiro. **A gênese de Palmas**: a geopolítica de (re) ocupação territorial na Amazônia Legal. Goiânia: Kelps, 2011.

MARTINS, Rosilda Baron. **Metodologia Científica**: como tornar mais agradável a elaboração de trabalhos acadêmicos. Curitiba: Juará, 2005.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital. Tradução Rubens Enderle. 2 edição. São Paulo: Boitempo, 2017.

RODRIGUES, Lysias Augusto. **O Rio Dos Tocantins**. Goiânia: UNIGRAF, 1978.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. 5ª ed. São Paulo: Edusp, 2008.

SANTOS, Milton. **O trabalho do geógrafo no terceiro mundo**. São Paulo: Edusp, 2013.

SANTOS, Milton. **Pobreza urbana**. São Paulo: Edusp, 2013.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova**: da crítica da geografia a uma geografia crítica. São Paulo: Edusp, 2012.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. São Paulo: Edusp, 2020.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. 5ª ed. São Paulo: Edusp, 2014.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 19. ed. Rio de Janeiro: Record, 2010.

SANTOS, Roberto de Souza; LIRA, Elizeu Ribeiro (Org.). **Fronteira, território e cidades no cerrado**: discussões e reflexões socioterritoriais. Goiânia: Kelps, 2017.

SANTOS, Roberto de Souza. **Territorialização dos atores hegemônicos, desenvolvimento regional e local** – Uma análise crítica sobre o Tocantins. Goiânia: Kelps, 2019.

SAQUET, Marco Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. Coleção Geografia em Movimento. 3. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

SOUSA, Carlos Antônio de Oliveira (org.). **Tocantinópolis**: 150 anos de urbanização. Goiânia: Kelps, 2008.

SOUSA, Carlos Antônio de Oliveira. **Repensando o turismo em Tocantinópolis:** críticas e possíveis viabilidades. Goiânia: Kelps, 2007.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Capitalismo e Urbanização.** Coleção: Repensando a Geografia. São Paulo: Contexto, 1991.

TOCANTINS. Secretária de Planejamento, 2015. Disponível em: <http://to.gov.br/reas-de-interesse/cultura/patrimonio-cultural/CIDADEs-e-monumentos-historicos/tocantinopolis/> Acesso em: 03 março de 2020.



CAPÍTULO 3

A CONSTRUÇÃO DA RODOVIA BELÉM BRASILIA NA FRONTEIRA: IMPLICAÇÕES NO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DA CIDADE DE ARAGUAÍNA-TO¹

Roberto de Souza Santos²

DOI: 10.46898/rfb.9786558891284.3

¹ Este artigo foi publicado parcialmente na revista Novos Cadernos NAEA v. 20 n. 3, p. 97-114, set-dez, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/4378>

² Doutor em Geografia. Professor Associado III do Mestrado e da Graduação em Geografia da Universidade Federal do Tocantins Campus Porto Nacional. E-mail: robertosantos@mail.uft.edu.br - Orcid iD - <https://orcid.org/0000-0002-4373-6443>

1 APRESENTAÇÃO

Os projetos de colonização e de desenvolvimento regional no Tocantins que contribuíram para o processo de urbanização é objeto de análise deste texto. Para esta análise fez-se um recorte espacial e temporal que é a partir da criação da rodovia Belém Brasília. Nesta análise e abordagem verificam-se os impactos territoriais dos projetos de desenvolvimento regional desenhados no espaço urbano de Araguaína. Estes impactos territoriais se referem aos desdobramentos sociais e econômicos dos projetos de desenvolvimento no espaço urbano na fronteira. Para esta análise foi realizado visitas de estudo de campo nos locais de estudo e uma revisão bibliográfica em livros e revistas sobre o tema pesquisado.

2 A FRONTEIRA E O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO NO TOCANTINS

De acordo com Diniz (2003, p. 365-6), a fronteira pioneira representa os assentamentos pioneiros marcados pela ausência de mercados de terra, grande disponibilidade de terra e trabalho, por rápido crescimento populacional via imigração. Para este autor, na perspectiva espaço-temporal, a fronteira se divide em fronteira transitória, fronteira consolidada e fronteira urbanizada.

A fronteira transitória representa os assentamentos transitórios caracterizados por economias dicotomizadas, onde convivem lado a lado, os agricultores de subsistência e comerciais, sendo que estes últimos encontram-se em franco processo de expansão. Com a valorização da terra, a propriedade agrícola, que se encontra atomizada na fase pioneira, começa a ser consolidada em grandes fazendas. Nestas áreas, as taxas de desmatamento são cada vez maiores. Estes fatos geram uma série de transtornos para as comunidades tradicionais que ali estavam fixadas territorialmente já algum tempo.

A fronteira consolidada, marcada por economias baseadas na agricultura comercial, concentração de terra em grandes propriedades, mercado imobiliário, presença de grandes empreendimentos agrícolas, relações de produção predominantemente capitalistas. Os imigrantes destas áreas tendem a ser os mais recentes desde que chegaram, após a instituição dos mercados de trabalho, de terra e a consolidação de pequenas propriedades em grandes fazendas de gado e de produção de alimentos. Nestas áreas, a descaracterização das comunidades tradicionais é ampliada.

As fronteiras urbanizadas fazem parte de uma herança dos embrionários núcleos urbanos criados no coração dos projetos de colonização, muito frequentes na região amazônica, em especial no Tocantins na região por onde passa a rodovia Belém Brasília. Seu crescimento é condicionado pelo processo de evolução das áreas de assentamento circunvizinhas, tornando-se, portanto, entidades inseparáveis dos projetos agrícolas dos quais se originaram.

As transformações estruturais no entorno destas fronteiras urbanizadas, intensificam os movimentos rural-urbanos, aumentando o tamanho e a complexidade dos povoados urbanos. Estes podem crescer o suficiente em organização e complexidade a ponto de se tornarem novos municípios. Esses lugares constituem centros de concentração e redistribuição de mão de obra, formada por ex-colonos e migrantes que não conseguiram acesso à terra. A medida que os centros ganham dinamismo, eles também tendem a receber um grupo de migrantes oriundos de áreas urbanas, atraídos pelo crescente setor terciário. Nestas áreas, o desejo de adquirir terra, ainda, é um importante estímulo à imigração.

A fronteira é resultado das políticas de investimento para o desenvolvimento regional. Estas políticas de investimentos por outro lado, também oxigenam o processo de urbanização na fronteira. A Amazônia Legal foi palco de diversos projetos de desenvolvimento regional, entre os quais, podemos destacar a SPVEA. Em 1953, é criada a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) por Getúlio Vargas. Juntamente com a criação desta superintendência criou-se também a Amazônia Legal. De 1930 até 1970, a região foi fortemente marcada pela concessão de terras na colonização oficial e doação de glebas. A partir anos 1930, as terras devolutas foram “vendidas” ou doadas às empresas colonizadoras e as áreas de colonização oficial ficaram reservadas às pessoas físicas.

A partir deste período, o poder público passa a dimensionar sua estratégia política de colonização e ocupação do território com a privatização de terras devolutas e a instalação da colonização dirigida (pública) na região. A partir dessas medidas governamentais a região passa ter atuação direta do Estado através da SPVEA. Em 1966, no governo Castelo Branco, a SPVEA foi substituída pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM).

A fronteira se amplia com o processo de modernização no país que começa com a chamada Marcha para Oeste, em 1943, e a intervenção direta do Estado para acelerar o deslocamento dos típicos agentes da frente pioneira sobre “territórios novos”, em geral já ocupados por aqueles que haviam se deslocado com a frente de expansão. Partir de 1943, a frente pioneira que, em outras regiões se movia impul-

sionada pelos interesses imobiliários do grande capital, das empresas ferroviárias e da agricultura de exportação, como o café, no Sudeste, na Amazônia passa a depender da iniciativa do governo federal (MARTINS, 1996). Portanto, a instalação do capital agropecuário na Amazônia teve e continua tendo o apoio do Estado.

O processo de urbanização na região planejado pelas políticas públicas de investimentos juntamente com o capital nacional e internacional, como afirma Oliveira (1991), também contribuiu para o “desarranjo espacial”, isto é, acentua os conflitos sociais no campo e nos espaços urbanos. Tal processo foi planejado para dar respaldo à ocupação econômica da Amazônia e integrá-la ao contexto nacional e internacional. Este fato trouxe benefícios apenas para uma pequena parcela da população, aquelas classes sociais mais ricas e, não proporcionou o desenvolvimento social na região de forma integrada entre campo e a cidade e as classes sociais.

As políticas territoriais estabelecidas pelos programas na Amazônia se fundamentam como uma espécie de alternativa geopolítica para a necessidade de abrandamento das tensões sociais na estrutura fundiária do sul do Brasil, colocando para os colonos a alternativa da migração para as áreas de fronteira, afirma Oliveira (1991). Os resultados das políticas territoriais destes programas são marcados pelo favoritismo, pois aí, o dinheiro público é usado para beneficiar grupos privilegiados. As políticas de desenvolvimento baseada na filosofia das teorias locacionais no Brasil foram estabelecidas a partir de programas como o Polo-centro, Polo-Amazônia, etc. Estes projetos tiveram objetivo básico de conquistar o cerrado, atingindo frações territoriais goianas e mato-grossenses cobertas pelo cerrado na área da Amazônia Legal e no Centro-Oeste.

O apoio do Estado contribuiu para a instalação e consolidação da fronteira capitalista, nessas regiões, a implementação de obras de infraestrutura, armazenagem, estradas, etc., além da pesquisa de sementes para promover o plantio de soja em grande escala no cerrado. Impôs uma nova organização territorial do cerrado, recortando-o em uma nova região, dentro do processo mais amplo da expansão do capitalismo no campo e na cidade – a fronteira capitalista.

Na década de 1970 foram criados os programas Polo-centro (1975) e Polo-Amazônia (1974), com o objetivo de possibilitar o acesso aos recursos naturais por grupos econômicos e o redirecionamento dos fluxos migratórios que partiam do Nordeste em direção ao Sudeste, para a Amazônia. De acordo com Oliveira (1991), ao cerrado estavam destinados os produtores vindos do Sul; e à Amazônia, os nordestinos. Os primeiros, devido à escassez de terras e altos preços cobrados pela parcela do solo, estavam em busca de abrir novas fronteiras para a produção agropecuária; e

os últimos, em virtude das condições adversas de clima, do solo e da concentração fundiária, necessitavam de novas terras para garantir sua subsistência.

Os programas de desenvolvimento contribuíram para a formação de uma fronteira vinculada ao desenvolvimento urbano-industrial, ou seja, na fronteira há um processo de urbanização e paralelamente, há também o processo de industrialização. Foweraker (1992) explicita que a fronteira pioneira além de estar associada à urbanização e ao aumento das taxas de industrialização, este fenômeno caracteriza-se por existir na periferia da economia.

Muitos teóricos são unânimes em afirmar que a fronteira expressa em lócus de um notável processo de urbanização. No Brasil, a fronteira surge de fato, quando o processo de industrialização deflagrado graças à acumulação cafeeira, com isso ocorre o deslocamento do eixo central da economia para a região Sudeste a partir de 1930. Isto é, ocorre o êxodo rural de forma acentuada. Nossa sociedade se urbanizou de forma ampliada, porém, esse processo aconteceu a partir do Leste para o Oeste e do Centro-Sul para o Norte no país. Portanto, o processo de urbanização na fronteira amazônica é recente.

Geralmente, a disposição geográfica do urbano se desenvolve a partir de duas ordens que acontecem simultaneamente: a planejada e a espontânea. A primeira deriva do planejamento e investimentos feitos pela ação combinada de capitais estrangeiros, privados nacionais e públicos federais juntamente com as políticas urbanas de desenvolvimento com objetivos pré-determinados. Faz parte desta intencionalidade os projetos de colonização e integração, a abertura de estradas, a implantação de núcleos urbanos, etc. A forma espontânea se refere aos elementos não controláveis como a diferenciação evolutiva dos núcleos urbanos e o comportamento do mercado de trabalho e de terras que se desenvolvem de forma espontânea de acordo com a dinâmica da economia local e regional em que estimula a migração.

Na Amazônia, há os modelos de urbanização dos projetos baseados nos grandes empreendimentos com volumes consideráveis de recursos financeiros, portanto, planejados. O modelo de urbanização dirigido é planejado pelo Estado que se baseia nos projetos de colonização e construção de rodovias na região como a rodovia Belém-Brasília e Transamazônica. Mas há também o modelo de urbanização dirigida pela colonização particular diretamente e controlada pelas companhias privadas e colonizadoras com apoio do Estado em terras devolutas ou não na Amazônia.

Na década de 1970, a expansão da fronteira amazônica efetua-se num contexto urbano, condição de organização do mercado de trabalho regional e de ocupação do território. Segundo Becker (1990), a fronteira urbana é a base logística para o projeto de sua rápida ocupação. Esta ocupação não se dá de forma linear, desde a frente extrativista e agrícola até ao urbano. Machado (1990) aborda que as políticas urbanas, através de investimentos em infraestrutura, equipamento funcional urbano e criação de núcleos planejados, possibilitaram o uso do espaço urbano como estratégia para o povoamento regional.

O perfil das cidades na Amazônia caracteriza-se pela concentração de grandes contingentes populacionais nas cidades, carentes de bens, equipamentos urbanos, trabalho e serviços públicos adequados e, também muitas destas cidades são isoladas pelos rios. Dessa forma, as cidades tradicionais, cidades da colonização, cidades espontâneas vinculadas ao garimpo ou a projeto extrativistas e as *company towns*¹, são facetas complexas do processo de urbanização na região (PEREIRA, 2004). É neste contexto das políticas de desenvolvimento regional, que o processo de urbanização da Amazônia se amplia e surgem novas cidades. Juntamente com as políticas de desenvolvimento regional vem também às políticas urbanas e de incentivo ao processo de urbanização e a consequente consolidação da fronteira capitalista na região.

No Tocantins, o processo de urbanização na fronteira foi estimulado pela construção da rodovia Belém-Brasília que se constituiu no novo eixo de desenvolvimento econômico e populacional da região transformando-a em uma área de atração econômica e demográfica. E deslocou a economia e a urbanização do vale do rio Tocantins para o divisor de água de sua margem esquerda. O movimento de ocupação humana e econômica no Tocantins está condicionada a orientação da rodovia Belém-Brasília (BR-153) depois de sua construção. Um novo processo de urbanização fez com que surgem várias cidades as margens da rodovia Belém-Brasília, sendo hoje algumas delas as principais do novo estado, tais como: Gurupi, Paraíso, Guaraí, Colinas e Araguaína. Na verdade, a criação da rodovia Belém-Brasília é resultado de uma política explícita de desenvolvimento e ocupação demográfica e econômica da Região Norte (Tocantins e Pará) de forma planejada.

A colônia agrícola de Goiás (CANG) instalada em 1940 na atual cidade Ceres-GO e a abertura da Belém-Brasília no final da década de 1950 (1958) são as pri-

¹ Segundo Trindade Junior (2005), 6 Referem-se às cidades implantadas para satisfazer às necessidades dos grandes empreendimentos econômicos na região, das quais são exemplos o núcleo urbano de Carajás (Projeto Carajás), Vila dos Cabanos (Projeto Albras/Alunorte), Monte Dourado (Projeto Jari), Porto Trombetas (Mineração Rio do Norte). Na Amazônia a produção de energia elétrica favoreceu a implantação de grandes projetos de exploração mineral, montados em verdadeiras "*company-towns*" (cidades-empresas) construídas no interior da floresta. Exemplos disso, temos o Projeto Jari, no Amapá; a Mineração Rio Norte e o Projeto Grande Carajás, estes últimos no Pará.

meiras entradas de uma nova política desenvolvimentista para as terras de Goiás e Tocantins. Isto é, estes projetos de desenvolvimento regional propiciaram um território fértil para a formação da fronteira urbana e agropecuário na região – a fronteira capitalista.

3 RODOVIA BELÉM-BRASÍLIA E A EXPANSÃO URBANA DE ARAGUAÍNA-TO

No governo de Juscelino Kubitschek foi construída a rodovia Belém-Brasília como a principal via de escoamento da produção e acesso ao estado do Tocantins. Souza (2002, p. 353) relata que: “através da política desenvolvimentista, a expansão rodoviária era vista como uma forma de integrar geográfica e economicamente as várias regiões do país”.

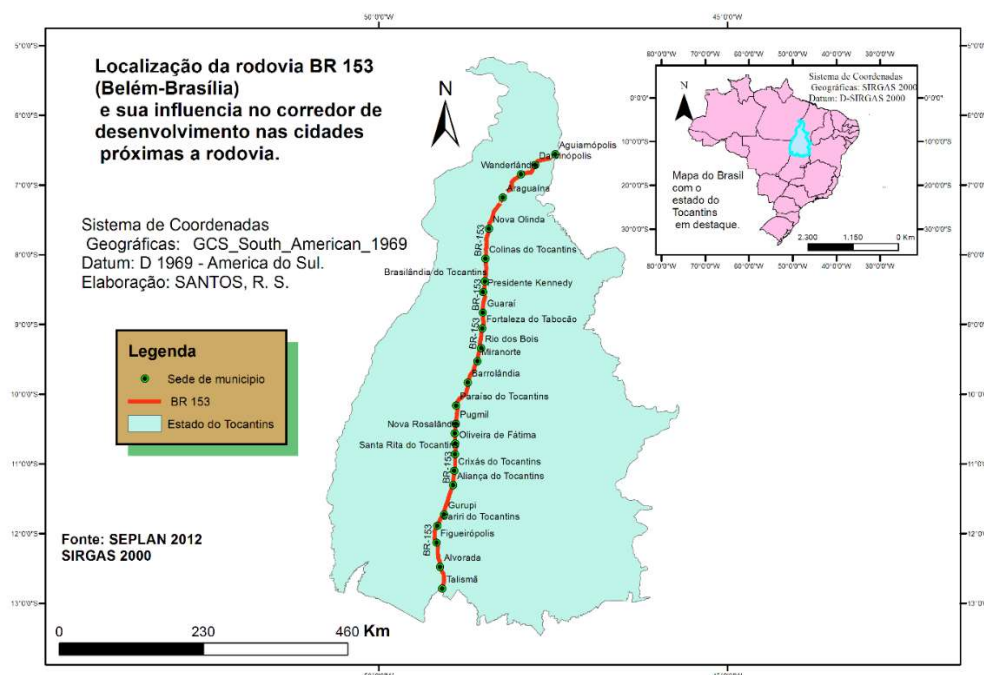
É importante destacar que o Plano de Integração Nacional, outrora embasado no discurso do progresso e desenvolvimento do interior do Brasil, não se concretizou em sua totalidade. Muitas regiões da Amazônia continuam isoladas, e sofreram perdas insuperáveis em biodiversidade, devido às ocupações desordenadas, aos desmatamentos e às queimadas. A Belém-Brasília, a principal via de escoamento da produção agrícola do cerrado tocaninense ampliou o acesso à região central do Brasil, mas não a integrou totalmente ao restante do Brasil, a exemplo da região do Jalapão. Outrossim, deslocou os centros produtores que antes se localizavam às margens do rio Tocantins, para às margens da rodovia Belém-Brasília, trazendo ao isolamento as cidades ribeirinhas e tradicionais (cidades oriundas do extrativismo mineral).

A estratégia dos governos militares era permitir a exploração dos recursos naturais pelo capital estrangeiro, sem considerarem as perdas e os impactos negativos que o interior do Brasil sofreria. Pode-se dizer que obtiveram êxito em relação ao desenvolvimento regional econômico, mas não em relação aos povos indígenas, quilombolas, seringueiros, ribeirinhos e toda a população da região. O projeto de integração nacional elaborado pelo governo do presidente Vargas, incluía a construção de uma rodovia que interligaria o Brasil do Meio-Norte ao Centro-Sul, a fim de escoar a produção de grãos e matéria-prima do interior do país para o Centro-Sul e para o exterior.

Com a instituição de políticas de investimento para o desenvolvimento regional do Brasil, o Centro-Sul e a Amazônia passaram por um povoamento e uma ampliação de suas economias. A política de Marcha para o Oeste, um projeto dirigido por Getúlio Vargas para a ocupação e o desenvolvimento econômico do interior do

Brasil, concretizado por Juscelino Kubitschek, possibilitou a construção de Brasília e a construção de inúmeras rodovias que integraram o interior aos grandes centros produtores do país, como a rodovia Belém-Brasília que atravessa o território tocan-tinense de Norte a Sul, conforme demonstra o mapa 01, a seguir. Neste mapa, é possível localizar também a cidade de Araguaína que fica bem ao Norte do estado.

Mapa 1 - Rodovia Belém-Brasília.



Até meados da década de 1950, o Norte goiano vivia um relativo abandono em relação a outras regiões brasileiras. A falta de vias de comunicação impedia o desenvolvimento econômico e social da região, que sofreu um grande impacto positivo economicamente, com a construção da rodovia Belém-Brasília. Foi a rodovia a responsável pela dinamização das comunicações, pelo surgimento de novos núcleos urbanos e pelo crescimento de outros. (VINHAL, 2009).

As rodovias têm um papel muito importante no processo de urbanização na região amazônica. São canais de penetração para o povoamento e para o desenvolvimento regional. Desde que o transporte rodoviário passou a ser priorizado pelos governos, em detrimento do transporte fluvial e ferroviário, no início da República, em 1889, as rodovias brasileiras se tornaram o principal e mais importante meio de transporte de cargas e pessoas do país.

A construção da rodovia BR-014, chamada a rodovia Belém-Brasília ou BR-153, compunha um plano de metas iniciado no primeiro governo de Getúlio Vargas, para a integração nacional, a partir do interior do Brasil, o que ele denominou de Marcha para o Oeste. O plano incluía a construção de inúmeras estradas, criando

eixos de ligação entre elas, às ferrovias e às hidrovias, como meio de aceleração do desenvolvimento econômico nacional. Vargas tinha consciência da necessidade sobremaneira da extração de matéria-prima e do fornecimento de produtos industrializados a essas regiões. A crítica a esse plano, mais tarde concretizado no governo de Juscelino Kubitschek, foi a entrada excessiva de capitais estrangeiros e a intensa exploração dos recursos naturais, a partir da penetração ao interior do cerrado e da Amazônia.

A rodovia Belém-Brasília teve e tem grande importância para a expansão urbana e para o desenvolvimento da região do Tocantins, como explica Souza, (2002, p. 368):

A importância dessa rodovia para Goiás pode ser medida pelo número de novas cidades criadas após sua construção. Emergiram daí centros como Araguaína, Colinas de Goiás, Guaraí, Miranorte, Paraíso do Norte, Gurupi, Alvorada, entre outras. A Belém-Brasília ainda se constitui na principal artéria do desenvolvimento de Goiás, por onde circula grande parte de sua riqueza. Até então, a maioria dessas cidades nortenses era lugarejos estagnados em função do isolamento em que se encontravam e sem grandes perspectivas de crescimento, uma vez que o governo do Estado não possuía condições financeiras para efetuar um investimento de tamanha envergadura. (Souza, 2002, p. 368).

Lira também reforça esta ideia da importância da rodovia Belém Brasília na expansão urbana das cidades e para o desenvolvimento econômico por onde a rodovia passa. “A Belém-Brasília se constituiu no novo eixo de desenvolvimento econômico e populacional da região do Tocantins, se transformando em uma área de atração e deslocando a economia e urbanização do vale do Tocantins para o divisor de água de sua margem esquerda”. (...) (LIRA, 2011, p. 152).

Infelizmente, o plano inicial de integração regional a partir de rodovias, hidrovias e ferrovias, não foi posto em prática. O que houve foi uma clara substituição do transporte antes realizado pelas ferrovias e hidrovias, pelo transporte rodoviário. E fortaleceu o deslocamento da economia para os eixos rodoviários causando estagnação em muitas cidades do país, a exemplo, temos o Tocantins, onde há cidades que margeiam o rio Tocantins e que serviam de rota para o comércio que se estendia até o Maranhão e o Pará. Mas com a construção da rodovia, essas cidades ficaram mais isoladas. Souza (2002, p. 382), reforça este nosso raciocínio afirmando que “Ao mesmo tempo em que a rodovia Belém-Brasília fez surgir novas cidades, ela também provocou a estagnação econômico-política dos municípios ribeirinhos, porque a navegação fluvial entrou em decadência como transporte mercantil, uma vez que pela rodovia se levava menos tempo para transportar as mercadorias”.

Valverde e Dias (1967, p. 270) reforçam a ideia de que não somente as cidades ribeirinhas perderam parte de sua população, mas nas áreas rurais sofreram um verdadeiro êxodo rural. “As áreas rurais, de estruturas arcaicas, transformaram-se em regiões de êxodo; a população rural, sem terras, sem perspectivas de melhores dias, migra em direção às áreas servidas pela rodovia ou para a bacia do médio Araguaia”. Até o fim da década de 1950 a maioria da população residia na zona rural ou em pequenas cidades às margens do rio Tocantins, como Babaçulândia, Filadélfia e Porto Nacional, de onde se escoava a produção pela via fluvial, como expõe Valverde e Dias (1967).

Ao contrário das cidades ribeirinhas, que entraram em um período de decadência no auge da construção das estradas de rodagem, aquelas que se localizavam às margens das rodovias sofreram um grande impulso econômico, como ocorreu com a cidade de Araguaína-TO, localizada entre os corredores dos rios Araguaia e Tocantins. Seu povoamento teve início em meados de 1876, às margens do rio Lontra, sendo emancipada em novembro de 1958. Antes de sua emancipação, o município foi conhecido como “Livra-nos Deus” e Lontra até receber o nome de Araguaína, e pertenceu a outros municípios como São Vicente do Araguaia (Araguatins), Boa Vista do Tocantins (Tocantinópolis) e Filadélfia, como afirma Gaspar (2002). Como explica Aquino (2002, p. 333), “enquanto isso, as cidades distantes da estrada, ao mesmo tempo em que não atraíam imigrantes, por não contarem com as mesmas vantagens de suas “rivais” da rodovia, pelas mesmas razões até perdiam populações (...)”.

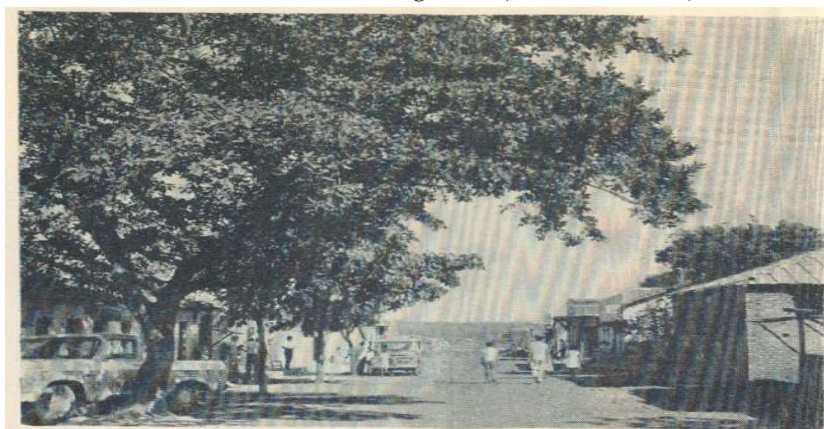
Até o fim da década de 1950, Araguaína não passava de um lugarejo com pouco mais de 2000 (dois mil) habitantes, cujos limites não extrapolavam os córregos Neblina, Lava-pés e Canindé, compreendendo as ruas Cônego João Lima, 1º de Janeiro, Falcão Coelho, Mangueiras, Rui Barbosa, Souza Porto e Santa Cruz, como afirma Gaspar (2002). Após a chegada das obras da rodovia, muitos dos trabalhadores da empreiteira responsável pela abertura da estrada, passaram a residir em Araguaína, e, para atender a esse fluxo de pessoas, vários estabelecimentos comerciais foram instalados: armazéns, lojas de tecidos, barbearias e pensões, que passaram a atender também à população oriunda do campo, que antes se dirigia a outros centros urbanos, como Babaçulândia e Filadélfia.

Ao longo da rodovia Belém-Brasília muitos estabelecimentos comerciais foram instalados com o objetivo de oferecer produtos e serviços a quem trafega pela rodovia. Na Avenida Bernardo Sayão (marginal da BR 153 em seus dois sentidos), em Araguaína-TO, existem inúmeros estabelecimentos comerciais. São hotéis, pos-

tos de combustíveis, lojas de autopeças, borracharias e restaurantes, que ora se destinam a atender aos transeuntes que por ela trafegam, ora refletem a paisagem urbana da cidade. Esta paisagem urbana se apropriou da rodovia em seu traçado urbano, principalmente após a sua duplicação e a abertura de loteamentos em áreas onde se concentravam poucos bairros residenciais. Este espaço urbano reflete as contradições sociais do modo de produção capitalista, entre os quais, destaca-se o processo de segregação social, que é visível na paisagem urbana da cidade de Araguaína.

Após cinco anos da abertura da rodovia, devido ao impulso de ciclos migratórios vindos de diferentes regiões do país e a permanência dos trabalhadores empregados na abertura da estrada, Valverde e Dias (1967, p. 205) relatam que: “Na rua principal, perpendicular à BR-14, há casas em construção e um comércio desordenado, rústico, embora com certas lojas especializadas: casas de fazendas, barbeiro, relojeiro, até instituto de beleza”. Ou seja, o geógrafo Valverde escreveu no ano de 1967, quando já começava a ocupação demográfica de Araguaína nas imediações da rodovia. A Foto 01 mostra o comércio instalado nesse período.

Foto 1 - Centro de Araguaína (década de 1960)



Fonte: Valverde e Dias (1967)

Nesse período, a economia de Araguaína se baseava na produção de babaçu, algodão, amendoim e arroz; e a atividade industrial era desenvolvida por uma fábrica de óleo de babaçu. A energia que abastecia a cidade era toda produzida por uma barragem construída no rio Lontra, como aponta Valverde e Dias (1967, p. 207).

Com a expansão do núcleo urbano de Araguaína uma parte da população que vivia na zona rural migrou para a zona urbana, em busca de outras atividades laborais, deixando o trabalho no campo, para se dedicarem às atividades comerciais, aumentando o índice de população urbana, assim como em Gurupi, Paraíso do Tocantins e Colinas, que emergiram com a construção da rodovia. Aquino (2002)

reforça esta tese do aumento da população a partir da construção da rodovia Belém Brasília. (...) “verificam-se impulsos bastante significativos nas décadas de abertura e pavimentação asfáltica da rodovia. A estrada teve sua construção iniciada no final dos anos 50, inaugurada em 1960 e a pavimentação concluída na metade da década de 1970”. Com isso a população aumentou, conforme afirma o autor, (...) “Através dos Censos de 1950 e de 1980, percebe-se que a população quase triplicou nas três décadas (...) No mesmo período verifica-se também significativo incremento da população urbana”. (AQUINO, 2002, p. 337).

No início dos anos 1990, com a recém-criação do estado do Tocantins, Araguaína assume a primeira posição com maior população e desenvolvimento econômico do estado, impulsionada pela atividade agrícola e pecuária. A expansão urbana de Araguaína extrapolou os antigos limites em menos de duas décadas, e atualmente a cidade é a segunda maior do Tocantins, com 150.484 habitantes, segundo o último censo do IBGE (2010).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A expansão urbana de Araguaína por um lado, foi motivado pela fronteira e, por outro, pela construção da rodovia Belém Brasília. Na região amazônica, as vias rodoviárias têm um papel muito importante para o desenvolvimento regional e, sobretudo, para a ampliação do processo de urbanização. Este fato é resultado de políticas públicas de investimento com o objetivo de instalar, formar e consolidar a fronteira capitalista na região. A fronteira capitalista desenha espaços contraditórios. No campo provoca o êxodo rural e gera a concentração fundiária, condicionando que os camponeses migram para a cidade. Estas contradições no campo ampliam os conflitos sociais entre camponeses e latifundiários, e também entre latifundiários e indígenas. Nos espaços urbanos, pode ocasionar a expansão de cidades de forma desordenada. Esta expansão em tempos muito curto, gera bairros e loteamentos sem infraestrutura e carentes de equipamentos urbanos. As cidades de fronteira, mesmo sendo muito jovens, já nascem com os velhos problemas sociais dos centros urbanos mais antigos do país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AQUINO, Napoleão Araújo de. A construção da Belém-Brasília e suas implicações no processo de urbanização do Estado do Tocantins. In: GIRALDIN, Odair. (Org.). *A (trans)formação histórica do Tocantins*. Goiânia: Ed. UFG; Palmas: Unitins, 2002. p. 315-350.

BECKER, Bertha K. et al. *Fronteira amazônica: questões sobre a gestão do território*. Brasília: Editora da UnB, 1990.

DINIZ, Alexandre M. A. Migração na fronteira agrícola. In: *AGETEO*. Volume 28, nº 03, setembro/dezembro 2003.

FOWERAKER J. A. *Luta pela terra*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1992.

GASPAR, Jacira Garcia. *Araguaína e sua região: saúde como reforço da polarização*. (Dissertação de Mestrado). Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2002.

IBGE – Censo Demográfico 2010.

LIRA, Elizeu Ribeiro. *A gênese de Palmas: a geopolítica de (re)ocupação territorial na Amazônia Legal*. Goiânia: Kelps, 2011.

MACHADO, Lia Osorio. Urbanização e migração na Amazônia Legal: sugestão para uma abordagem geopolítica. In: BECKER, Bertha K.; MIRANDA, Mariana Helena P.; MACHADO, Lia Osório. *Fronteira Amazônica: questões sobre a gestão do território*. Brasília-DF: Editora da Universidade de Brasília; Editora da Universidade Federal de Rio de Janeiro, 1990.

MARTINS, José de Souza. *Fronteiras: a degradação do Outro nos confins do humano*. São Paulo: Hucitec, 1997

MARTINS, José de Souza. O tempo da fronteira. Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. *Tempo Social. Rev. Sociologia*. USP, S. Paulo, 8(1): 25-70, maio de 1996.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Integrar para não entregar: Políticas públicas para a Amazônia*. 2ª ed. Campinas: Ed. Papirus, 1991.

PEREIRA, José Carlos Matos. *Importância e Significado das Cidades Médias na Amazônia: uma abordagem a partir de Santarém (PA)*. 2004. 139f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido), do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará, Belém, 2004.

SOUZA, Sônia Maria. Belém-Brasília: abrindo fronteiras no Norte goiano - atual Tocantins - 1958-1975. In: GIRALDIN, Odair. (Org.). *A (Trans) formação Histórica do Tocantins*. Goiânia: Ed. UFG; Palmas: Unitins, 2002. p.351-394.

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da. Grandes projetos, urbanização do território e metropolização na Amazônia. *Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina* - 20 a 26 de março de 2005 - Universidade de São Paulo

VALVERDE, Orlando; DIAS, Catarina Vergolino. *A rodovia Belém-Brasília: estudo de Geografia Regional*. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia, 1967.

VINHAL, Maria do Carmo Barros. *Colinas do Tocantins: desenvolvimento e transformações ambientais*. 2009. 90f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia) Centro de Ciências do Ambiente/UFAM-Manaus, 2009.



CAPÍTULO 4

A MULHER ESCRAVA E O TERRITÓRIO QUILOMBOLA NA COMUNIDADE “MALHADINHA” NO MUNICÍPIO DE BREJINHO DE NAZARÉ - TO

Jovina dos Reis Neto¹
Elizeu Ribeiro Lira²

DOI: 10.46898/rfb.9786558891284.4

¹ Graduada em Geografia (Licenciatura) pela Universidade Federal do Tocantins campus Porto Nacional. E-mail: jovina@uft.edu.br

² Doutor em Geografia. Professor Adjunto no Curso de Geografia e Permanente do Mestrado em Geografia na Universidade Federal do Tocantins campus de Porto Nacional -TO e do Mestrado Profissional em Educação da UFT - Campus de Palmas; E-mail: liralizeu@mail.uft.edu.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2190-9646>

1 INTRODUÇÃO

A comunidade remanescente quilombola Malhadinha da qual que fez parte desta pesquisa, situa-se no município de Brejinho de Nazaré no estado do Tocantins – TO, fica a 100km de distância de Palmas – capital –, 25km da cidade de Porto Nacional e 35km de Brejinho de Nazaré. É uma comunidade remanescente de quilombo que ocupa uma área territorial de aproximadamente 200 alqueires de terra. O território é composto por aproximadamente 70 famílias afrodescendente, somando um total de 250 habitantes. O nome “Malhadinha”, segundo referência a um espaço onde se criava o gado solto e onde o gado dormia, a esse lugar dava-se o nome de “malhada do gado”. Este espaço era reconhecido pelos fazendeiros e vaqueiros quando iam procurar gado e aí já sabiam onde encontrar. A comunidade segundo a narrativas de seus moradores mais antigos tem sua origem em uma mulher escrava a Sra. Ismênia trazida da Bahia por um Padre que a deixou trabalhando em sua fazenda, a fazenda São Felipe atual terras da malhadinha, diz a história da comunidade que essa escrava tinha uma marca de ferradura no ante-braço com a marca de seu primeiro dono, aí ficou conhecida como a “Mulher Ferrada”. Seus ancestrais tataranetos que ainda vivem na comunidade afirmam que o padre deixou a fazenda para Ismênia e duas filhas. Essa fazenda São Felipe em conjunto com outras comunidades quilombolas da região de Porto Nacional e Brejinho de Nazaré compunham a localidade histórica do século XVIII designada como Arraial do Bom Jesus do Pontal, localidade da então região norte da província de Goiás. A malhadinha segundo os moradores da comunidade teve sua localização inicial perto da Serra do Pontal próximo a região dos Adobes

A convivência na comunidade quilombola de malhadinha permitiu a constatação de diversos problemas, dentre os quais, destacam-se a questão da falta de memória sobre as origens e a formação da malhadinha, bem como a dificuldade de manter e perpetuar as raízes culturais em vários aspectos, incluindo as moradias originais e as formas de trabalho e suas manifestações como religião, folclore, etc.

Sabendo da importância da memória oral, discutiremos num contexto histórico as transformações impostas sobre mulheres da comunidade tentando avaliar as soluções imprescindíveis que foram se desenvolvendo na conquista desse território. Dessa forma todas as lembranças, o histórico de lutas das mulheres reflete de perto as vivências de cada uma delas com as experiências maravilhosas de afirmações individuais e coletivas constituído no passado, presente e futuro de cada geração que tiveram um saber acumulativo oriundos das memórias e de suas identidades.

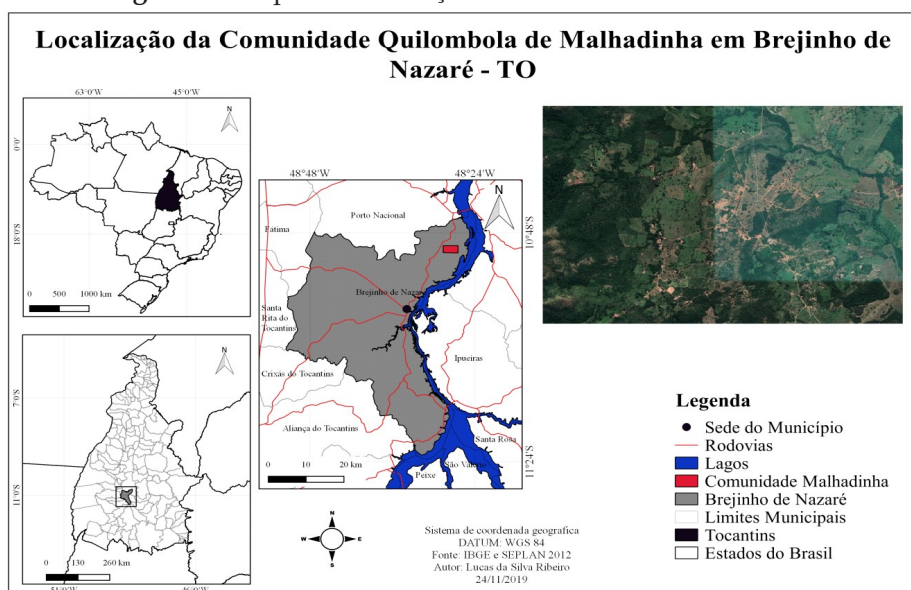
2 GEO-HISTÓRICO DA COMUNIDADE AFRO DESCENDENTE MALHADINHA

Nos mais de três séculos que durou a escravidão no Brasil, segundo Gonçalves (2012), foi trazidos, aproximadamente, seis milhões de africanos e africanas para o Brasil, para trabalharem na condição de escravos, levados para os diversos Estados Brasileiros, para trabalharem, principalmente, com a produção de cana-de-açúcar, na mineração e trabalhos domésticos. No Tocantins, na época ainda GOIÁS, formaram-se duas importantes rotas migratórias, durante o período da escravidão negra: uma entrada pela região Sudeste, na busca de ouro – “a rota do ouro” e outra pela Região Norte, na busca de pastos naturais para a criação de gado – “a rota do gado”.

[...] O reconhecimento à condição de remanescente de quilombo possibilitou que os subalternos reescrevessem suas histórias. Sem este dispositivo constitucional, as comunidades remanescentes de quilombos não teriam este nome e seriam distinguidos como segmentos sociais étnicos que luta pela terra. (FIABANI, p. 29, 2015).

A Comunidade Quilombola Malhadinha, localizada a 28 quilômetros de distância do centro de Brejinho de Nazaré –TO, e a cerca de 100 quilômetros, da capital Palmas. Tendo divisa com Porto Nacional, que também é responsável por sua administração. “[...] Tanto na Comunidade Malhadinha como na maioria das comunidades remanescente de quilombo do Estado do Tocantins, (até 2014, eram 29 comunidades reconhecidas pela Fundação Palmares no ESTADO), realizaram-se inúmeras ações, programas e projetos com o viés de contribuir com a melhoria da produção e qualidade de vida de seus integrantes. ” (SANTOS et. al, p.20, cap.1, 2015). **Figura 1** – Mapa de localização da Comunidade Malhadinha.

Figura 1 – Mapa de localização da Comunidade Malhadinha



Fonte: IBGE; SEPLAN-TO (2012). Autor: Lucas da Silva Ribeiro (2019)

3 HISTÓRICO DA MULHER FUNDADORA DO QUILOMBO: ISMÊNIA UMA MULHER MARCADA PELA VIOLÊNCIA DA ESCRAVIDÃO E PELA RESILIÊNCIA DE SER UMA MULHER NEGRA NA LUTA PELA SOBREVIVÊNCIA

Resgatar a história da Comunidade Quilombola de Malhadinha, município de Brejinho de Nazaré-TO, e de seus moradores, é trazer a memória da condição histórica de cada um deles e dos desafios enfrentados pelas mulheres negras de antigamente. O resgate histórico da comunidade quilombola de Malhadinha dizem-nos não apenas o que as mulheres fizeram, mas também o que elas queriam fazer, o que acreditavam ter feito diante da concepção de que a terra é um bem comum por parte da exposição de ideias circulantes entre as famílias da comunidade negras de Malhadinha e na participação concreta na vida das pessoas de sua história.

As narrativas se ligam a lugares e pessoas; no caso, os quilombolas. O quilombo é lugar de memória onde os moradores se reconhecem como parte dessa coletividade onde de certa forma se reconstroem e se percebem a diferença para com os elementos exteriores a essa comunidade. (MELO et al, p.38. 2015).

A comunidade da malhadinha tem seu processo de lutas e conquistas, e é sabedora da importância de seu papel na construção da história, das comunidades descendentes de escravos no Tocantins por ser uma das primeiras comunidades a ser reconhecida pela Fundação Palmares no novo Estado. Sua formação como a maioria das comunidades quilombolas no Brasil originou de escravos fugidos dos seus senhores fazendeiros. Mas no caso da Malhadinha tem um outro aspecto a ser considerado que foi a história de Ismênia a “Mulher Marcada” matriarca da comunidade que foi trazida do Estado da Bahia por um Padre para trabalhar em sua fazenda, justamente no local que hoje é a comunidade, na sua morte deixou a referida fazenda para Ismênia pela sua dedicação e os bons serviços prestados a ele. A partir de então por seu consentimento abrigava escravos fugidos de outras regiões que os mantinham escondidos em sua propriedade.

Quando nos reportamos à existência dos quilombos enquanto realidade histórica brasileira – reconhecendo similaridades em outros lugares, estamos no embate com a sombra de Palmares dentro de uma historiografia da resistência que acentua, dentre outros elementos, esse status como sendo uma característica primordial, embora não deva ser a única. (MELO, pg.32. 2015).

O fato é que “Ismênia” teria vindo da Bahia trazidas por um padre, no momento como sua escrava de identidade desconhecida, teria chegado na região por volta do ano 1816 e viveu na malhadinha até meados de 1882 no século XIX, com base nos relatos e na retrospectivas históricas da idade dos parentes vivos e mortos, informações obtidas por parte da quinta geração da mulher marcada a ferro e fogo “Ismênia”, já que não existe nenhum documento que comprove a sua existência,

contudo, essa afirmação conta somente com a história oral da família e com presença de um baú que provavelmente pertencera a ela. Seguindo essa linha de raciocínio estabelecemos um diálogo entre informações orais e ordenado pela disponibilidade dos mesmos e por acreditar que se trata de diálogo, sobretudo, bastante enriquecedor a história do tempo presente. Somente a história das famílias e amigos afirmam que ela realmente existiu. Com base nesses relatos e com idade dos parentes, então, faz-se crer que esta senhora teria nascido em 1792. Nesse sentido, os relatos das famílias sobre a mística Ismênia a “Mulher Ferrada” e fazendo retrospectiva dos parentes, tudo leva crer que essa senhora tivera 250 anos. Abaixo podemos conferir duas dessas narrativas entrevistas na íntegra nas quais poderão afirmar a existência da mulher escravizada e marcada a Sra. Ismênia e os costumes da época: a exemplo do Senhor Marcelino Ribeiro de Souza: dona Antônia Moreira de Sousa.

Qual o seu nome? “Marcelino Ribeiro de Souza”; Onde nasceu? Aqui na Malhadinha em 1933; Quem foram seus pais? José Ribeiro Sousa e Felizarda Antônia Sousa; De quem eram as terras, onde moram hoje? Antigamente era das seis Marias, hoje tá tendo “bucado” (muitos) de dono; Qual o seu Santo de devoção? Divino Espírito Santo e São Sebastião; Participa de algum festejo, qual? Participo principalmente do Divino espírito Santo; Como são realizados os festejos? É pela irmandade, a gente faz o sorteio aí quem pega o sorteio fica encarregado de fazer a festa daquele ano; Qual sua participação nos festejos? É como folião sou violeiro eu quem puxo os cantos; Como recebeu a notícia de que era descendente de quilombolas? Aqui, primeiramente fizeram uma peça de teatro pelo Vença aí foi boca a boca; O que mudou? Agora mesmo com o negócio das bolsas mesmo, teve oportunidade para os meninos estudar, as construções das casas entre outros vários benefícios; Quais os benefícios, para a comunidade? Vários benefícios como o remanejo da recuperação dos córregos, construção do aviário e agora tá vindo o plantio de mudas de frutas do cerrado (projeto); Como pensa na divisão das terras hoje? Agora mesmo ajudei a medir as terras com “itropologo” (agrimensor) que agora não me lembro o nome do (indivíduo) agora só tá dependendo do INCRA, o terreno está medido em 2 mil alqueires; Qual o nível de alfabetização? Até que série estudou? Até o segundo ano do ensino fundamental; Onde estudou? Aqui na Escola Malhadinha, na década de 1950 até 1951; Ouvi boatos de que havia uma mulher marcada, há algum descendente dessa mulher? Sim, a bisavó de Donato e que se chamava Ismênia; Quem são, estão vivos? Alguns estão vivos os bisnetos, os filhos de Miliano, os filhos de Donato; Chegou a conhecer alguém? Sim, alguns estão vivos os bisnetos, os filhos de Miliano, os filhos de Donato; Existe alguma documentação que possa comprovar a existência dessa mulher? Não sei, acho que existe um baú com o “trem” (objetos) dela encontra-se na casa de Pelé o dono hoje; O porquê do nome “malhadinha”? Malhadinha, porque antigamente o povo colocava o gado para pastar então colocaram o nome Malhadinha por causa do malhador de gado; Como eram as formas de trabalho das mulheres, antigamente? Era fiar, costurar, ir pra roça, trabalhava com o marido capinando, fazendo “corvara” (juntando lenha em um monte para colocar fogo), as mulheres plantavam arroz, milho, feijão, abóbora, mandioca, banana, cana de açúcar tudo na enxada cova por cova. No tempo de botar roça o marido ia derrubar a mata e as mulheres iam juntando o mato mais fino para queimar e depois da roça plantada elas iam colher o arroz cortando os cachos com as mãos com uma faca feitas artesanalmente lapidadas em madeiras. Depois do arroz cortado elas faziam a “estiva” (é um tipo de mesa feito com os pés de arroz para cobrir os cachos do arroz cortado) no meio da roça; Mudou algo em relação às formas de trabalho da época? Como/qual? Vi mudou porque a mulher

hoje “panha” (apanha) água na parede (Ou seja, agora possuem água encanada), ninguém lava roupa no “córgo” (córrego), temos energia, não usamos a candeia muitas delas não usam mais o fogão de lenha, temos casa de tijolos; Qual sua idade? É 83 anos é de 12 de abril de 1933; Qual a religião a que prática? Católico; Seus antepassados tinham uma religião específica, qual? Sim, somente católicos; Como eram os tipos de brincadeiras da qual participava, quando criança? Tinha várias brincadeiras como tambor, brincadeiras de rodas, tinha festa da quaresma, “intrude” (hábito de jogar água nas pessoas isso na semana santa); Como se sente sendo descendentes de escravos? Me sinto bem. Porque trouxe o reconhecimento e melhorias para a comunidade; Dona Antônia responde: conhece a história que havia uma mulher marcada, há algum descendente dessa mulher? “Sim, conheci a mãe de Donato que é neta de Ismênia e Donato que bisneto de Ismênia; sabe se tem parente dela aqui na comunidade? “Era Donato filho da Madalena bisneto de Ismênia e os tataraneto que os filhos de Emiliano e os de Donato; (uma observação Madalena mãe de Donato já e falecida e Donato Emiliano também). Chegou a conhecer alguém?” Sim. Porquê do nome “malhadinha”? “Disse que é por que é por causa da malhada do gado, o gado malhava e os povos buscava o gado no malhador por isso o nome Malhadinha; Como eram as formas de trabalho das mulheres, antigamente? No “Fuso” (algo utilizado pelas mulheres para fiar o algodão), ciscava o mato fino da roça, plantava arroz, feijão, abóbora, maxixe, banana, etc. Depois colhia à mão o arroz cortando os cachos e depois fazia as estivas, e fiava o algodão para poder fazer as roupas para poder vestir, eu mesma “fiço” (fiz) um “bucado” (muitos); mudou algo em relação as formas de trabalho da época? Como/qual? “Mudou demais porque agora ninguém vai mais na roça, ninguém buscar água no córgo, ninguém costura mais; qual sua idade?” 81 anos.

Diante desses dados, buscamos compreender mais a história da comunidade quilombola de malhadinha pela conquista deste território, esse processo histórico se deu a partir dessa mulher ferrada, a qual as pessoas relatam que existiu, e, passou por uma longa caminhada de lutas por indivíduos que ali vivem, testando a importância das mulheres na busca pelos direitos. Esses direitos são os processos de permanecer na terra e pertencimento no qual afirma FIABANI, 2015.

“A terra é muito importante para as comunidades negras, pois dela depende a existência do grupo”. De forma mais ampla todo e qualquer coletivo passa por um período de reconhecimento indenitário. Homens e mulheres autônomas, livres, que constroem realidades sociais concretas onde suas experiências estabelecem claramente o modo de vida em sociedade.

Para (FIABANI, p.15, cap. 1, 2015) “Não é ao valor comercial que nos referimos, mas ao sentido que ela tem para a comunidade. Segundo ele “A terra é o lócus da história do grupo, o elemento aglutinador, o ponto de convergência para todos da comunidade inclusive os que, porventura, saíram.” Discorrendo por essa lógica, o processo da construção de malhadinha si deve por moradores formada por uma escrava vinda da Bahia. A malhadinha atualmente, é o lar de cerca de 72 famílias negras rurais que se divide entre 14 localidades, desde a sua formação, a comunidade entende o uso da terra como um estilo de vida. FIABANI, (p. 27, 2015) diz

que a terra é, a “fonte de onde vem o sustento”. É por tanto, os resultados de uma tentativa de explicar as ações e reações históricas em diferentes temporalidades na construção desses sujeitos.

Para FIABANI, “as comunidades negras são centros de preservação da cultura afro. Nestes locais, os moradores mantem viva várias celebrações e os costumes centenárias. A religiosidade, tradição, o sentido da solidariedade, as formas de uso e preservação do solo, a relação com a natureza, a sabedoria dos mais velhos, as danças, as procissões, os mitos, lendas e muitas outras coisas estão preservados; no entanto, tendem a desaparecer “desaparecer” com a saída das famílias, pois são manifestações coletiva e perdem o valor com separação das pessoas ao saírem da comunidade”. (p. 28, 2015) Dessa maneira, o conhecimento e as experiências e a valorização das histórias e vivências nos mostram de forma clara que as pessoas da comunidade quilombola de Malhadinha, principalmente as mulheres se fazem presente na forma de ser, crer, falar, ouvir, comer, ver, e agir, influenciado assim pela cultura e por todos seus antecedentes mais antigos. FIABANI, diz que:

A Cerca Dessas Instituições Das Falas Dos Sujeitos Sobre O Quilombo, Elas Precisam Ser Ouvidas, Pois Descortinam Significados Que Desconhecemos, Mas Que Podem Fazer Com Que Possamos Compreender O Que Pensam E Que Importância Atribuem Ao Lugar Onde Vivem E Que Deixam, Retornando Depois Após Período De Ausência E Experiência Que Se Tornam Marcantes Na Vida De Cada Um Dos Moradores. (FIABANI, p. 41, 2015).

De acordo, com as informações das famílias da comunidade quilombola, e a contribuição memorial, e da aprendizagem, por parti do antepassado, principalmente das mulheres mais velhas, que vão passando suas experiências, costumes, entre outras atribuições, como a forma de trabalho, brincadeiras, danças, caráter, que vai acontecendo de geração, para geração, contribuindo assim para a sua transformação social.

A organização quilombola tem o diferencial de fixar-se na discursão em torno desta territorialidade sob duas bases fundamentais: a herança africana, fixação de seus saberes originários e a defesa de um território. Ela baseada na relação de parentesco, no respeito ao mais velhos, no papel de cada um dentro da comunidade, na religiosidade, nos espaços concretos e simbólicos e na retransmissão de seus costumes; portanto, a construção política de uma identidade coletiva em que seja possível assegurar a maneira estável do acesso a recursos básicos resulta, desse modo, em uma territorialidade específica que é produto de reivindicações e da agenda de lutas dos remanescentes de quilombo por acesso à terra e a políticas de inclusão social. (FIABANI, p. 75, cap. 2, 2015).

Dessa maneira, as mulheres da comunidade quilombola de malhadinha se organiza de forma ampla, de acordo com o conhecimento de cada uma das famílias mais velhas. Conhecimento esse que as moradoras da comunidade vão passando para a nova geração. De acordo com FIABANI (2015). “Construção da identidade

coletiva dessas mulheres possui uma dupla inserção social: como mulheres e como trabalhadoras” (p72, cap. 5, 2015).

Assim conforme FIABANI (2015) “As comunidades quilombolas caracterizam-se por modos específicos de ser, viver e fazer; seus territórios são os espaços de produção destas manifestações e, nesse sentido, condição fundamental para a sobrevivência da mesma. A territorialidade representa, portanto, o esforço de uma coletividade em ocupar, usar, controlar e identificar-se com um grupo específico.” (p.74, 2015, FIABANI,).

A formação de grupos de escravos fugitivos, conforme Marques (2011) caracterizou-se como a forma de resistência mais típica da escravidão no Brasil, demonstrando a reação contrária ao sistema escravocrata, em prol de uma vida mais digna. Esses grupos se aliavam e associavam-se à outras personagens sociais, adentrando aos sertões e florestas, formando as comunidades quilombolas, de maneira organizada, tornando possível a prática da cultura africana, dos rituais religiosos, além de viverem em liberdade. Esses quilombos representaram uma forma de luta e combate à escravidão, e espalharam-se por todo o Brasil.

Em contrapartida a conquista territorial da Malhadinha não se dava só pela sua construção social mais pela condição de pertencimento pelo território. Com base, nesse processo histórico está presente na história da mulher ferrada que viveu aqui na Malhadinha durante o século XIX. Segundo, informações dos moradores da comunidade, essas terras foram doadas por um padre de identidade desconhecida, como foi dito antes; assim como FIABANI, (2015), afirma e descreve algumas das comunidades negras rurais sendo doadas para alguns familiares de ex-escravos; segundo ele as principais matrizes formadoras das comunidades negras são: comunidades originadas de antigos quilombos, comunidades formadas em terras devolutas, comunidades que se constituíram em terras de igrejas ou de ordens religiosas, comunidades formadas a partir de terras compradas pelos cativos ou ex-cativos, comunidades constituídas em terras recebidas por herança, comunidades formadas em terras de fazendas abandonadas, comunidades que nasceram de doações de terras pelo Estado em troca de serviço guerreiros, comunidades nascidas em terras indígenas e também constituídas em terras destinadas para assentamentos organizados pelo Incra. (FIABANI, p. 24, 2015), confirmando a existência de Malhadinha, sendo uma dessas terras de herança doadas por um padre na época em que chegou ao local para um senhor chamado Felício Dias dos Reis.

MARQUES (2011). “Todavia, o verdadeiro nome é Fazenda São Felipe que foi uma doação de um padre ao Sr, Felicio Dias que deixou como herança para as filhas,

Apolônia e Leandra, matriarcas da comunidade que são os Vencelence, Araújo Dias e os Pinto Xavier. Porém, a maioria dos moradores da comunidade afirmam que essa fazenda São Felipe que hoje é Malhadinha foi doada para Ismênia pelo padre já citado. e certo que esses relatos realmente confirmam a história da comunidade quilombola de Malhadinha, dizem-nos não apenas sobre o direito de permanecer na terra, além de ressaltar seus sentimentos de várias temporalidades existentes em torno da propriedade.

Ainda de acordo com FIABANI, (2012) referindo as terras doadas aos escravos: “Em algumas fazendas, alguns proprietários entregaram, em vida ou por testamento, pedaços de terra para que fossem cultivadas pelos trabalhadores escravizados. Após a abolição, mesmo não legalizada a propriedade, essas terras transformaram-se em pontos de atração para outros afrodescendentes. Ou seja a doação de terras aos trabalhadores escravizados era feita a toda a coletividade. No entanto, a ocupação e o uso da terra fez-se das duas formas: familiar e coletiva.” (FIABANI, pg. 354, 2012).

4 OBJETOS HISTÓRICO QUE COMPROVAM A EXISTÊNCIA DA SRA. ISMÊNIA A ESCRAVA “FERRADA” MATRIARCA DA COMUNIDADE MALHADINHA

Figura 2 - Baú da Escrava Ismênia encontrado na casa de seu tataraneto o Sr. Francisco de Assis Dias Dos Reis, filho de Sebastião e Madalena filha da escrava Ismênia “a mulher ferrada”



Fonte: a autora

Este é o baú que família diz ser da Ismênia, uma relíquia que a família vem sempre conservando desde século XIX. Essa relíquia está na mão do tataraneto de Ismênia, sendo guardado por gerações. Conforme, foram ampliando as filiações da Ismênia as histórias sobre ela foi sendo esquecida, de maneira que gerações mais novas não a conhecem, quando perguntado se alguém conhece a história de Ismê-

nia sempre vêm com a mesma informação de que essa mulher foi minha bisavó, outros afirmam que essa senhora viveu sim na Malhadinha. Visto que, no caso da existência, de Ismênia será mais uma das muitas das escravas fugida sem registro e sem documento que comprove. Conforme, (Bosi,1994):

A força de vocação pode depender do grau de interação que envolve eventos de repercussão restrita deferem, em sua memorização, dos que foram revividos por um grupo anos a fio. Mas, uns e outros sofrem de um processo de desfiguração, pois a memórias grupal é feita de memórias individual. Conhecemos a tendência da mente de remodelar toda experiência em categoria nítidas, cheias de sentido e úteis para o presente. Mal termina a percepção, as lembranças já começam a modifica-la; experiências, hábitos, afetos, convenções vão trabalhar a matéria da memória. Um desejo de explicação atua sobre o presente e sobre o passado, integrando suas experiências nos esquemas pelos quais a pessoa norteia sua vida. (pg. 419, 1994).

Nesse sentido, as idéias indutivas capazes de expandir o olhar para os diferentes objetos de lembranças ou das memórias passadas está no uso da terra, e de ferramentas que possibilita o indivíduo guardar fatos que reflete o ser humano resistir sobre um tempo secular. No caso da população de Malhadinha fica a construção cultural e memorial e o pertencimento histórico dos parentes de Ismênia que guarda por gerações esse baú. Como afirma BOSI (pg 55, 1994), “Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado.” Com isso, o resgate histórico de Malhadinha se dá por vezes pela formação da historicidade quilombola que reflete a origem da mesma e pelas raízes culturais como também o modo de vida da comunidade incluindo as moradias antigas que porventura vieram acabar com o tempo o que derrubaram para dá lugar as novas construções. Moradias de alvenarias com telhados de cerâmicas, piso, deixando assim um contraste com antenas parabólicas e energias elétricas, água encanada em quase todas as casas da comunidade. Porém, este contraste vem contrapor a originalidade do que é um quilombo. Contudo FIABANI, (pg 230, 2015) afirmam que: “Neste jogo de relações de poder, esse povo constrói sua afirmação e organização política, ressinificando raízes de suas histórias no trabalho de memórias coletivas. ” (pg. 230,2015);

Há exemplo de um tipo de forno de assar bolo que existi na casa que era do senhor Sebastião que hoje pertence a Francisco de Assis Dias dos Reis.

Figura 3 - Forno de assar bolo na residência do Francisco de Assis Dias dos Reis.



Fonte: a autora

Ao observar uma relíquia como essa, vê-se que as mulheres permanecem conservando as tradições presentes, passadas e futuras que durante muitos anos foram se perpetuando por gerações e continua invicto com suas famílias. O forno é usado pelas as mulheres da comunidade até hoje para assar bolos em épocas de festas. Além de tudo, tem-se valorizado a tradição cultural da comunidade, além de preservar as tradições dos moradores do lugar e contribuir com as relações dos sujeitos da comunidade Quilombola de Malhadinha.

Esta casa é uma das construções que ainda existe na forma original feita de adobe provavelmente construída pelo senhor Donato, que hoje quem vive nela é o Senhor Francisco Di Assis Dias Reis. Preservação como esta assim como outros objetos são importantes para as gerações futuras. Na Malhadinha só existe ainda algumas casas, matem ainda retratos que fica na parede como da casa senhor Donato que hoje está na mão do filho Francisco Assis Dias dos Reis. Evidentemente, essas imagens de algumas formas são acontecimento de estimação para essas famílias. De acordo com Lira et al (2018) [...] Essa relação é registrada pela memória, individual e coletiva, fruto e condição de saberes e conhecimentos” (pg. 384). Diante, dessa perspectiva as famílias da comunidade Quilombola de Malhadinha no município de Brejinho de Nazaré - TO são constituídos pela valorização à lembrança e tradições de manter viva a memória de seus antepassados.

Conforme, Rios et al (2005) “Apesar disso, os deslocamentos de sentido produzidos pelos novos agentes de formação da memória social começam apenas a se esboçar como [...] alternativa da memória familiar sobre o tempo”.

5 CONSIDERAÇÕES

Com base nos levantamentos o processo que contribui para a consolidação e manutenção o sistema em questão, não é um processo aceito por completo, repleto

de conflitos territoriais, contradições e que busca e viabilizam a manutenção humana pautada na desigualdade. Partindo de tal situação que, nossa pesquisa não se trata de uma expressão pessoal ou individual, mas sim do resultado de um esforço em evidenciar a luta da das mulheres e trabalhadores negros contra os obstáculos elencados pelo Estado e pela classe burguesa branca, pois, se a classe trabalhadora produz na terra com seu esforço, suor e força de trabalho, porque não pode ser dona de fato desse meio de produção e usufruir do resultado de seu trabalho? E na tentativa de alcançarmos uma certa equidade, os trabalhadores do Brasil, sejam quilombolas, indígenas, e demais segmentações sociais pobres, tanto rural quanto urbana, tem resistido e persistido, na luta por uma justiça social igualitária. Assim, percebemos que a luta da ex-escrava Isménia pelo território não parou em seu tempo perpetuou até a nossa geração, a identificação desse enfrentamento fez surgir outras inquietações, avista que, pesquisar não é algo tão fácil, e que o negro aqui em especial aos quilombolas, vem ganhando voz inclusive no recente reconhecimento pelo território sendo considerado quilombolas descendente escravagista, faltando apenas considerar que suas existências e resistências sejam mais evidenciadas para o futuro de suas gerações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. **Quilombos**: Geografia africana - Cartografia étnica - Territórios tradicionais. Brasília: Mapas Editora e consultoria, 2009.

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. **Territorialidade quilombola**: fotos e mapas. Brasília: Mapas Editora e consultoria, 2011.

APOLINÁRIO, Juciene Ricarte. **Os Akroá e outros povos indígenas nas fronteiras do Sertão**: As práticas das políticas indígena e indigenista no norte da capitania de Goiás - século XVIII. Tese de Doutorado.

APOLINÁRIO, Juciene Ricarte. **A comunidade remanescente de quilombo do Engenho Siqueira**: territorialidade, identidade quilombola e potencialidade da agroecologia. Bogotá - Colômbia; Revista Colombiana de Geografia, v. 21, n.º 1, Jan-Jun de 2012.

ALMEIDA, R.A. **Relatório antropológico de reconhecimento e delimitação do território da comunidade Quilombola Magalhães**. Brasília, DF: UNB, 2017.

ANDRADE, Manuel Correia. **O processo de ocupação do espaço regional do Nordeste**. 2º Ed. Cord. Planejamento Regional. Recife: SUDENE 1979.

APOLINÁRIO, Juciene Ricart. **Escravidão negra no Tocantins colonial**: Vivências escravistas em Arraias (1739-1800). Goiânia: Kelpes 2000.

AWDRIM, J. M. **Os sertanejos que eu conheci**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1963.

BOSI, Ecléia. *Memórias e Sociedade: lembranças de velhos* Ed. T.A Queirós. São Paulo, 1994.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Peões, Pretos e Congos**: Trabalho e identidade étnica em Goiás, Goiânia: Universidade federal Brasília, 1977.

CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMOVEIS DE NATIVIDADE 1º NOTAS. **Certidão Negativa de Matrícula**. 04 de Maio de 2012, Natividade -TO.

CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMOVEIS DE NATIVIDADE 1º NOTAS. **Certidão de Inteiro Teor de Matrícula**. 25 de Junho de 2012, Natividade -TO.

CASTRO, Iná Elias; Gomes da Costa Paulo; CORREIA, Roberto Lobato (Org). **Explorações geográficas**: Percurso no fim do século. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

FERREIRA, Juvenal Lucio. **A História de Santa Rosa do Tocantins**. Santa Rosa, 2004.

Fundação Cultural de Palmares. **Relação das Comunidades reconhecida como remanescentes de quilombo no Tocantins 2010**. Disponível em: fundacaocultural-palmares.org.br. Acesso em: 15 de março 2012.

FRAGOSSO, J. L. **Homens de Grossa Aventura**: Acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1970-1830). Edição. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1998.

FIABANI, Adelmir. **Mato, palhoça e Pilão**: o quilombo, da escravidão às comunidades remanescentes 1532-2004. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

FIABANI, Adelmir. **Os Novos Quilombos**: luta pela terra e afirmação étnica no Brasil (1988-2008). Palmas: Negô, 2015.

GOMES, Flávia dos Santos. **Histórias de quilombolas**: Mocambos e Comunidade de senzalas no Rio de Janeiro XIX. Ed. Revista ampla. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 430.

GOMES, H. **Revisitando um Quilombo Brasileiro**. Goiânia: UCG, 2004.

GOMES, Horieste. **Geografia**: Goiás e Tocantins. Goiânia: EDUFG, 1988.

GOMES, Elvanir Matos. **O Rosário dos Congos na Festa do Carmo**. Porto Nacional: Pote, 2004.

HARLEY, David. **A justiça Social e a Cidade** (Tradução de Armando Corrêa da Silva). São Paulo: Hucitec, 1990.

Lima, Ruy Cirne. **Pequena história territorial do Brasil**: Sesmarias e terras devolutas. 4º edição. São Paulo: Secretária do Estado da Cultura, 1990. p. 43.

MOREIRA, Eliane de Souza. **Modo de Vida e Produção da Comunidade Afrodescendentes do Morro São João no município de Santa Rosa-TO**. Universidade Federal do Tocantins. Curso de Geografia. 2009.

MALCHER, Maria Albenize Farias. **Identidade quilombola e território**: Comunicação do III Fórum mundial de tecnologia e libertação. Disponível em: www.uftl.org/pdf/046.pdf. Acesso em: 12 janeiro 2012.

MATOSSO, katia M. de Queiroz. **Ser escravo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2003. p. 256.

MAIA, Doralice Sátyro. **A Geografia e o Estudo das Tradições**. Terra Livre AGB, São Paulo, n.16,2001.

NEVES, Maria de Fátima Rodrigues das. **Documentos sobre a escravidão no Brasil**. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2002.

ODWYER, Eliane Catarina (Org). **Terras de quilombolas**. Rio de Janeiro: BA/CFCH: UFRJ, 1995.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A agricultura camponesa no Brasil**. 3º Edição. São Paulo: Contexto, 1997. (Caminhos da Geografia).

OLIVEIRA, Maria de Fátima [et al.]. **Festas, Religiosidades e Saberes do Cerrado**. In: Oliveira, Fernando Bueno; D, Abadia, Maria Idelma Vieira: "Ainda Existimos, Resistimos": Trajetórias e Territorialidades Negras no Cerrado. p, 263-294: OLIVEIRA, Maria de Fátima. Editora UEG, Anápolis, GO, 2015.

PALACIM, Luiz. **O século do ouro em Goiás (1722-1822)**: Estrutura e conjuntura numa capitania de Minas. 4º edição. Goiânia: UFG, 1994.

PESSOA, Jadir dos Santos d. Moraes. **A revanche camponesa**. Goiânia: UFG 1999.

PIRES, A, L. OLIVEIRA, R. (orgs). **Sociabilidades Negras**: Comunidades Remanescentes, Escravidão e Cultura. Belo Horizonte: Daliana Ltda. 2006.

PIRES, Antônio Liberac; OLIVEIRA, Rosy. (orgs.). **Sociabilidades Negras**. Comunidades Remanescentes, Escravidão e Cultura. Belo Horizonte: Gráfica Daliana Ltda, 2006.

RAFFESTIN, Claude. **Por Uma Geografia do Poder**. Editora Ática, São Paulo, 1993.

REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (orgs.). Liberdade por um fio: *História dos Quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.

SANTOS, José Luiz dos. **O que é Cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

SANTOS, Diana Assunção. **Território e identidade**: O caso da comunidade remanescentes de quilombo. Velame – Vitória da Conquista/ Bahia. Disponível em: www.xecambolo. Revista.dype.com.br./...30708533_arquivo-artigo. Acesso em 12 janeiro 2012.

CAPÍTULO 5

O TURISMO DE SOL E PRAIA NO MUNICÍPIO DE TOCANTINÓPOLIS NO ESTADO DO TOCANTINS¹

Saimon Lima De Britto²
Katiane Da Silva Santos³

DOI: 10.46898/rfb.9786558891284.5

¹ Artigo parcialmente publicado na Revista Querubim (UFF). Disponível em: http://cepisnf.uff.br/wp-content/uploads/sites/428/2018/08/zzzquerubim_34_v_4.pdf

² Doutorando em Geografia pelo Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás. E-mail: saimonlima@uft.edu.br Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0001-5168-8747>

³ Professora de Geografia na Educação Básica. Doutoranda em Geografia na Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: geo.katiane@mail.uft.edu.br Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0002-0689-2375>

1 APRESENTAÇÃO

A pesquisa visa analisar o turismo de sol e praia no município de Tocantinópolis – TO a partir da bibliografia da temática e dos conceitos dos órgãos oficiais juntamente com o levantamento *in loco* dos pontos turísticos de sol e praia no referido município. Objetiva-se identificar quais principais pontos turísticos de sol e praia do município, como também seu principal público de frequentadores bem como as políticas públicas voltadas para essa área. A pesquisa visa suprir o déficit de trabalhos científicos na área da geografia do turismo na região norte do Estado do Tocantins. Foi averiguado que Tocantinópolis têm um grande potencial de turismo de sol e praia e está entre os principais municípios procurados pelos turistas em todo o Estado do Tocantins.

2 INTRODUÇÃO

É de fundamental importância definir através dos órgãos oficiais o conceito de “praia” e conseqüentemente o “turismo de sol e praia”, pois segundo o MTur – Ministério do Turismo (2008, p.16) afirma que:

O termo Turismo de Sol e Praia passou a ser empregado para uma variedade de ambientes, considerando-se como praia a área situada ao longo de um corpo de água, constituída comumente de areia, lama ou diferentes tipos de pedras, abrangendo as praias marítimas, fluviais e lacustres (margens de rios, lagoas e outros corpos de água doce) e praias artificiais (construções similares às praias naturais à beira de lagos, represas e outros corpos d’ água). (BRASIL, 2008, p.16).

Veja que o Ministério do Turismo define como praia a areia situada ao longo de um corpo de água e complementa incluindo além das praias marítimas, também as fluviais e lacustres. É através dessa perspectiva que iremos trabalhar a dinâmica e o potencial do turismo de sol e praia no município de Tocantinópolis no Estado do Tocantins, com enfoque nas praias e ilhas fluviais que se localizam no município, às margens do Rio Tocantins.

Conceituamos alguns termos necessários para o entendimento do turismo. De acordo com a OMT – Organização Mundial do Turismo (2017) “é necessário passar pelo menos vinte e quatro horas fora do lugar do domicílio, para ser turista”. CORRIOLANO e SILVA (2005, p.87), afirmam que “A viagem de um dia é chamada de excursão” sendo assim, além dos *turistas*, identificamos também os *excursionistas* que visitam o município de Tocantinópolis na temporada de praia e assim também como os *residentes*, que segundo dicionário Mini Aurélio (2010, p. 661) vem de residir, habitar, morar, ou seja, consideraremos também esse público de moradores de Tocantinópolis.

Segundo Laville e Dionne (1999, p.20) “Um problema é sempre uma falta de conhecimentos”. Essa falta de conhecimento que assola a região do Bico do Papagaio, região cheia de particularidades geográficas é que nos leva a tratar da problemática na região, em especial o turismo de sol e praia em Tocantinópolis como objeto da nossa pesquisa. A partir daí buscamos compreender como se dá esse turismo de sol e praia no município de Tocantinópolis, identificando quais suas principais praias, especificando seu público e descrevendo as políticas públicas voltadas para essa categoria do turismo no município.

3 METODOLOGIA

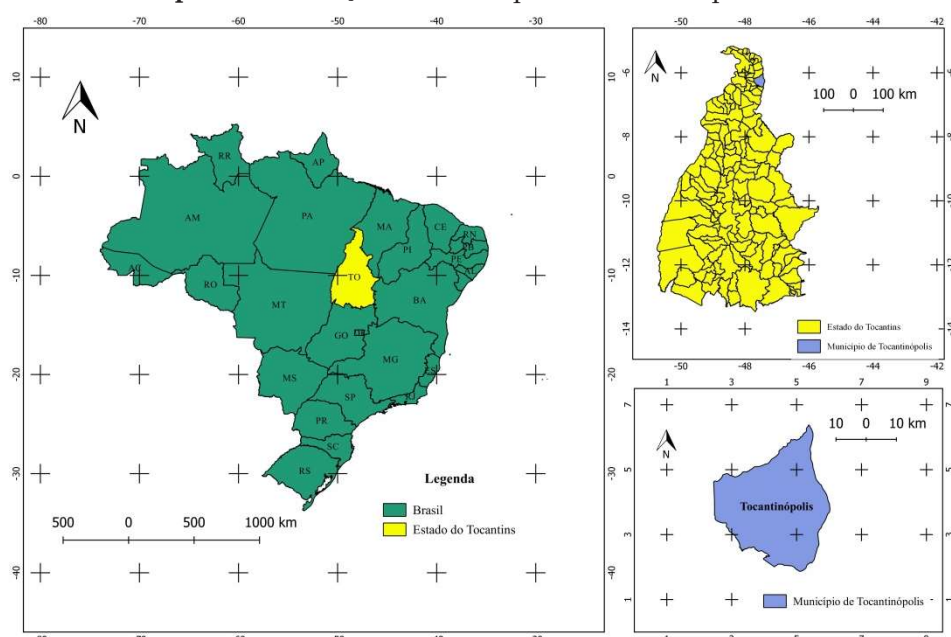
De acordo com o dicionário Mini Aurélio (2010, p. 503) a palavra método em Grego, *méthodos*, significa, “procedimento organizado que conduz a um certo resultado”. O autor fala de procedimento organizado, o que dá a ideia de planejamento, que conduziu a pesquisa. O método deve ser elaborado e seguido de maneira a dar confiança a pesquisa e ao trabalho realizado.

Os estudos relacionados à dinâmica do turismo de sol e praia no município de Tocantinópolis foram realizados através de observações sistemáticas *in locu* com auxílio de equipamentos fotográficos, referenciados por um levantamento bibliográfico que trata especificamente do tema geografia do turismo. Para identificar o turismo de sol e praia e sua dinâmica também serão realizadas informações em jornais, sindicatos, associações e órgãos públicos por meio de solicitações junto a tais instituições, quando necessário.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 O município de Tocantinópolis-TO

O município de Tocantinópolis têm 163 anos de emancipação política, com sede registrada sob as coordenadas geográficas latitude 06° 19' 46" S e longitude 47° 24' 59" W fica situado no extremo norte do Estado do Tocantins, na região do Bico do Papagaio, região de grandes babaçuais na transição do cerrado para a floresta amazônica, a cidade é banhada pelo Rio Tocantins. Segue mapa 1 de localização do município de Tocantinópolis – TO.

Mapa 1 - Localização do Município de Tocantinópolis - TO

Fonte: Seplan - TO (2012). Org. Saimon Lima de Britto (2017).

De acordo com IBGE o município de Tocantinópolis - TO tem uma população estimada de 22.845 pessoas para o ano de 2020, em uma área de 1.077,073 km² incluindo parte da Reserva Federal Indígena Apinajé. O município faz divisa com Estado do Maranhão, especificamente com a cidade de Porto Franco - MA através do Rio Tocantins.

4.2 O turismo de sol e praia no município de Tocantinópolis-TO

O município de Tocantinópolis é repleto de belas praias e ilhas pelo Rio Tocantins, que se formam pelo depósito de aluvião através das ondas das curvas do rio que acomodam os sedimentos de areia, formando belas paisagens e atraindo muitos turistas nas épocas de estiagem, que são nos meses de junho, julho e agosto, com destaque para o mês de julho por ser o mês das férias escolares e o mês do aniversário do município.

O município de Tocantinópolis está localizado à margem esquerda do Rio Tocantins em divisa com Estado do Maranhão, contém oficialmente, duas praias às margens do rio, a “Praia da Beira” ou “Praia da Rampa”, como alguns gostam de chamar, e a Praia do Nilson, esta última em propriedade particular. Recentemente, no ano de 2020, surgiu mais um ponto de praia no município, também em propriedade particular, ficou conhecida pelo nome de “Praia do Fabinho”, em alusão ao nome do proprietário das terras pertencentes a praia.

O município conta também com duas ilhas, a Ilha de Nossa Senhora Dos Navegantes, conhecida pelos locais por “Ilha da Santa” ou por “Praia da Santa” e a “Praia do Meio” que recentemente recebeu criticamente o nome de “Ilha de Caras” por lá estarem instalados em ranchos e flutuantes todos os anos, nos últimos 4 anos, boa parcela da burguesia da cidade. Além dessas, o município conta também com diversas ilhas desertas visitadas por turistas mais aventureiros que buscam privacidade em um camping isolado. Segue fotografias 1 e 1a da Praia da Beira em Tocantinópolis-TO.

Fotografia 1 e 1A - Praia da Beira em Tocantinópolis-TO.



Fonte: Saimon Lima de Britto. Trabalho de campo (julho de 2017).

A orla de Tocantinópolis é constituída por bares, peixarias, lanchonetes e restaurantes, além de banheiros públicos e espaços livres com bancos e choupanas para as interações sociais. A orla de Tocantinópolis, conhecida pelos locais por “Beira Rio”, conta também com um Quadrilhódromo – espaço criado para a realização das festividades juninas no mês de junho – e uma quadra de esportes poliesportiva com medidas oficiais onde ocorre no mês de julho o Campeonato Municipal de Futsal Amador.

No mês de julho o poder público municipal através de convênios com o governo estadual e federal investem em uma infra-estrutura básica nas praias públicas, tais como latas de lixo; placas educativas ambientais e contra o assédio sexual; banheiros químicos; sombreiros de palhas; palco com som; postes com iluminação; internet via wi-fi; salva-vidas; delimitação das áreas de banho e das áreas de camping; placas indicando áreas proibidas para banho; placas com os nomes das praias; funcionários da prefeitura uniformizados; barraca de apoio da Polícia Militar e do SUS – Sistema Único de Saúde; Corpo de Bombeiro Militar; Organização dos barqueiros e barraqueiros.

Além dessa estrutura, a prefeitura juntamente com a comunidade local organiza atividades esportivas como o Campeonato de Futsal de Areia Amador e o Campeonato de Vôlei de Praia Amador. As praias são licenciadas e fiscalizadas pelo Naturatins – Instituto Natureza do Tocantins e pela SPU – Secretaria de Patrimônio

da União. A não obtenção da referida licença ambiental pode levar a multa e embargo da praia que se encontrar irregular.

4.3 A Ilha da santa

De acordo com a Sedetur/TO – Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico e Turismo do Tocantins (2015), atual ADETUC (Agência do Desenvolvimento do Turismo, Cultura e Economia Criativa), o ponto turístico de maior relevância na temporada de praia em Tocantinópolis é a Ilha de Nossa Senhora dos Navegantes ou Ilha da Santa ou Praia da Santa como costumam chamar os munícipes, a Ilha tem em sua cabeceira um pedestal de pedras com a estátua da Santa protetora dos navegantes e das embarcações. Segue fotografia 2 da Ilha da Santa.

Fotografia 2 - Ilha da Santa em Tocantinópolis – TO



Fonte: Saimon Lima de Britto. Trabalho de campo (julho de 2020).

A travessia é feita em lanchas e em barquinhos de madeira antigos, que transportam os visitantes de Tocantinópolis à Ilha da Santa e também à Praia do Meio, pelo preço tabelado de R\$3,00 (três reais) passagem somente de ida e mais R\$3,00 passagem de volta (valor referente ao ano de 2019). Segue fotografia 3 do porto de barcos na cidade de Tocantinópolis – TO.

Fotografia 3 - Porto de Barcos na cidade de Tocantinópolis – TO.

Fonte: Saimon Lima de Britto. Trabalho de campo realizado em julho de 2018.

Na fotografia 3 chama-se a atenção para os barcos de madeira, tradicionais na navegação tocanтинopolina pelo Rio Tocantins, no auge da navegação que ligava Belém-PA ao restante do país antes da construção da rodovia federal Belém-Brasília, esses barcos foram essenciais para o desenvolvimento econômico da cidade de Tocantinópolis e de toda a região no século IX. De acordo com dados da Sedetur/TO, a Ilha recebeu em 2015 turistas de 6 (seis) Estados, além de turistas provenientes do próprio Tocantins. Como segue na Tabela 1.

Tabela 1 – Origem dos visitantes da Ilha da Santa no município de Tocantinópolis – TO no ano de 2015 em percentual.

Estado De Origem	Percentual %
Maranhão	23,23%
Distrito Federal	9,68%
Goiás	5,81%
Pará	3,87%
Minas Gerais	1,29%
Rio De Janeiro	0,65%
Tocantins	60%

Fonte: Sedetur/TO (2015). Org. Saimon Lima de Britto (2017).

Segundo a Sedetur/TO em julho de 2015 a Ilha da Santa recebeu 13.965 (treze mil novecentos e sessenta e cinco) visitantes, deste total, 40% eram Turistas, 25,81% Excursionistas e 34,19% Residentes. Os servidores públicos estão entre os que mais

visitaram a Ilha 34,42%. Outro ponto a ser ressaltado é que de todo o público que visitou a ilha 60% era de tocanтинenses provindos de outros municípios.

No geral, ainda de acordo com a Sedetur/TO (2015) 66,01% dos turistas avaliaram a Ilha com *Positivo* e 22,12% com *Negativo*, ficando claro que a Ilha da Santa é um ponto turístico de sol e praia bem aceito pelos turistas que a visitam e que conseqüentemente requer atenção do poder público, pois movimenta a dinâmica da economia local.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou analisar a dinâmica do turismo de sol e praia no município de Tocantinópolis Estado do Tocantins. Através da pesquisa realizada, foi observado que existem oficialmente duas praias às margens do Rio Tocantins, que são a “Praia da Beira” e a “Praia do Nilson” e recentemente o surgimento de mais uma a “Praia do Fabinho”, além dessas, o município de Tocantinópolis conta também com duas ilhas a “Ilha da Santa” e a “Praia do Meio”. Em pesquisa bibliográfica realizada junto a Sedetur/TO verificou-se que a praia de maior referência do município é a Ilha de Nossa Senhora dos Navegantes (Ilha da Santa), pois nela está a maior estrutura física do poder público e maior numero de visitantes.

Identificou-se que todos os anos existem uma estrutura mínima de atendimento e segurança instalados pelo poder público nas praias públicas. Para as definições do conceito de praia, turista, excursionista e residente foi utilizado os conceitos oficiais do MTur e OMT. Conclui-se que o maior número de visitantes de outros estados na Ilha da Santa são provenientes do Estado do Maranhão, correspondem a 23,23% do total de visitantes de acordo com a Sedetur/TO (2015). Por fim o turismo de sol e praia no município de Tocantinópolis é um grande potencial turístico e que movimenta significamente todo o município no mês de sua temporada de praia oficial que é o mês de julho.

REFERÊNCIAS

BECKER, Bertha K. **Amazônia**; Série Princípios. São Paulo: Editora Ática, 1990.

BEZZI, Meri Lourdes. **Região: uma (re) visão historiográfica – da gênese aos novos paradigmas**. Santa Maria: Ed. EDUFSM, 2004.

BRASIL, IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico, 2010. CORIOLANO; SILVA. Luzia Neide Menezes Teixeira; Sylvio C. Bandeira de Melo e; Turismo e Geografia: Abordagens Críticas. Ed. UECE. Fortaleza, 2005.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Turismo de Sol e Praia**: Orientações Básicas. 2ª Edição, Brasília, 2010.

BRASIL. IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/tocantins/tocantinopolis.pdf> Acesso em: 03 de março de 2017.

BRASIL. IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010. Disponível em: <http://CIDADES.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=172120> Acesso em: 03 de março de 2017.

CHRISTIAN, Laville. DIONNE, Jean; revisão técnica e adaptação da obra Lana Mara Siman ; [tradução Heloisa Monteiro e Francisco Settineri]. - **A construção do saber : manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Porto Alegre - RS: ARTMED, 2007.

CORREIA, Aldenora Alves. **Boa Vista do “Padre João”**: Tocantinópolis-Goiás. Goiânia: Casa Editora APLIC, 1977.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Mini Aurélio o dicionário da língua portuguesa**. 8. Ed. Curitiba: Positivo, 2010.

LEITE, Francisco Tarciso. **Metodologia científica**: métodos e técnicas de pesquisa (monografias, dissertações, teses e livros). Aparecida-SP: Ideias & Letras, 2008.

LENCIONE, Sandra. **Região e Geografia**. São Paulo: Edusp, 2009.

LIRA, Elizeu Ribeiro. **A gênese de Palmas**: a geopolítica de (re)ocupação territorial na Amazônia Legal. Goiânia: Kelps, 2011.

MARTINS, Rosilda Baron. **Metodologia científica**: como tornar mais agradável a elaboração de trabalhos acadêmicos. Curitiba: Juruá, 2005.

SANTOS, Roberto de Souza. **Territorialização dos atores hegemônicos, desenvolvimento regional e local** – Uma análise crítica sobre o Tocantins. Goiânia: Kelps, 2019.

RODRIGUES, Adyr Balastrieri. (Org.) **Ecoturismo no Brasil**: Possibilidades e Limites. Contexto. São Paulo, 2003.

RODRIGUES, Lysias Augusto. **O Rio Dos Tocantins**. Goiânia: UNIGRAF, 1978.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. 5ª ed. São Paulo: Edusp, 2008.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. 5ª ed. São Paulo: Edusp, 2014.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 19. ed. Rio de Janeiro: Record, 2010.

SAQUET, Marco Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. Coleção Geografia em Movimento. 3. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

SOUSA, Carlos Antônio de Oliveira (org.). **Tocantinópolis: 150 anos de urbanização**. Goiânia: Kelps, 2008.

SOUSA, Carlos Antônio de Oliveira. **Repensando o turismo em Tocantinópolis: críticas e possíveis viabilidades**. Goiânia: Kelps, 2007.

TOCANTINS, Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo. **Análise Do Perfil Da Demanda Turística**: Praia da Santa, Tocantinópolis, Julho de 2015. Disponível em: <https://central3.to.gov.br/arquivo/328808/> Acesso em: 19 de março de 2017.

TOCANTINS. Secretária de Planejamento, 2015. Disponível em: <https://central3.to.gov.br/arquivo/240131/> Acesso em: 03 março de 2020.

CAPÍTULO 6

O TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO NO NORTE DO ESTADO DO TOCANTINS: A INVISIBILIDADE DE UM NOVO TEMPO¹

Rodrigo Dias Delmondes²
Alberto Pereira Lopes³

DOI: 10.46898/rfb.9786558891284.6

¹ Trabalho apresentado no IX SINGA – X Simpósio de Geografia Agrária/ IX Simpósio internacional de Geografia Agrária 11 a 15 de nov. 2019 Recife-PE.

² Graduado em Geografia (Licenciatura) pela Universidade Federal do Tocantins.
E-mail: rodrigodelmondes10@gmail.com

³ Doutor em Geografia. Professor na Universidade Federal do Norte do Tocantins.
E-mail: beto@uft.edu.br Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0002-0087-4504>

1 INTRODUÇÃO

O Brasil e em especial o norte do Tocantins tem sido um dos estados em que a precarização do trabalho no campo tem sido um dos fatores essenciais para a reprodução do capital em sua dinâmica contraditória. Trata-se de um sistema em que expropria e explora o trabalhador desde a sua força de trabalho, o tempo que o trabalhador executa na propriedade e a apropriação do que lhe é direito - o salário nas atividades que lhes são atribuídas para a produção e reprodução do capital.

Dessa maneira, o resultado tem sido essa catástrofe de denúncias, de exploração, de violência e desmando contra os trabalhadores que vivem da venda de sua força de trabalho para os proprietários de terras. Quando falamos na venda da força de trabalho estamos nos reportando ao próprio sistema capitalista que em sua essência, a sua forma de ser é pelo assalariamento do trabalhador. No entanto, nem sempre isso acontece, por que para se reproduzir o próprio sistema utiliza de outras formas de produção que não são capitalistas, como afirma Martins (1997) em que o próprio sistema usa a acumulação primitiva no interior da reprodução ampliada do capital.

É nesta reprodução que iremos encontrar o trabalho escravo contemporâneo, em que o processo de precarização do trabalho é uma das formas em que se realiza no contexto do desenvolvimento do capital e da sua reprodução ampliada, o que cria à desproletarização do trabalhador junto ao serviço prestado. A desproletarização do trabalhador, estar na forma de não haver uma relação trabalhista, ou seja, o trabalhador não é visto dentro das relações de trabalho. A forma como o trabalhador vive é de acordo com as normas de quem o contrata, e não na forma do que lhe é de direito, um trabalho remunerado com todos os seus direitos garantidos perante as leis trabalhistas. O objetivo desta pesquisa é compreender a política de erradicação do trabalho escravo contemporâneo a nível nacional e estadual – o caso do norte Tocantins, e suas ações para conter o crescimento da mão-de-obra precária e da impunidade da violência, de tal forma, que os Planos de Erradicação do trabalho escravo existem, mas que ainda não são suficientes para conter a degradação do ser humano que serve como mão-de-obra barata para a acumulação primitiva do capital daqueles que se dizem donos da terra – os grandes proprietários em tempos de incertezas.

O método dialético empregado vem contribuir para compreensão das relações que se apresentam como o processo da prática do homem na situação da sua vida real, no cenário da submissão, da intolerância, da alienação em relação às forças

produtivas que centralizam e determinam a exploração do trabalho, garantindo a apropriação privada da riqueza. Contudo, o indivíduo não tem um conhecimento efetivo da realidade, a sua consciência está pautada na objetividade da reflexão das coisas externas, das aparências reflexivas.

A pesquisa é de caráter exploratório a partir dos instrumentos utilizados que visam estabelecer parâmetros de investigação por meio das técnicas que irão fornecer elementos para o campo de interesse. O primeiro passo a pesquisa bibliográfica sobre o tema em estudo, o que nos permitiu meios para explorar e buscar novas abordagens afim de dar embasamento teórico e histórico em relação ao problema levantado.

Portanto, as relações de trabalho em que acontece a exploração, carteira de trabalho não assinada, falta de equipamentos de segurança, falta do bem estar do trabalhador, são questões invisíveis para uma sociedade em que as redes sociais são atributos dos tempos modernos, e a vida de quem vive em situação vulnerável as características do trabalho escravo torna-se banal. É nesta perspectiva que o trabalho irá discutir para compreendermos a escravidão contemporânea.

2 ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE O TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO

A expansão do capital em sua acumulação cria situações não capitalistas de produção, utiliza-se mecanismos em que o trabalhador é desprovido de direitos, apenas de deveres para cumprir a uma situação adversa ao que imaginava encontrar nas propriedades. Essa adversidade está relacionada à dívida, ao cerceamento da liberdade, e se não bastasse à violência física, que no caso, muitas vezes chega à morte.

É diante desse problema que procuramos pensar sobre a arbitrariedade dos proprietários de terras que para obter a reprodução ampliada do capital usam de cárcere privado aos trabalhadores. Além do cerceamento da liberdade, mas também as condições adversas para o ser humano como: falta de salário, carteira apreendida, comida estragada, a água de rio para consumir contaminada com os agrotóxicos e fezes de animais, como também, o local das refeições e do descanso - não passam de barracões cobertos com lona preta com uma temperatura que chega a ser superior a 45°C no seu interior, além dos perigos de animais peçonhentos que podem trazer riscos à saúde e a vida dos trabalhadores. Como se não bastasse à presença de vigilantes como guardiães da propriedade para que não haja trabalhadores fugitivos etc. Estas características apresentadas demonstram o grau de crueldade para com

os trabalhadores, que para sobreviver se submetem ao trabalho degradante nas fazendas em quase todos os estados brasileiros, tratados como se fossem criminosos, bandidos para satisfazer a reprodução do capital.

O trabalho escravo no Tocantins como forma de expansão das forças produtivas, é uma realidade de grande expressão, pois, segundo a OIT,¹ o estado estar sempre nas primeiras colocações de denúncias e resgates.

Diante da afirmação acima, a escravidão por dívida, no Tocantins sobretudo na sua porção norte e extremo norte do estado tem chamado a atenção de alguns órgãos governamentais e não governamentais, como o Ministério Público, a Comissão Pastoral da Terra e a Organização Internacional do Trabalho/OIT, que denunciam e fiscalizam a liberação dos trabalhadores cativos. Podemos observar (LOPES, 2018) que, em todos os imóveis a atividade em que o trabalho escravo é mais frequente é a pecuária, definindo-se como a principal atividade no Tocantins. Este é apenas um recorte do que é o trabalho escravo contemporâneo, em que a pecuária é uma das atividades da cadeia produtiva, que mais escraviza trabalhadores no estado. No entanto, esse trabalho degradante se encontra em outras atividades agropecuárias, como: soja, feijão, algodão, carvão etc.

É na diversidade dos sujeitos que vivem e sobrevivem na fronteira como o camponês, os fazendeiros, os posseiros, os grileiros que encontramos o trabalhador temporário vindo de várias regiões do país tornando-se vítimas do trabalho escravo por dívida impostos pelos donos dos meios de produção.

As relações de poder que se instalam nesta região ultrapassam as fronteiras do latifúndio, em que muitas vezes o Estado dá apoio ao grande proprietário quando existem ameaças em sua propriedade, beneficiando-o por meio da desapropriação de sua propriedade, indenizando-o em valores superiores a de mercado. É diante desta proteção, feita pelo Estado aos latifundiários, grileiros, grandes empresas agropecuárias, que a terra, nesta região, torna-se cada vez mais privada e concentrada nas mãos de poucos, ocasionando os conflitos fundiários, a segregação e a exclusão.

Essa condição de desigualdade nas relações que compõem o sistema capitalista demonstra que este, em sua essência, sobrevive pelo crescimento em torno da produção e ocupação dos espaços, criando uma reserva de mão-de-obra para a sua acumulação. Dessa forma, a expansão dos proprietários capitalistas, em direção às novas fronteiras no Brasil, confirma a ocupação do espaço numa forma desigual e

¹ Veja mais informações sobre o trabalho escravo acessando. www.oit.org/brasil.

contraditória, em que as relações de produção e reprodução estão alicerçadas numa mão-de-obra forçada no trabalho degradante.

O estado do Tocantins oferece essa reserva de mão-de-obra em suas vastas propriedades. Tais reservatórios de trabalho, que englobam a pecuária e a agricultura, representam graves violações dos direitos humanos e da restrição da liberdade, correlatos à prática da escravidão, servidão por dívida ou condição servil.

Neste aspecto em que a economia do Tocantins se volta para a expansão da pecuária ou para a agricultura moderna, as relações de produção são redefinidas por antigas relações, como também se configuram em relações não-capitalistas de produção, para garantir a sua expansão e a renda capitalizada na terra. Martins, discutindo essa questão no aspecto da transição do sistema escravo colonial no Brasil para o sistema de trabalho livre, ressalta:

A produção capitalista de relações não-capitalistas de produção expressa não apenas uma forma de reprodução ampliada do capital, mas também a reprodução ampliada das contradições do capitalismo – o movimento contraditório não só de subordinação de relações pré-capitalistas, mas também de criação de relações antagônicas e subordinadas relações não-capitalistas. (MARTINS, 1998, p. 21).

Nesse caso, a subordinação do trabalho é intrínseca às relações não-capitalistas porque estas atuam na expansão da grande propriedade, em direção a lugares que se distanciam em termos de desenvolvimento econômico, isto é, a lugares cuja forma de deslocamento é o transporte particular. Tais locais estão no interior da mata fechada, o que dificulta a atuação do Ministério Público.

Os grandes proprietários da terra intensificam as relações de trabalho pela ausência de salário, devido às dificuldades que existem entre os trabalhadores que se sujeitam a incorporar as atividades que lhes são impostas. Um dos fatores para que o trabalhador seja o alvo principal como escravo relaciona-se a expansão da produção e reprodução do capital, na região de fronteira agrícola no Tocantins, é a inexistência da mecanização para alguns serviços, diante do acesso às localidades a serem praticadas a degradação do trabalho oferecem. Isto porque é o momento de formação das propriedades, ou mesmo na semeadura do capim para o gado, e no momento de fazer as cercas.

Neste sentido, é pertinente nos remeter à estrutura agrária brasileira com a expansão territorial das relações capitalistas concentrando a terra, trazendo como consequência a exclusão, expulsão de trabalhadores em suas variadas especialidades ou categorias como: pequenos trabalhadores, posseiros, comunidades tradicionais,

quebradeiras de coco, os extrativistas, ribeirinhos, caiçaras etc. estes sujeitos são expulsos de forma direta ou indireta e buscam as cidades para viverem na periferia.

Não obstante, estes trabalhadores que vivem nas periferias das cidades são presas fáceis para os aliciadores, diante da vulnerabilidade que se encontram - o desemprego presente, e diante desta circunstancia aceitam as propostas que são postas no discurso do aliciador de maneira eficaz. Estes são levados primeiro para os hotéis das cidades, como acontece na cidade de Araguaína, para na madrugada serem encaminhados para as propriedades. Neste contexto, a uma cadeia de eficiência no recrutamento de trabalhadores, desde do empreiteiro, aliciadores, cantineiros, fiscais e os trabalhadores. Como afirma Figueira (2004, p. 249):

Um empreiteiro experiente recruta, de uma só vez, mais de 150 homens ou mesmo mais de mil homens. Normalmente, neste caso, monta uma estrutura de funcionamento em que terá aliciadores, cantineiros, 'fiscais de serviços', motoristas, subempreiteiros, também chamados de 'retagatos', e responsáveis pelas turmas. Faz parte da estrutura da própria fazenda, com frequência, ter um corpo de 'segurança', os fiscais que controlam a entrada e a saída das pessoas e os limites da fazenda. Os empreiteiros também possuem fiscais que observam a qualidade do serviço, o tempo gasto em sua execução, e impedem a saída de trabalhadores antes da conclusão da empreita. As duas milícias, a da fazenda e a do empreiteiro, com frequência são armadas e se apoiam. (Grifo do autor).

Assim, poderemos perceber que o trabalho escravo contemporâneo é estruturado no contexto das relações de poder que se estabelecem numa cadeia que se forma para satisfazer a reprodução ampliada do capital. O Tocantins tem seguido este rito de trabalhadores que são vítimas da escravidão, mediante a expansão da grande propriedade agropecuária como atividade com maior número de casos. Dessa forma, os dados apresentados pela Síntese do Trabalho escravo - Comissão Pastoral da Terra - os números de trabalhadores vítimas da escravidão no norte do Tocantins, tem decrescido isto mediante as políticas de combate, mas também poderá ocorrer a diminuição das fiscalizações em áreas isoladas e distantes o que acarreta dificuldades de locomoção dos agentes responsáveis pelas fiscalizações.

O Quadro 1 demonstra os números de fiscalizações e trabalhadores libertados em todo estado do Tocantins entre 2015 a 2019.

Quadro 1: Tocantins Trabalhadores vítimas da escravidão contemporânea entre 2015-2019 .

ANO	Trabalhadores Fiscalizados	Trabalhadores libertados
2015	7	30
2016	3	28
2017	4	19
2018	1	9
2019	1	4
TOTAL	16	79

Fonte: Síntese do Trabalho Escravo Contemporâneo – CPT 2019. Org. Alberto P. Lopes.

Observando o Quadro 1 teremos um decréscimo em relação as fiscalizações como também na libertação dos trabalhadores libertados. Isso mostra o quanto as políticas destinadas a radicação do trabalho precisam ser amplas, mesmo com os números em decréscimo, isto não afirma a eficiência dos dados. Tal argumentação pauta-se pela extensão do próprio estado em área territorial que dificulta as fiscalizações, além de poucos auditores e de recursos financeiros para um trabalho mais efetivo.

A política de eficiência dos recursos financeiros são muito restritas para fazer o trabalho mais preciso, segundo o auditor Rodrigo Ramos do Carmo (2012)²: “A capacidade da inspeção do trabalho ela é reduzida, a gente não tem aquele efetivo necessário! É um estado grande e atualmente a gente tem 32 auditores fiscais.” O efetivo fica na cidade de Palmas, imagina uma ocorrência de denúncia no Bico do Papagaio com cerca de 500 km de distância em relação a capital, o quanto seria difícil para a equipe fazer as ocorrências. Portanto, os números muitas vezes não refletem a realidade, devido tais dificuldades de acordo com o auditor - mas também demonstram o quanto as políticas têm sido eficientes se compararmos a outros números em anos anteriores que eram bem maiores.

Em anos anteriores os números de denúncias, trabalhadores fiscalizados e libertados tinham números bem mais significativos de que nos dias atuais, isso também demonstra a eficiência dos programas destinados para erradicação do trabalho escravo. O Quadro 2 retrata os principais municípios no norte do Estado do Tocantins com os números de fiscalizações e trabalhadores libertados.

² Entrevista concedida a Juliana Lopes em 2012 para a Construção do Trabalho de Conclusão de Curso, orientada pelo Prof. Dr. Alberto P. Lopes.

Quadro 2: Municípios do norte do Tocantins com vítimas da escravidão contemporânea 2015-2019

Municípios	Fiscalização	Trabalhadores libertados
Arapoema	2	7
Xambioá	2	2
Araguatins	1	8
Aragominas	1	1
Babaçulândia	1	2
Muricilândia	1	2
Total	8	23

Fonte: Síntese do trabalho Escravo Contemporâneo – CPT 2019 Org. Alberto P. Lopes

O Quadro 2 apresenta alguns dos municípios selecionados metodologicamente do norte do Tocantins com maior representatividade tanto no contexto da fiscalização e números de trabalhadores libertados. Observa-se no quadro que de uma certa maneira os números são bem tímidos, talvez mediante aos problemas discutidos anteriormente como a questão do número de agentes que trabalham na erradicação do trabalho escravo, mas também mediante as políticas públicas que deram maior visibilidade a este problema. Teremos aí nestes municípios selecionados 08 fiscalizações e um total de 23 trabalhadores libertados. Isso significa, que o trabalho escravo continua em evidência.

É preciso a sociedade entender que o trabalho escravo contemporâneo existe, e não poderá ser visto como uma coisa cultural, mas sim como uma forma da pessoa escravizada não ter o domínio de sua própria vida, como diz o coordenador Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo do Ministério Público do Trabalho Tiago Muniz Cavalcanti numa entrevista ao G1. Ainda acrescenta:

Quando a gente fala em liberdade, a gente em liberdade em um sentido muito mais amplo. É a autonomia pessoal. É o livre arbítrio. É a liberdade como autodeterminação. Qual é o instrumento atual usado pelo empregador para guardar e manter essa situação de exploração? Não é mais liberdade de locomoção. O escravo não precisa mais estar enjaulado. Na verdade, o instrumento usado é a vulnerabilidade social, é a pobreza extrema. A pobreza extrema faz com que o trabalhador se perpetue naquela situação, de apropriação, de exploração, característica de escravidão. (G1 g1.globo.com/economia/noticia/escravos-sem-corrente).

Dessa forma, a pobreza instiga o indivíduo a aceitar determinadas propostas de trabalho, devido à falta de oferta de emprego, diante do baixo grau de escolaridade e baixo nível de desenvolvimento humano. O porquê do retorno ao trabalho degradante a sociedade espera muito dessas ações repressivas, que são feitas pelo Ministério do Trabalho que é o resgate (a retirada dos trabalhadores). De um trabalho de prevenção por meio das ações de fiscalização de rotina do Ministério do tra-

balho. Porém, só que não basta apenas às ações do Ministério do Trabalho. Precisa de ações educativas, combater o aliciamento ilegal de trabalhadores, descobrir onde estão os focos de aliciamento. Precisa ser feito um trabalho de conscientização, de educação para a sociedade de forma ampla.

No Tocantins a terra do agronegócio, os políticos e os proprietários de terras sentem-se no direito de afirmar que não existe trabalho escravo no campo e sim uma forma cultural (Lopes, 2018). É tanto que a bancada ruralista criam empecilho em termos do conceito do trabalho escravo. E isto acarretou um retrocesso no governo de Michel Temer, foi criada a Portaria nº 1129 de 13/10/2017 publicada no Diário Oficial da União em 16/10/2017. A portaria estabelece o fim do conceito sobre trabalho escravo contemporâneo construído no Código Penal Brasileiro em seu artigo 149, além da limitação da competência dos auditores fiscais para a sua identificação e a subordinação do Ministério do Trabalho em relação a divulgação da lista suja³.

Trata-se de um retrocesso porque nesta Portaria caracteriza-se como trabalho escravo apenas a existência de guardas armados e o cerceamento da liberdade, deixando de fora as jornadas exaustivas, o trabalho degradante e a negação da pessoa humana como elemento essencial da cidadania. Graças a reação dos auditores fiscais do trabalho, do Ministério Público do Trabalho, Procuradoria Geral da República, Comissão Pastoral da Terra, que entraram com ação no Supremo Tribunal Federal – Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental.

Com tal reação o Ministro do Trabalho Senhor Ronaldo Nogueira renunciou ao cargo deixando uma nova Portaria de nº 1293 de 28/12/2017 reestabelecendo o conceito do trabalho escravo já mencionado no Código Penal Brasileiro. O Código Penal Brasileiro em seu artigo 149 apresenta de forma clara a caracterização do trabalho análogo a escravidão. Para Plassat (2017, p. 136):

Segundo o Art. CPB, o trabalho escravo contemporâneo comporta quatro modalidades alternativas: trabalho forçado, ou servidão por dívida, ou condições degradantes, ou jornada exaustiva. Modalidades alternativas, às vezes cumulativas, que apontam para a característica essencial da prática moderna da escravidão: ela é uma violação brutal da dignidade da pessoa, a qual vem ser tratada como coisa, sendo-lhe negado um atributo bem mais fundamental que o da liberdade formal de ir e vir: o atributo do livre-arbítrio, a capacidade de poder optar ou negar, de dizer ‘sim’ ou ‘não’.

Desta forma, o Código Penal Brasileiro assegura o conceito de escravidão contemporânea e suas modalidades, para que enquadre os que utilizam dessa prática

3 A lista suja criada sob a Portaria 540 de 15 de outubro de 2004, tem como objetivo punir os que praticam tal ato análogo a de escravo, com pagamentos de multas e seu nome incluso pelo Ministério do Trabalho e Emprego na lista, permanecendo pelo menos até dois anos além de ser impossibilitado de receber qualquer tipo de créditos para financiamento em agências públicas ou privadas seja nacionais ou internacionais; a retirada do nome depende do monitoramento da fazenda.

para acumulação do capital. O Tocantins tem se destacado neste cenário mediante a sua atividade econômica principal a agropecuária, além de sua posição geográfica na chamada mais nova fronteira agrícola do Brasil com 100% do seu território destinado ao MATOPIBA projeto agropecuário que abrange os Estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia que se destina a expansão da agricultura em larga escala.

Para Lopes (2018, p. 115):

O Tocantins tem se destacado no cenário do desenvolvimento da agropecuária, devido ao trabalho forçado dos que buscam na fronteira nova oportunidade, e nela acabam encontrando a repressão e a violência – formas de trabalho que con-
dizem com a acumulação primitiva que promete a vida do trabalhador.

Nestes termos, percebe-se o quanto os grandes proprietários tem dificultado a visibilidade do trabalho escravo contemporâneo, seja por meio de seus representantes no congresso nacional, que tentam desmerecer o conceito de trabalho escravo já criado pelo Código penal Brasileiro em seu artigo 149.

3 PARA NÃO CONCLUIR [...]

A escravidão que discutimos neste trabalho não é a que vivenciamos no Brasil Colônia, porém se assemelha nas relações de trabalho, bem como na negação da liberdade. Na escravidão moderna esta era legal - o escravo era renda capitalizada, a cor era significativa, eram os negros vindos da África para trabalharem nas monoculturas do Brasil, seja na cana de açúcar ou no café, além de outras atividades.

A escravidão contemporânea se diferencia da escravidão moderna - primeiro não define-se por meio da cor, este basta ser pobre, miserável para ser alvo para a cadeia que se forma nos recrutamentos de trabalhadores – segundo não é renda capitalizada por que não são negociáveis no mercado, mas são peças descartáveis quando terminam os serviços nas propriedades.

A definição do trabalho escravo pauta-se no Código Penal Brasileiro em seu artigo 149 que define a condição análogo de escravo, e não propriamente a de escravo do século XVIII do Brasil Colônia. As modalidades que estão explícitas no Código Penal Brasileiro considera-se o trabalho análogo a de escravo – trabalho degradante que expõe riscos dos trabalhadores a sua segurança; jornada exaustiva, quantidade excessiva de horas trabalhadas; Servidão por dívida a manutenção do trabalhador na propriedade para pagar uma dívida fraudulenta pelos seus chefes, seja no adiantamento de algum dinheiro, compra de alimentação e equipamentos na cantina; trabalho forçado é a negação da liberdade, este é impedido de deixar o trabalho por meio das ameaças, retenção de documentos, salários etc.

Diante destas modalidades apresentadas não é necessário que todas sejam vinculadas no ato de infração, o que importa para se autuado é a violação do indivíduo, de sua liberdade, do direito enquanto cidadão assegurado a constituição brasileira de 1988.

O Tocantins se destaca neste cenário da escravidão contemporânea, graças a sua atividade principal baseada na agropecuária que encontra-se trabalhadores que são aliciados com falsas promessas, vulneráveis mediante o grau de pobreza e a falta de emprego. Este cenário apresenta diante da estrutura fundiária baseada na concentração de renda. A expansão da grande propriedade é uma realidade presente no mais novo estado da federação em que destaca-se os conflitos entre grileiros, posseiros sem esquecer do cenário dos trabalhadores vítimas da escravidão sobretudo no norte do Estado como apresentadas nos índices da Comissão Pastoral da Terra.

Neste cenário, vivencia-se um momento bastante complexo conjuntural no cenário político, mediante as políticas que são destinadas a erradicação do trabalho escravo – os grandes proprietários tentam a todo momento omitir a existência de trabalho escravo contemporâneo, com medidas como no caso a não divulgação da lista suja, bem como tentam a todo momento criar empecilho sobre o conceito do trabalho análogo a escravidão. Para alguns proprietários e seus representantes no congresso, as condições que os trabalhadores vítimas da escravidão vivem estão relacionadas a uma questão cultural e não a uma relação de coerção e servidão.

Desta maneira, o invisível é uma condição para que a violação aos direitos humano seja maculada, e que não haja nenhuma punição aos algozes. O novo tempo que se desenha pauta-se num retrocesso de dois séculos atrás, na discriminação estrutural das populações pobres desse país que tornam-se presas fáceis para reprodução do capital numa relação não capitalista de produção como afirma Martins (1997).

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Código Penal; Código de Processo Penal; Constituição Federal**. São Paulo: RIDEEZ, 2003.

BRASIL. **Direitos Humanos no Brasil 2004**: Relatório da rede social de justiça e direitos humanos. São Paulo, 2004.

Comissão Pastoral da Terra. Disponível: www.cptnac.com.br. Acesso: fev./2018.

Comissão Pastoral da Terra. Disponível: www.cptnac.com.br. Acesso: junho/2017.

CORRÊIA, L. B. Um fenômeno complexo. CPT (Comissão Pastoral da terra). **Trabalho escravo no Brasil contemporâneo**. Goiânia: Edições Loyola, 1999. p.77-80.

CPT (Comissão Pastoral da terra). **Trabalho escravo no Brasil contemporâneo**. Goiânia: Edições Loyola, 1999.

ESTERCI, N. A dívida que escraviza. CPT (Comissão Pastoral da terra). **Trabalho escravo no Brasil contemporâneo**. Goiânia: Edições Loyola, 1999. p. 101-125.

_____. **Escravos da desigualdade**: um estudo sobre o uso repressivo da força de trabalho de hoje. Rio de Janeiro: CEDI; koinonia, 1994.

FIGUEIRA, R. R. **Pisando fora da própria sombra**: a escravidão por dívida no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

G1- Escravos sem correntes. Disponível: <https://g1.globo.com/economia/noticia/escravos-sem-correntes-14-dos-trabalhadores-resgatados-no-pais-sao-encontrados-com-restricao-de-liberdade.ghtml> Acesso: 09/09/2019.

LOPES, A. P. **Escravidão por dívida no Tocantins**- Brasil: vidas dilaceradas. Curitiba: Appris editora, 2018.

MARTINS, J. de S. **Fronteira**: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. **O cativo da terra**. 7 ed. São Paulo: HUCITEC, 1998.

PLASSAT, X. J. M. Trabalho escravo: a queda de braço. In: **Conflitos no Campo - Brasil 2017**. Goiânia: CPT Nacional - Brasil, 2017.

CAPÍTULO 7

CRESCIMENTO DESORDENADO DE ARAGUAÍNA-TO E SEUS DESDOBRAMENTOS

Sani Lúcia S. Silva¹
Aires José Pereira²

DOI: 10.46898/rfb.9786558891284.7

¹ Graduada em Geografia (Licenciatura) pela Universidade Federal do Tocantins campus Araguaína.
E-mail: sanilucia@uft.edu.com

² Doutor em Geografia. Professor Associado do Colegiado de Geografia do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Rondonópolis. Email: airestga@gmail.com Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0003-2505-8711>

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho pretende analisar o crescimento desordenado de Araguaína, levando em consideração as suas implicações sócio-espaciais em seu ordenamento territorial, bem como, os problemas de infraestruturas daí decorrentes e como tudo isso interfere no cotidiano do cidadão araguainense.

Cabe, então perguntar: que motivos levaram as pessoas a instalar-se neste local de maneira desordenada? A presente pesquisa oferece abordagem sobre a cidade de Araguaína antes dessas mudanças, e as transformações ocorridas após esse processo, e os transtornos sofridos de maneira geral. É importante destacarmos todos os aspectos ligados a falta de planejamento e infraestrutura, como também a situação caótica em que se encontra o trânsito da cidade.

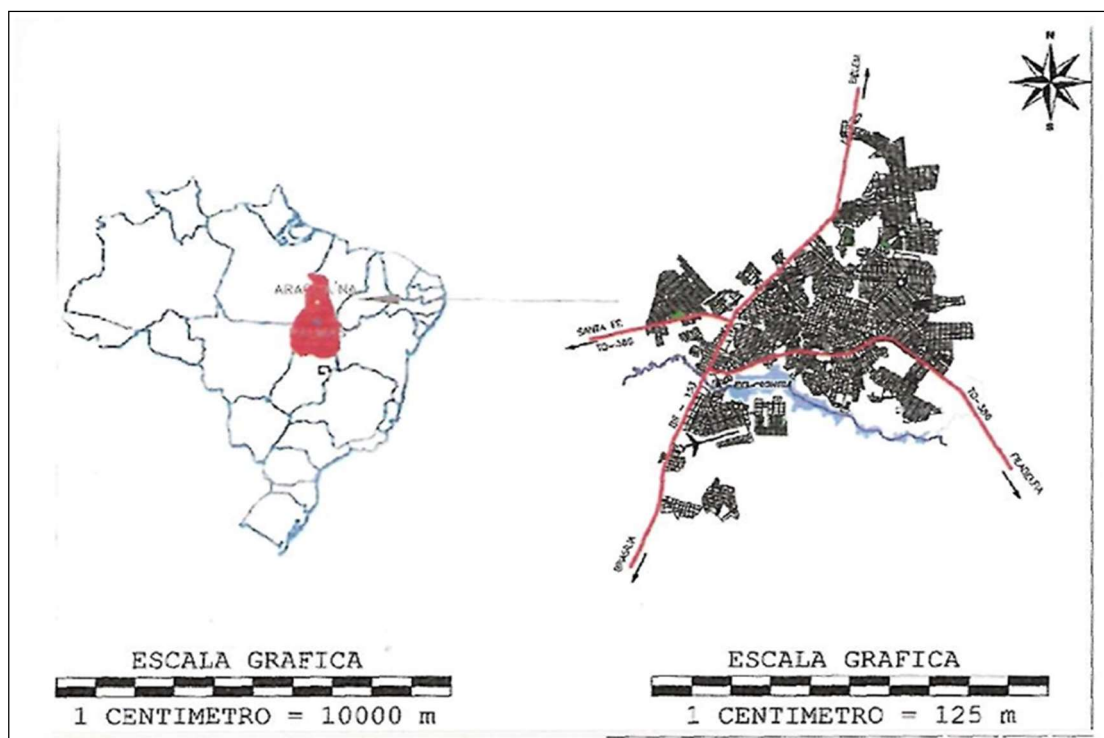
Nesse contexto fizemos também o estudo sobre as ruas que, são estreitas e mal distribuídas. Portanto achamos relevante analisar sobre a falta de estacionamento, apesar da “revitalização” da Avenida Cônego João Lima, que contribui ainda mais para o congestionamento dessas ruas que se tornaram praticamente intrafegáveis, pois as ruas são estreitas e desorganizadas.

Nesse sentido o campo de estudo desperta o interesse porque esse local vem chamando muita atenção da população, pois, faz parte do dia-a-dia de milhares deles.

Este estudo é de fundamental importância para o campo geográfico espacial dando embasamento às autoridades competentes, da emergência de buscar soluções para esses problemas em estudo.

2 CARACTERIZAÇÃO E LOCALIZAÇÃO DE ARAGUAÍNA - TO

Para que se possa observar o espaço urbano de Araguaína - TO e suas transformações espaciais, ao longo do tempo, é importante termos a figura 1 que nos mostra a sua localização por meio de sua planta.

Figura 1 - Mapa do Brasil enfocando o Tocantins e Planta de Araguaína.

Fonte: engenharia MHN Informática. Desenho FARIAS, G.S/2008.

O município de Araguaína teve um crescimento demográfico até razoável em sua trajetória histórica. É notável o crescimento da população do ano de 1960 a 2000, podemos verificar também que, nas décadas de 60 e 70, predominava a população rural, no entanto, decorrido uma década, nos anos 80, a população urbana passa a sobressair. Tal crescimento urbano contou com o grande fator BR 153, pois a partir desta obra, houve um aumento significativo de migrações. A BR-153 foi indiscutivelmente um dos fatores que alavancaram o seu crescimento populacional. É evidente que temos também os Planos de Integração Nacional e, as rodovias faziam parte desse todo. Basta observarmos, por exemplo, o PRODIAT – Programa de Desenvolvimento do Araguaia-Tocantins. Araguaína tem influência forte desses programas de desenvolvimento econômico que fizeram parte da ocupação do Norte brasileiro.

O crescimento de Araguaína deve-se em grande parte, por ela ter se concretizado na pecuária, tal atividade lhe atribuiu o título de “capital do Boi gordo”, sendo considerada a “capital econômica do Estado”. É evidente, como já dissemos que, ela recebe esse título justamente por atender a demanda a que lhe foi atribuída na DIT – Divisão Internacional do Trabalho.

Até sua emancipação política, que ocorreu em 14 de novembro de 1958, relatado por Araújo (2000), “o povoado pertenceu a vários outros municípios como:

Araguatins, Tocantinópolis, e a partir de 1948 com a criação do município de Filadélfia, o povoado passou a integrá-lo, já com a denominação de Araguaína, nome cuja etnologia prove de Araguaia, em homenagem ao rio Araguaia, que serviria posteriormente de limite entre o município de Conceição do Araguaia, Estado do Pará.

Segundo depoimentos de antigos moradores, no fim da década de 50. A estrutura contava com as ruas 1º de janeiro, rua Souza Porto, rua Falcão Coelho, rua das Mangueiras, rua Rui Barbosa, rua Santa Cruz, e rua Cônego João Lima, e uma via (estrada) que ligava com a saída para Filadélfia (rua Prefeito João de Souza Lima). (GASPAR, 2002, p.68).

Relata-nos ainda (Gaspar, 2002, p.68-69) que “esta estrutura ainda indefinida abrigava aproximadamente 2000 moradores, abrigados em um pouco mais de 100 palhoças de adobe e uma dezena de barracos de telha”. Naquela época a cidade ainda não extrapolava os limites do córrego Canindé, Neblina e Lava-pês. O seu crescimento desordenado e rápido (levando-se em consideração a sua localização geográfica, já que ela se situa no antigo norte goiano e atual norte do Estado do Tocantins), se deu a partir da construção da referida rodovia. Isto sem falar da rodovia TO 222 que corta a cidade e o município de leste a oeste, ligando o Maranhão ao Pará, passando por Araguaína. Então, as rodovias foram estratégicas para que a cidade tivesse um crescimento considerável, como veremos a seguir.

3 BR - 153 E O CRESCIMENTO DE ARAGUAÍNA

O urbanismo modernizante da Belém-Brasília (século XX). Refere-se ao modelo de cidades surgidas com a abertura da rodovia denominada Belém-Brasília (BR-153) representando uma transição entre tradição e modernidade, o que pode ser considerado síntese, ou antítese do urbanismo araguanense, pois a construção da rodovia BR- 153 trouxe como consequência imediata um forte avanço desse crescimento da cidade, porém, a modernização tão apregoada a partir dos anos 1950 não acompanhou a infraestrutura urbana do local. A cidade cresceu desordenadamente com muitas ocupações e o Estado constituído foi omissa na sua reorganização espacial. Ou seja, as ruas, os lotes eram abertos de forma desordenada e o trânsito da cidade atualmente tem problemas sérios em sua mobilidade urbana. Aliás, mobilidade urbana é um caos. Mas voltemos ao crescimento de Araguaína no contexto das políticas nacionais desenvolvimentistas.

O objetivo do governo JK era interligar as regiões isoladas ao núcleo econômico do país representado pelo Sudeste. Instalar uma infraestrutura como a Belém-Brasília, que corta grande extensão territorial, tem como resposta o surgimento de cidades, o enfraquecimento e fortalecimento de outras. Nesse contexto, as cidades localizadas à margem do rio Tocantins e que desempenham uma função relativa-

mente dinâmica, (Tocantinópolis, Porto Franco, Carolina) perderam sua importância para as que se localizavam ao longo da “artéria”. Esvaziando dessa forma as localidades à margem direita do rio Tocantins.

Sobre essa influência da Belém-Brasília na margem direita do rio (Aquino, 2002, p.334) apud Haliane P. Nunes (1984, p. 169) aponta que:

Localizados à margem direita do rio Tocantins, muitos dos centros iriam desaparecer em importância e em função da quando da abertura da BR-153. Isto, porque em primeiro lugar, o transporte fluvial perdeu sua importância e não pôde concorrer com o transporte rodoviário (...), em segundo lugar, não tendo ainda sido construídas pontes sobre o rio, as cidades ficaram isoladas (...) e parte das funções que exerciam passaram a ser executadas pelos novos centros. (Aquino, 2002, p.334, apud Haliane P. Nunes, 1984, p. 169).

Diante do que foi exposto, nota-se que a rodovia Belém-Brasília está diretamente ligada no processo de urbanização de Araguaína, pois, a mesma se localizava em um dos pontos estratégicos onde faria parte do eixo da rodovia. Nesse contexto seria fácil o escoamento da economia local. Surgindo assim, um ritmo acelerado do crescimento local, juntamente com o impulso da população que vinham em busca do desenvolvimento.

4 CRESCIMENTO DESORDENADO DE ARAGUAÍNA - TO E SEUS DESDOBRAMENTOS

Devido à falta de um Plano Diretor, e políticas públicas comprometidas com a organização espacial mais ordenada do ponto de vista urbanístico, a cidade de Araguaína tem crescido desordenadamente. Quando abordamos o processo de segregação espacial, é de fundamental importância notar que o crescimento urbano desordenado é um dos principais problemas sociais que vem sendo emplacado, o mesmo tem proporcionado mudanças na organização do território.

Inicialmente, convém destacar que não temos a pretensão de desenvolver um estudo detalhado sobre o centro urbano, mas sim tecer algumas considerações importantes para uma análise e a compreensão do espaço urbano deve-se destacar, uma vez que o centro é marcado pela concentração de múltiplos papéis e, sobretudo. Por considerarmos que na cidade, que, se entende como expressão espacial de um processo amplo de urbanização. Nesse contexto partimos do pressuposto de que o centro, enquanto expressão espacial da divisão territorial do trabalho, é também, a expressão da contradição entre concentração e dispersão, é o local mais utilizado pelas diferentes camadas sociais para serviços, compras, emprego, sendo o local onde se concentra grande aglomeração de pessoas e maior fluxo de carros.

Fotografia 2 - Avenida Cônego João Lima

Fonte: PEREIRA, Aires José. Pesquisa de Campo em abril de 2018.

O espaço urbano de Araguaína - TO se concentram vários problemas, principalmente por se tratar de uma cidade com ruas estreitas, sem planejamento, pela ocupação desordenada e sem infraestrutura adequada. Assim grande concentração de problemas urbanos.

A produção do espaço urbano decorre das formas da apropriação que o homem estabelece com o meio, através da utilização de técnica e o uso ao longo do tempo.

A intensificação do crescimento em Araguaína, provocou rupturas nas relações de uso que os moradores mantinham com o local. É bastante visível que hoje já não se pode considera eu exista um sentimento de identidade do habitante com o local, mesmo porque esse espaço já não comporta mais relações de vizinhança. Há uma nova ordem imposta pelo capitalismo. Dessa forma, Lefebvre (1999), questiona qual o significado da rua e ao mesmo tempo nos dá uma resposta do que tem acontecido com a mesma, quando diz:

Lugar de encontro? Talvez, mas quais encontros? Superficiais. Na rua caminha-se lado a lado, não se encontra. E o s “se” que prevalece. A rua não permite a constituição de um grupo, de um sujeito, mas se povoa de um amontoado de seres em busca. De quê? (LEFEBVRE, 1999. p.30).

Onde hoje é o centro comercial da cidade, que se encontram as práticas urbanas foi pensado para ser um local de residência e com o crescimento da cidade oi totalmente transformado para cumprir o papel do capital. Dessa forma é possível notar ao transitarmos por essas ruas que são totalmente desordenadas.

Fotografia 2 - Rua Vereador Falcão Coelho



Fonte: PEREIRA, Aires José. Pesquisa de Campo em abril de 2018.

Com o crescimento desordenado da cidade de Araguaína - TO. Implicou na desorganização do traçado urbano, com ruas estreitas e más distribuídas dificultando o trânsito da cidade que têm se tornado um verdadeiro caos. Como mostra a fotografia 2.

5 A FALTA (AUSÊNCIA) DO PODER PÚBLICO NA EXECUÇÃO E APLICAÇÃO DO CÓDIGO DE TRÂNSITO EM ARAGUAÍNA - TO E SEUS DESDOBRAMENTOS

O crescimento econômico do município de Araguaína ao longo dos anos vem aumentando significativamente e trouxe consigo uma série de benefícios ao grupo hegemônico e muitas dificuldades a todos, de uma maneira geral. Quer dizer, dentro da ótica capitalista de produção do espaço geográfico, individualiza o bônus e socializa o ônus. Portanto, a riqueza gerada com a produção geográfica do espaço urbano ou rural é atribuída a um grupo minoritário de privilegiados, enquanto os problemas advindos dessa organização espacial são distribuídos a toda a população.

Os transportes e o crescimento econômico de uma localidade estão fortemente ligados, pois, o segundo estimula a demanda de transportes aumentando o número de trabalhadores deslocando-se entre seus locais de trabalhos e suas casas. Em Araguaína -TO não é diferente. Há deslocamentos diários dos trabalhadores para seus empregos e estes são preocupantes como em todas as cidades brasileiras onde a malha urbana beneficia o transporte individual em detrimento do coletivo. No caso específico, a situação é pior ainda, uma vez que, a menor distância entre dois pontos é uma linha reta e, no caso aqui estudado não se tem isto, uma vez que o traçado urbano da cidade é um caos.

Vimos então que em função deste crescimento desordenado propositalmente dentro da organização capitalista do espaço, graves problemas afligem o trânsito da cidade. Esse caos faz parte do trânsito de Araguaína - TO que se constitui de ruas muito estreitas, com estacionamentos totalmente desorganizados causando congestionamento constantes. Tem também a coordenação dos semáforos que são totalmente fora de órbita contribuindo ainda mais para esse caos.

Em se tratando dos estacionamentos, as vezes as ruas ficam praticamente intrafegáveis. Os automóveis, as motos e até os caminhões para descarregar as mercadorias se fazem presentes no trânsito caótico da cidade. No caso das “descargas” dos caminhões, por exemplo, o poder público municipal, deveria estabelecer horários alternativos para esta prática para que não conglomere ainda mais o trânsito da cidade. Em função de tudo o que foi relatado, o que sobra nas ruas de Araguaína, é nada mais que um corredor apertado para circulação de veículos, que é intensa durante todo o dia. Há também o problema de falta de placas de sinalização adequada, que dificulta bastante, o entendimento entre os condutores de veículos automotores.

O que se percebe é a ausência quase que total do poder público junto a esse problema que se estende em Araguaína - TO em sanar essa problemática da falta de organização no trânsito. Como mostra fotografia 3 e as incursões cotidianas nas ruas da cidade.

Fotografia 3 - Rua das Mangueiras



Fonte: PEREIRA, Aires José. Pesquisa de Campo em abril de 2018.

De acordo com essa abordagem pode-se afirmar que esse problema na infraestrutura urbana de Araguaína - TO necessita não só de “reparos”, mas de soluções imediatas, até porque esse espaço tem uma importância fundamental para toda sociedade araguainense que merece transitar com mais prazer pela cidade.

6 A INSATISFAÇÃO DOS CONDUTORES DE VEÍCULOS COM A DESORGANIZAÇÃO DO TRAÇADO URBANO DE ARAGUAÍNA - TO

Este é um fator relevante, pois, de acordo com o que já foi exposto ao decorrer do trabalho, junto ao caos no trânsito desta cidade, surge também a insatisfação das pessoas que diariamente têm que trafegar pelas suas ruas. As pessoas são extremamente estressadas e corroboram com a ordem do caos, uma vez que muitas delas infringem as Leis de Trânsitos tornando a situação ainda pior.

A opinião que se tem dos moradores é que, a cada dia, principalmente depois da “revitalização” da Avenida Cônego João Lima, o afogamento de trânsito da cidade se estendeu ainda mais, causando vários tumultos nas ruas.

Fotografia 4 – Rua Ademar Vicente Ferreira



Fonte: PEREIRA, Aires José. Pesquisa de Campo em abril de 2018.

A realidade de quem tem que conduzir um veículo automotor é bastante incômoda nas ruas congestionadas de Araguaína. O crescimento desordenado da cidade e o aumento do número de carros e de motocicletas transformam o espaço urbano em um caos difícil de ser transponível sem estresse aos condutores de veículos e aos pedestres também. Tudo isto acaba aumentando o número de acidentes. Assim sendo, (SANTOS, 1993, p.113-114) comenta que:

A planificação urbana, entretanto, é sobretudo voltada para os aspectos da cidade cujo tratamento agrava os problemas, em vez de resolve-los, ainda que à primeira vista possa ficar a impressão de resultado positivo. Trata-se de planificação sobretudo técnica, preocupada com aspectos singulares e não com a problemática global, planejado mais voltada para o chamado desenvolvimento econômico, quando o que se necessita é de uma planificação sociopolítica que esteja de um lado preocupada com a distribuição dos recursos sociais, e de outro, consagre os instrumentos políticos de controle social capazes de assegurar a cidadania plena. Um plano diretor não pode concentrar-se em ser apenas uma disciplina do crescimento físico ou da dotação de serviços, mas deve incluir uma clara preo-

cupação com a dinâmica global da cidade buscando orientá-la no interesse das maiorias. (SANTOS, 1993, p.113-114).

Em cidades onde há esse planejamento urbano a situação no trânsito já é bastante complicada, como nos aponta Milton Santos, imagine em um local onde o crescimento urbano não teve um ordenamento territorial capaz de prever o aumento do número de veículos automotores e por esta razão, entre outras, a problemática se instala sem que haja perspectivas de melhorias a curto prazo.

É preciso que o poder público tenha sensibilidade e faça um reordenamento territorial do traçado urbano da cidade e diminua os problemas de trânsitos que só tem aumentado até então.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após um estudo sobre a questão do crescimento desordenado de Araguaína - TO, onde foi enfatizado os aspectos ligados a falta de planejamento e infraestrutura, podemos concluir que as transformações ocorridas através do processo de crescimento acelerado da cidade têm se intensificado e com falta de gestão pública capaz de dar as respostas plausíveis ao bom funcionamento da logística da mobilidade urbana na cidade.

REFERÊNCIAS

- AQUINO, Napoleão Araújo de. A construção da Belém-Brasília e suas implicações no processo de urbanização do Estado do Tocantins. In Geraldin, Odair (org) **A Formação histórica do Tocantins**. Goiânia: EdUFG, 2002.
- ARAÚJO, Claudivan Santiago. **Araguaína história e atualidade**. Araguaína: Graf. Digital, 2000.
- CORREIA, Roberto Lobato. **O Espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.
- GASPAR, Jacira Garcia. **Araguaína e sua região: saúde como reforço da polarização**. Recife, 2000 (dissertação de mestrado)
- HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. 15. ed. São Paulo: Loyola, 1992
- LEFEBVRE, Henri. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: EdUFMG, 1999.
- MAGNOLI, Demétrio. **Globalização: estado nacional e espaço mundial**. São Paulo, Moderna, 1997.
- PARENTE, Temis Gomes. **Fundamentos históricos do Estado do Tocantins**. Goiânia: EdUFG, 1999.
- PEREIRA, Aires José. **ENSAIOS GEOGRÁFICOS E INTERDISCIPLINARIDADE POÉTICA**. 6. ed. Rio de Janeiro: CBJE, 2020.

PEREIRA, Aires José. **LEITURAS DE PAISAGENS URBANAS**: Um estudo de Araguaína – TO. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2013. (Tese de Doutorado).

PEREIRA, Aires José. **TANGARÁ DA SERRA**: Nova Fronteira Agrícola e Sua Urbanização. 4. ed. Rio de Janeiro: CBJE, 2021.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo, Hucitec, 1993.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. 3 ed. São Paulo: Nobel, 1992.

SANTOS, Milton. **Metamorfose do Espaço Habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.

SILVA, Adelfino Teixeira da. **Economia e mercados**. São Paulo: Atlas, 1983.



CAPÍTULO 8

A TERRITORIALIZAÇÃO DOS RAIZEIROS ENQUANTO CULTURA POPULAR NO MERCADO MUNICIPAL DE ARAGUAÍNA-TO¹

João Carlos Santiago Nery²
Marivaldo Cavalcante da Silva³

DOI: 10.46898/rfb.9786558891284.8

1 Texto produzido após qualificação da dissertação de mestrado denominada: Saberes e Práticas Populares em Saúde: Um estudo sobre raizeiros(as) do Mercado Municipal de Araguaína/TO

2 Mestrando no Programa de Pós Graduação em Estudos de Cultura e Território pela Universidade Federal do Norte do Tocantins. E-mail: joao.138@gmail.com Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0003-0051-1604>

3 Doutor em Geografia. Docente do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território da Universidade Federal do Norte do Tocantins campus Araguaína. E-mail: marivaldoareia@yahoo.com.br Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0001-9062-3954>

1 INTRODUÇÃO

O texto é fruto do estudo realizado com raizeiros que atuam nas dependências do Mercado Municipal de Araguaína/TO. Raizeiros são pessoas que possuem conhecimentos sobre plantas medicinais, eles são popularmente conhecidos nas feiras através de seu saber sobre cultivo, preparo, indicação e comercialização dessas plantas (TRESVENZOL et al, 2006). Também são conhecidos como herbários, herbolários, curandeiros ou erveiros. Essas pessoas têm resistido à modernização da medicina e, ainda são muito procurados pela população para a aquisição de plantas medicinais, raízes, cascas ou produtos naturais já confeccionados conduzidos ao tratamento de enfermidades. (FRANÇA et al, 2008).

Para fomentar a discussão, faz-se necessário buscar a fonte da temática. O texto se reveste em um viés qualitativo e remete a territorialização dos raizeiros a partir de uma perspectiva cultural do saber popular. Dessa forma, debater sobre cultura ajuda a construir a base para o avanço do alicerce do processo da territorialização em tela. Nos baseamos, então, nos conceitos culturais de Geertz (1997, 2008), mas também bebemos na fonte de outros autores como Williams (1992) e Bosi (1992). Para debater território, trazemos as concepções de Saquet (2007, 2019), que entende território sob o viés multidimensional, abrangendo não apenas o aspecto material, mas também o imaterial.

Assim, temos ciência do desafio proposto no desenvolvimento desta pesquisa. Assumir uma posição interpretativa de um sistema cultural tão rico quando o saber popular deve ser pautado no cuidado para não cair no subjetivismo. Embora uma pesquisa nunca seja completamente imparcial, estudar os raizeiros exigiu aproximação para compreender melhor esse universo e, ao mesmo tempo, um distanciamento para evitar juízos de valores.

2 A CULTURA E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O DEBATE

O termo cultura é analisado por diversas vertentes e autores diferentes. Dessa forma, uma vez que o objeto deste trabalho envolve o saber popular, se faz necessário assumir uma teoria interpretativa que abrange a sua especificidade. O conceito de cultura inserido na presente pesquisa se baseia na análise de Geertz (2008), que entende a cultura como uma “teia de significados tecida pelo homem” (p. 4). Os significados, portanto, assumem posição central na discussão deste conceito, e sua análise é, dessa forma, uma ciência interpretativa à procura de significado. Nessa perspectiva, o saber de raizeiros do mercado municipal assume caráter popular pelo

significado que representa, pelo sentido que é produzido pelos próprios detentores do saber, pelo seu fluxo de continuidade no âmbito familiar e social.

Geertz (2008) faz uma crítica sob a perda de sentido da cultura quando a colocamos de forma padronizada ou como um estado da mente. Segundo ele, o comportamento humano é uma ação simbólica, que possui significado, como a fonação na fala, o pigmento na pintura e até mesmo a linha na escrita. Não se deve, portanto, engessar o sentido cultural das coisas, “a cultura é pública porque o significado o é.” (p. 09).

Além disso, Geertz (2008) ressalta que toda análise cultural é intrinsecamente incompleta, quanto mais profundo, menos completa é essa análise. Faz-se necessário, portanto, superar o subjetivismo e a ideia de completude, restringindo a análise das formas simbólicas aos acontecimentos sociais e a ocasiões concretas, de forma que as interpretações descritivas não sejam influenciadas pelo subjetivismo. Ressalta-se, ainda, que olhar as dimensões simbólicas da ação social não é se distanciar completamente. Ao contrário, deve-se imergir nelas, não com o intuito de responder as questões profundas, mas sim a buscar respostas que se acrescentarão a outras análises.

Conforme Machado (2008), o uso de plantas medicinais está diretamente ligado com os significados que os usuários constroem, formando um conjunto de técnicas e conhecimentos relacionados à saúde. Os significados são formados pelo conjunto de representações e, as medicinas, cada uma delas possuem seus significados formados. A medicina oficial se baseia na comprovação científica dos remédios, além de ser mais reconhecida universalmente. Já as medicinas populares constroem seus significados a partir da influência de várias origens, com a crença do potencial de saúde das plantas. Essa perspectiva vai ao encontro com as concepções, já mencionadas, de Geertz (2008): cultura como uma teia de significados tecida pelo homem.

A relação homem-terra é efetivada através de uma relação mítica de integração entre sociedade e natureza, essa relação ocorre histórica e geograficamente num contexto que envolve valores, crenças, possibilidades e potencialidades para viver mais e melhor. Assim, para Dardel (1952 apud SAQUET, 2019), a terra assume um significado de fonte de vida para os homens, essencialmente pela sua biodiversidade e envolvimento cotidiano.

De acordo com Araújo et al. (2014), raizeiros possuem conhecimento sobre o “poder de cura” relacionado a plantas medicinais, baseado em suas experiências e informações alcançadas empiricamente. Para a população que adere esta prática,

raizeiros são considerados “médicos”, que sabem indicar a erva certa par tratar males.

Dessa forma, cada medicina utiliza as plantas com um significado diferente. Nas medicinas populares as plantas configuram uma função central dentro de suas práticas, o seu uso está ligado a fé e ao significado que as plantas possuem. Na medicina oficial, o uso de plantas ocupa uma função periférica, sendo o centro ocupado pelos medicamentos alopáticos (MACHADO, 2008).

Diante de tudo isso, percebemos que os significados construídos por raizeiros perpassam por teias diferentes, mas complementares. Todas convergem para as práticas de cura com plantas, que assumem papel central. Mas cada teia possui seu contorno específico, tecida de acordo com o contexto inserido da comunidade ou grupo em questão.

Para complementar a discussão sobre cultura, também é relevante trazer as concepções de Williams (1992), que, em sua obra intitulada “Cultura”, aponta que o termo passou por transformações no decorrer do tempo, mas que ele também defende a cultura pelo viés da produção de significados, “como um sistema de significações pelo qual uma dada ordem social é comunicada, reproduzida, vivenciada e estudada” (p. 13).

Nesse sentido, as concepções de Williams (1992) nos faz compreender o caráter universal da cultura, sem valorações ou hierarquias, sem a determinação de tipo de cultura ou prática cultural superior ou inferior, independentemente de sua origem. Williams prefere não fazer distinções sobre tipos de cultura, nem a relaciona a determinado tipo específico de classe social. A cultura em Williams é, dessa forma, entendida como processo, produção e produto das pessoas, um sistema universal de significações.

Outro autor que dialoga com esta temática é Bosi (1992), que traz o conceito de cultura enquanto educação e reprodução. Cultura como um conjunto das práticas, técnicas, símbolos e valores que se devem transmitir às novas gerações, a fim de garantir a reincidência de um estado de coexistência social. Ao falar sobre a cultura fora da universidade, ou seja, a cultura popular, Bosi (1992) prefere adotar o conceito antropológico de cultura como um conjunto de modos de ser, viver, pensar e falar de determinada formação social. Essa concepção destoa do conceito mais restrito que entende a cultura apenas como a produção advinda das instituições de ensino. O que define as culturas fora da universidade é, claramente, o seu caráter difuso, mesclado profundamente com toda a vida psicossocial do povo.

Segundo Bosi (1992), a cultura popular possui sua gênese em fenômenos simbólicos que representam significados formalizados de vários modos. Aqui a instituição existe de forma menos estruturada que a das demais culturas, uma vez que não possuem força ideológica impositiva nem poder econômico vinculante. São, na verdade, pequenas instituições, espaçadas e presentes em grupos mais fechados.

Ao trazer essa concepção para a pesquisa, consideramos que os raizeiros constituem um grupo que, embora possua carga de significados marcante, não possui uma estruturação concreta que lhe garanta ocupar espaços, quando comparado as demais culturas. Essa dinâmica acaba marginalizando esses grupos com pouca influência, reforçando hegemonias e preconceitos acerca de culturas não oficiais.

Bosi (1992) também postula que a cultura popular remete do simbolismo ao material, e é indivisível pela sua amplitude, ela implica modos de viver:

O alimento, o vestuário, a relação homem-mulher, a habitação, os hábitos de limpeza, as **práticas de cura**, as relações de parentesco, a divisão das tarefas durante a jornada e, simultaneamente, as crenças, os cantos, as danças, os jogos, a caça, a pesca, o fumo, a bebida, os provérbios, os modos de cumprimentar, as palavras tabus, os eufemismos, o modo de olhar, o modo de sentar, o modo de andar, o modo de visitar e ser visitado, as romarias, as promessas, as festas de padroeiro, o modo de criar galinha e porco, os modos de plantar feijão, milho e mandioca, o conhecimento do tempo, o modo de rir e de chorar, de agredir e de consolar (BOSI, 1992, p. 324, grifo nosso).

A presença e avanço da cultura popular no capitalismo demonstram a sua importância e necessidade de ocupar espaços, além de, ao mesmo tempo, se atentar para a dinâmica dessa inserção. Nesse contexto, a cultura popular pode ser vista como um potencial fenômeno de pesquisa e, até mesmo, de investimento. A cultura popular pode se inserir como uma ferramenta de desenvolvimento, logo, cultura e geração de renda podem estar associadas. Entretanto, a economia da cultura possui um viés colonizador e, muitas vezes, determinada atividade é descaracterizada para se encaixar nas interfaces do capitalismo (LÓSSIO; PEREIRA, 2007).

3 A TERRITORIALIZAÇÃO DOS RAIZEIROS NO MERCADO MUNICIPAL DE ARAGUAÍNA TO

Homens e mulheres curavam doenças e seus doentes com fórmulas simples e sabiam identificar as doenças, como exemplo, dor de estômago, desarranjos intestinais, reumatismos, pneumonia, fraqueza, etc. Estes saberes sobre o corpo eram adquiridos de maneira informal e transmitidos oralmente, fazendo uso de ervas, dos chás, do limão, da quina, apresentando, portanto, várias alternativas. Segundo a Organização Mundial da Saúde – OMS (1948), a “Saúde é o estado de completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de doença.”. Entretanto,

longe de ser uma realidade, simboliza um compromisso, um panorama a ser seguido. Nessa perspectiva, atualmente a saúde é vista de forma ampla como disciplina, um ramo do saber, como tudo aquilo que envolve, direta ou indiretamente, seu conceito estrito. Dessa forma, tendo como base a abordagem de território de Saquet (2007), a saúde pode ser denominada como um território imaterial. Tal território vem sendo construído há séculos, ainda que imperceptivelmente.

O território pode ser compreendido de formas diferentes, e não necessariamente excludentes umas às outras. As múltiplas abordagens se complementam e são multidimensionais diante do território, considerando a complexidade que a temática propõe. Assim, o território significa (i)materialidade, pois não se resume apenas a um substrato ou formas espaciais, nem apenas a relações sociais (SAQUET, 2007).

Saquet (2007) também propõe que o processo de produção de um território é tecido por um movimento histórico. Movimento este que é constante e se materializa na vida cotidiana e conjuga aspectos da economia, política, cultura e natureza exterior ao homem. Tais aspectos “efetivam o território, o processo social, no e com o espaço geográfico, centrado e emanado na e da territorialidade cotidiana dos indivíduos, em diferentes centralidades, temporalidades e territorialidades.” (p. 57,58).

Assim, consideramos a saúde como um espaço imaterial que é territorializado por saberes, culturas e práticas. Esse movimento de territorialização, portanto, envolve disputas, que consiste em um dos pilares de observação desta pesquisa. É através dessa dinâmica que raizeiros se inserem (ou tentam) dentro do campo da saúde que, por sinal, já apresenta territorializadas demarcadas e sólidas, principalmente pelo saber científico.

Nesse sentido, Saquet (2007) afirma que o território é apropriado socialmente, resultado e condição do processo de territorialização. O território se reveste em um campo de poder, de relações socioespaciais de apropriação e domínio. Assim, podemos verificar a saúde como um campo que foi territorializado por saberes e que se inscreve um campo de relações de poder e disputa por espaço.

O território caracteriza-se como um espaço de (in)formação, partilha, reciprocidade, mobilização, luta, resistência político-cultural-ambiental, descolonização, conquista da autonomia decisória e de melhores condições de vida *para e com o* povo. (SAQUET, p. 8, 2019).

Diante disso, reforçamos que o presente trabalho se reveste na perspectiva do território imaterial, visando que raizeiros atuam no campo da saúde em um processo de territorialização com barreiras e relações de poder. Isso ocorre devido a pre-

sença de outros grupos ligados ao campo da saúde, que também brigam por espaço dentro do espaço. Essas relações albergam ainda a territorialidade.

Saquet (2019), com base nas ideias de Raffestin (1980) e Damatteis (1964, 1999, 2001), compreende a territorialidade como correspondente as relações sociais, identidades e diferenças, desigualdades e diferenças, que possuem diferentes apropriações do espaço geográfico, seja material ou imaterial. Essas apropriações implicam em delimitações que podem ser precisas ou não. Além disso, a territorialidade pode traduzir valores, comportamentos, objetivos, desejos, metas e necessidades. Portanto, a territorialidade é pluridimensional, está associada e acontece tanto no tempo quanto ao espaço, inserida nas relações sociais do homem entre si e com sua natureza exterior.

O Mercado Municipal de Araguaína (Figura 1) é o local em que os raizeiros participantes da pesquisa atuam. Fica localizado na Rua Vinte e Um de Abril, s/n - Centro, Araguaína - TO, 77804-100. O Mercado Municipal de Araguaína surgiu na década de 70 em meio ao contexto de ditadura militar, com problemas políticos e, principalmente, agravamentos econômicos. A criação deste espaço contribuiu de forma significativa para traduzir o modo de vida da população da região, sendo o saber fazer um elemento cultural peculiar de Araguaína que vem formando sua identidade ao longo dos anos. Esse espaço constitui o centro de disseminação desses elementos culturais, uma vez que um mercado não é apenas um centro de abastecimento e sim um lugar de interação social (BEZERRA, 2016).

O Mercado Público Municipal por ser compreendido como um espaço social onde podemos encontrar diversos agentes sociais com variadas formas de expressar seu modo de viver e de observar o mundo, acabando por se tornar um ponto de encontro entre as diversas culturas que compõe o mosaico da cultural local, pois as feiras e os mercados públicos municipais podem ser vistos não apenas pelo seu viés econômico, mas como um epicentro cultural, pois nesses espaços diversos modos de vida são representados através dos produtos que carregam as impressões dos agentes sociais que os conceberam. (BEZERRA, 2016, p. 66).

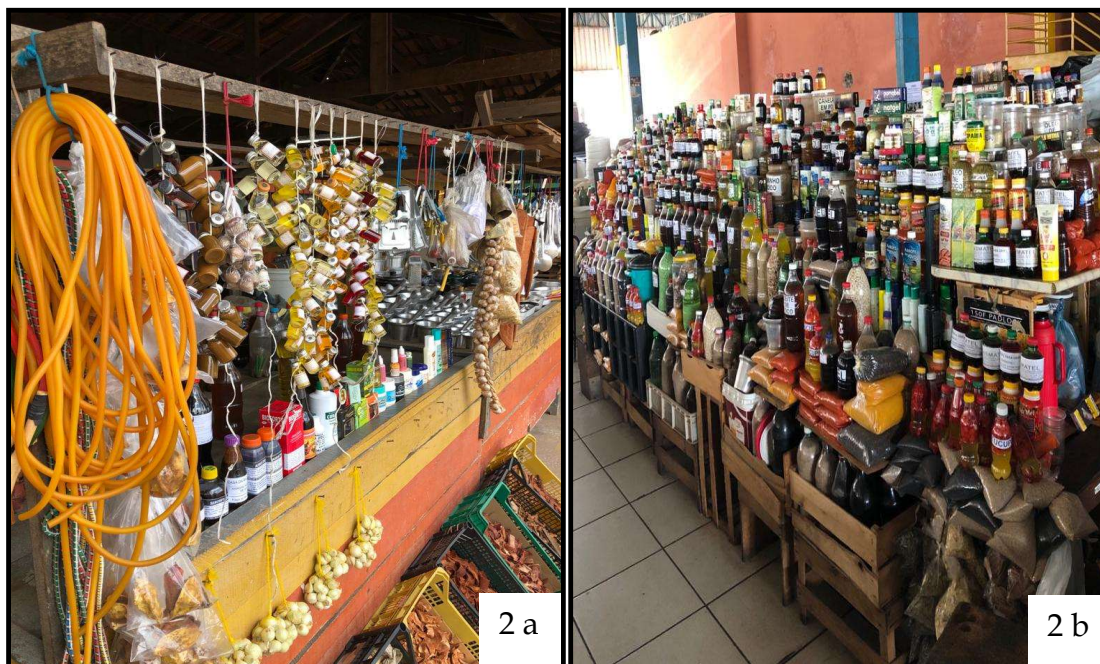
Figura 1 - Fachada do Mercado Municipal de Araguaína/TO

Fonte: Santiago Nery, João Carlos (2020).

O Mercado Público Municipal de Araguaína possui grande quantidade de bancas que vendem diversos tipos de produtos. Algumas bancas mesclam suas vendas ofertando produtos de segmentos diferentes. Os alimentos predominam, há uma região em que concentram bancas que vendem hortaliças, queijos, verduras e frutas. Em outra seção, há bancas de restaurantes que vendem os alimentos já cozidos. Mais adiante os peixes são comercializados em bancas maiores. Há também uma seção em que funciona como um shopping popular, vendendo utilidades em geral como capas de celulares, brinquedos, roupas e acessórios. Por fim, há a seção que predomina a venda de remédios naturais, tais como ervas, raízes, garrafadas, cremes, óleos, géis, entre outros.

Cumprе ressaltar que as seções as vezes se misturam e que não se observa uma delimitação rígida por área de venda. Por exemplo, há uma banca de raizeiro junto a uma região em que predomina a venda de acessórios para celulares. Assim, no que se refere as bancas que vendem remédios naturais, que é o objeto de estudo da presente pesquisa, é importante assinalar alguns pontos a seguir.

As bancas que vendem remédios naturais não são necessariamente lideradas por raizeiros figuras (2a e 2b). Algumas bancas apenas revendem os remédios que compram de fornecedores ou até mesmo de raizeiros que atuam no mercado e, nelas, os remédios naturais não são os principais produtos vendidos na banca. Dessa forma, as entrevistas foram realizadas apenas com comerciantes que se identificam como raizeiro e que possui os remédios naturais como o principal produto vendido na banca. Além disso, como critério de inclusão foi estabelecido experiência mínima de cinco anos na profissão de raizeiro.

Figuras 2 (a e b) - Bancas de raizeiros no Mercado Municipal de Araguaína/TO

Fonte: Santiago Nery, João Carlos (2020)

A venda de produtos nas feiras, estabelecimentos rurais e domicílios urbanos possuem relações com práticas agrícolas que simbolizam as diferentes redes fixadas em territórios. Isso reflete as relações de proximidade entre consumidores e produtores. Essas práticas necessitam de compreensão e divulgação como forma de potencializar os saberes envolvidos e ampliar a visibilidade da sociedade sobre os sujeitos detentores do saber popular (SAQUET, 2019).

Nesse sentido, tal processo é traduzido em uma territorialização de um campo. Por meio das práticas e conhecimentos difundidos na comunidade, os sujeitos garantem a sua representação e fixação em um território. Essa territorialização, entretanto, é revestida de embates e lutas para a sua efetiva consolidação (SAQUET, 2019).

As relações de poder possuem aspecto importante que se insere dentro desta temática. É através delas que boa parte das relações entre os saberes populares e científicos acontece. Desse modo, as relações ocorrem a partir dos atores que estão inseridos em organizações sociais, como o Estado, por exemplo. Vale ressaltar, entretanto, que o Estado não é o único envolvido nas relações de poder, pois, o poder é multidimensional. Os atores também abrangem indivíduos, grupos, organizações, empresas, entre outros. A partir das relações de poder, eles atuam no território através dos instrumentos de poder que possuem (RAFFESTIN, 1993).

A resistência e luta de raizeiros dentro do território da saúde pode ser explicada pela contra hegemonia que, conforme Saquet (2019), é construída pelo povo contra a ordem político-econômica-cultural dominante, com o objetivo de alcançar uma ordem sem dominação, privilégios, injustiças sociais e hierarquias. Essa concepção, portanto, se reveste nesta pesquisa na medida em que raizeiros se posicionam em luta por espaço e reconhecimento dentro do território da saúde. As lutas abarcam a pauta da exclusão, da marginalização, da falta de acesso a terras, dentre outras.

Outro viés relevante a respeito do processo de territorialização ora discutido diz respeito a transmissão de conhecimento do raizeiro no contexto familiar e comunitário. De acordo com Thompson (1993), a transmissão cultural entre as gerações de famílias é uma condição humana fundamental e perpetua desde o início da humanidade. Esse papel do contexto familiar envolve, além da memória familiar, o nome, o território, a moradia, a posição social, a religião, os valores, visões de mundo, habilidades, comportamento, entre outros. Além disso, raizeiros também estão inseridos na comunidade, de forma concomitante. Essa interação pode ser como uma relação raizeiro-vizinhança, raizeiro-cliente, raizeiro-amigo, entre outras.

O processo de transmissão do saber traduz, portanto, uma forma de territorialização. Essa é, talvez, uma das principais ferramentas que um grupo utiliza para a dominação de um espaço. A oralidade assume um papel fundamental na transmissão de conhecimentos de valor cultural agregado (SAQUET, 2019).

Os indígenas, pela vanguarda, são referências e merecem destaque nessa prática de transmissão de conhecimento pela oralidade. Eles possuem noção dos tempos da natureza, do cosmos e dos homens, assim como da importância dos lugares, comidas, ritos e mitos. Dessa forma, o conteúdo popular de seu conhecimento reveste-se de relevância histórica na medida em que se dá centralidade ao homem como ser social e natural (SAQUET, 2019). Essa perspectiva dialoga com o presente estudo uma vez que os saberes indígenas constituem a base do saber acerca das plantas medicinais.

Diante disso, a educação informal assume relevância na constituição de uma comunidade, na transmissão e manutenção de tradições de um grupo. Por se tratar de conteúdo conteúdos de carga cultural marcante, a transmissão do saber pode ser ressignificada pelo receptor, de acordo com o contexto em que vive (SILVA, 2007).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de tudo isso, consideramos que os raizeiros se inserem em uma constante luta por espaço dentro do território da saúde. A relação entre o saber popular e científico, dentro desse território, assume caráter histórico e geográfico, numa perspectiva colonial de produção do conhecimento. Com efeito, a progressão do saber possui marcas dessa colonialidade que perpetua até hoje. Assim, raizeiros do contexto contemporâneo enfrentam dificuldades para efetiva inserção dentro do território saúde, principalmente em virtude da relação conflituosa com o saber científico.

A relação entre esses saberes perpassa por contornos específicos. Com base nos dados coletados, verificamos que os raizeiros do Mercado Municipal de Araguaína enfrentam como barreira ao processo de territorialização da saúde a sua desvalorização enquanto trabalhadores que dominam o saber sobre plantas medicinais. Essa desvalorização é traduzida na falta de políticas públicas, na repressão de suas práticas, no descaso com o local de trabalho, na ausência de raizeiros em posições políticas, na falta de acesso a terras e na exclusão de espaços de saúde pública.

Logo, a saúde enquanto território deve ser reformulada e ocupada com isonomia, para considerar de forma participativa e reflexiva o saber popular em saúde, feito com e para o povo. A valorização desses saberes pode ser uma estratégia central para a consolidação da saúde pública, tanto para reorganizar o processo de trabalho em saúde, como para reconfigurar o modelo de atenção.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO C. R. F., et al. Raizeiros e Raizeiras Enquanto Multiplicadores do Conhecimento Popular: Um Resgate na Literatura. **Revista Saúde E Ciência**; Online; vol. 3, n. 1, pág. 35-43, 2014. Disponível em: <https://rsc.revistas.ufcg.edu.br/index.php/rsc/article/download/282/279>. Acesso em 11/09/2020.

BEZERRA, Jorge Luís de Medeiros. **Educação Patrimonial: Novas Perspectivas para o Ensino de História**. UFT. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História). Araguaína, 2016.

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. 1 ed. 3. reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

FRANÇA, I. S. X. et al. Medicina popular: benefícios e malefícios das plantas medicinais. **Revista Brasileira Enfermagem**. V. 61, n. 2, p. 201-208, 2008.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. 1.ed., 13 reimp. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GEERTZ, Clifford. **O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

LÓSSIO, Rúbia Aurenívea Ribeiro Lóssio; PEREIRA, Cesar de Mendonça. A importância da valorização da cultura popular para o desenvolvimento local. III ENECULT – **Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura** - UFBA. Salvador, 2007. Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/enecult2007/RubiaRibeiroLossioCesardeMendoncaPereira.pdf>. Acesso em 01/01/2021.

MACHADO, Luiza Helena Barreira. Raizeiros de Goiânia: **As representações entremeadas nos usos e nas Redes de Distribuição e Comercialização das Plantas Medicinais em Goiânia - GO**. UFG. Dissertação (Mestrado em Geografia), Goiânia, 2008.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. [site da Internet]. Disponível em: <http://www.who.int>. Acesso em 10/10/2020.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. Série Temas, v. 19, São Paulo: Editora Africa S. A., 1993.

SAQUET, Marcos Aurélio. As diferentes abordagens do território e a apreensão do movimento e da (i)materialidade. **Geosul**, Florianópolis. vol. 22, n. 43, p. 55-76, 2007.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Saber popular, práxis territorial e contra-hegemonia**. 1ª edição. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.

SILVA, Giselda Shirley da. **Um cotidiano partilhado entre práticas e representações de benzedeiros e raizeiros: remanescentes de quilombo de Santana da Caatinga - MG/1999-2007**. 2007. 186 f. Dissertação (Mestrado em História)-Universidade de Brasília, João Pinheiro, 2007. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/1387/1/Dissertacao_2007_GiseldaSilva.pdf. Acesso em 29/09/2020.

SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes Von. Memória, cultura e poder na sociedade do esquecimento. **Augusto Guzzo Revista Acadêmica**, São Paulo: FICS, n. 06, maio, 2003.

THOMPSON, Paul. **A transmissão Cultural Entre Gerações Dentro das Famílias: Uma abordagem centrada em histórias de vida**. In. DINIS, Elli; LOPES, J. S. Luiz; PRANDI, Reginaldo. Ciências Sociais Hoje. ANPOCS, São Paulo: HUCITEC, 1993.

TRESVENZOL, L. M. et al. Estudo sobre o comércio informal de plantas medicinais em Goiânia e cidades vizinhas. **Revista Eletrônica de Farmácia**, v. 3, n. 1, p. 23-28, 2006. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/REF/article/download/2070/2013/0>. Acesso em 20/09/2020.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura**. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992

CAPÍTULO 9

A PESCA PREDATÓRIA NO PERÍODO DE PIRACEMA NO RIO TOCANTINS ENTRE OS MUNICÍPIOS DE AGUIARNÓPOLIS E TOCANTINÓPOLIS NA REGIÃO DO BICO DO PAPAGAIO TOCANTINS¹

Saimon Lima de Britto²
Marivaldo Cavalcante Da Silva³

DOI: 10.46898/rfb.9786558891284.9

¹ Artigo publicado na Revista Querubim da Universidade Federal Fluminense. Disponível em:

² Doutorando em Geografia pelo Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás. E-mail: saimonlima@live.com Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0001-5168-8747>

³ Doutor em Geografia. Docente do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território da Universidade Federal do Norte do Tocantins campus Araguaína. E-mail: marivaldoareia@yahoo.com.br Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0001-9062-3954>

1 APRESENTAÇÃO

A piracema é o período biológico onde os peixes se reproduzem para assim manterem suas espécies. Nesse período a pesca é proibida com exceção apenas da pesca de subsistência. Tem o intuito de proteger às espécies e garantir os estoques pesqueiros no futuro. Assim, objetivou-se compreender a prática da pesca predatória no período de piracema no rio Tocantins entre os municípios de Aguiarnópolis-TO e Tocantinópolis-TO, região do Bico do Papagaio no extremo norte do Estado do Tocantins, descrevendo uma ação de fiscalização do Naturatins no dia 4 de fevereiro de 2016 os quais foram identificados os principais materiais usados na pesca predatória e seus promotores.

2 INTRODUÇÃO

De acordo com Chiavenato (1991, p.10) em seu livro *O Massacre da Natureza*, diz que “A Terra é frágil. Melhor, ficou frágil.” A natureza é muito frágil perante as técnicas e as tecnologias desenvolvidas e aperfeiçoadas pelo homem a todo instante, esses avanços são alavancados pelo fator econômico e permitem que o homem suprima em uma velocidade muito alta da natureza matéria prima em grande escala com o intuito de aumentar seu lucro. A ação do homem sobre o meio ambiente está cada vez mais predatória e, a natureza não consegue se restaurar na mesma velocidade em que a destruição acontece. Isso se dá em todas as áreas e na pesca não é diferente, várias são as técnicas e ferramentas para uso predatório usadas para pescar uma grande quantidade de peixes em pouco tempo, desconsiderando além de tudo o período de defeso, a piracema.

Esse período, que ocorre todos os anos, inicia-se oficialmente pelo estado brasileiro no dia 1º (primeiro) de novembro e vai até o dia 29 (vinte e nove) de fevereiro do ano subsequente e dá-se o nome de *período de defeso* que é definido pelo Ministério do Meio Ambiente como:

Defeso é uma medida que visa proteger os organismos aquáticos durante as fases mais críticas de seus ciclos de vida, como a época de sua reprodução ou ainda de seu maior crescimento. Dessa forma, o **período de defeso** favorece a sustentabilidade do uso dos estoques pesqueiros e evita a pesca quando os peixes estão mais vulneráveis à captura, por estarem reunidos em cardumes. (BRASIL, 2016. Grifo nosso).

O período de defeso de atividade pesqueira é o fixado todos os anos pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA e pelos órgãos ambientais dos Estados, no caso do Estado do Tocantins, o Instituto Natureza do Tocantins – Naturatins é o órgão responsável por regulamentar e fiscalizar a piracema. Então o Naturatins através da Portaria nº314/2015 determina que:

Proibir a pesca no período de 1º de novembro de 2015 a 29 de fevereiro de 2016, e também o transporte, a comercialização, o beneficiamento e a industrialização de espécimes provenientes da pesca. As multas aos infratores podem variar de R\$ 700,00 a R\$ 100 mil, mais R\$ 20,00 por quilo de peixe pescado. (NATURATINS, Portaria 034/2015.)

O descumprimento desta portaria da piracema, de acordo com a Lei Federal de Crimes Ambientais nº 9.605/98, artigo nº 34, destaca que a pena para quem exerce a pesca em período ou local proibido é a detenção de um a três anos ou multa, ou ambas as penas cumulativamente.

Faz-se necessário um estudo da temática sobre a pesca predatória no período de piracema no rio Tocantins entre os municípios de Aguiarnópolis-TO e Tocantinópolis-TO uma vez que se têm registro todos os anos desse tipo de crime no período de piracema, no mesmo trecho do rio e não se vê preocupação social em relação a essa prática criminosa e muitas vezes é até subjugada pela própria população.

Neste trabalho buscou-se compreender a prática da pesca predatória no período de piracema no rio Tocantins entre os municípios de Aguiarnópolis-TO e Tocantinópolis-TO através da observação e descrição de uma ação fiscalizatória do Naturatins no dia 4 de fevereiro do ano de 2016, identificando os principais materiais criminosos usados nessa prática e seus promotores.

3 O CAMINHO METODOLÓGICO

Segundo Laville e Dionne, UFMG, 1999, p.7 “É imprescindível trabalhar com rigor, com método, para assegurar a si e aos demais que os resultados da pesquisa serão confiáveis, válidos.” A metodologia é um caminho previamente planejado no intuito de se realizar um trabalho eficiente e alcançar todos os objetivos. Neste caso foi realizado o acompanhamento in loco da ação de fiscalização do Naturatins com o Batalhão de Polícia Militar Ambiental – BPMA em embarcação nas águas do rio Tocantins no trecho acima citado. Foram utilizados equipamentos fotográficos, GPS, fita métrica, bloco de anotações, uma lancha com motor 25hp, e duas caminhonetes, uma do BPMA e uma do Naturatins.

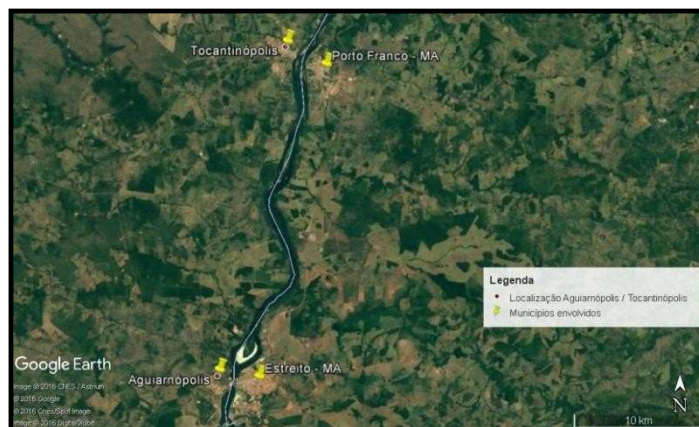
Foram realizadas abordagens com pescadores embarcados e desembarcados no Rio Tocantins. A população e os pescadores ribeirinhos foram informados sobre a necessidade de pescar dentro das normas e leis ambientais estabelecidas destacando a importância da piracema para que se possa garantir que não haverá extinção de nenhuma espécie. A revisão bibliográfica sobre o tema proposto teve intuito de esclarecer alguns conceitos relevantes para o estudo.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A operação de fiscalização foi realizada pelo Naturatins, com apoio do BPMA, no período de piracema, no dia 4 de fevereiro do ano de 2016 no trecho do Rio Tocantins entre os municípios de Aguiarnópolis e Tocantinópolis, ambos pertencentes ao Estado do Tocantins, com o objetivo de fiscalizar a pesca predatória que está presente todos os anos no referido rio.

As cidades de Tocantinópolis e Aguiarnópolis respectivamente contam com uma população estimada de 22.845 e 6.892 pessoas (IBGE, 2020.), localizam-se no extremo norte do Estado do Tocantins, na região conhecida como Bico do Papagaio, as margens do Rio Tocantins em divisa com o Estado do Maranhão, Tocantinópolis de frente para a cidade de Porto Franco-MA e Aguiarnópolis de frente para a cidade de Estreito-MA. Localizadas especificamente nas coordenadas geográficas: Tocantinópolis com sede situada na latitude 6° 19' 33.51" S e longitude 47° 25' 22.19" W e Aguiarnópolis com sede localizada na latitude 6° 33' 18.27" S e longitude 47° 28' 13.89" W. Cidades ribeirinhas, com aproximadamente 30 km de distância uma da outra conforme Imagem 1.

Imagem 1 - Municípios envolvidos na operação de fiscalização da piracema no Rio Tocantins entre os municípios de Aguiarnópolis-TO e Tocantinópolis-TO em fevereiro de 2016.



Fonte: (Google Earth, 2016). Org. Saimon Lima de Britto (2016).

No início da operação ainda na zona urbana dos municípios de Aguiarnópolis-TO e Estreito-MA abaixo da ponte que liga os dois Estados, foram flagradas várias pessoas pescando com materiais predatórios, sem nenhuma preocupação de estarem sendo vistos ou de serem denunciados por alguém, foram recolhidos carretilhas, molinetes e redes malhadeira em ambos os lados do Rio, a equipe ficou em média 30 minutos nesse local recolhendo material criminoso.

A equipe de fiscalização seguiu rio a baixo dando continuidade a operação piracema (2015/2016) vários ribeirinhos foram encontrados praticando a pesca

de subsistência com a linha e o anzol, desembarcados ou embarcados em canoas a remo, prática totalmente permitida neste período.

As redes malhadeiras eram encontradas abandonadas armadas e camufladas (fotografias 1 e 1a) às margens do Rio entre a mata ciliar enganchadas em galhos e rochas. Os infratores deixam as redes e passam para buscar em um momento posterior, malhas de todos os tamanhos foram encontradas, é importante ressaltar que quanto menor a malha mais predatória é a pesca, pois a malha pequena pega exemplar de pescado de tamanhos proibidos de acordo com a Portaria/Naturatins nº 319 de 24 de agosto de 2016 que define uma tabela com os tamanhos mínimos de cada espécie para ser pescada, para não comprometer o crescimento e o ciclo de reprodução dos peixes.

Fotografias 1 e 1a - Recolhimento de rede malhadeira no município de Aguiarnópolis-TO



Fonte: Saimon Lima de Britto. Trabalho de campo realizado em 4 de fevereiro de 2016.

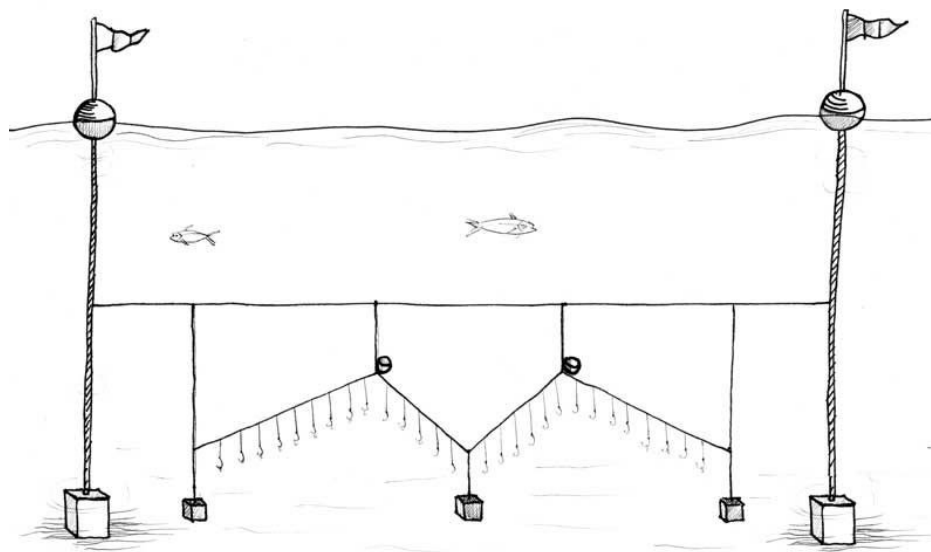
Outro material encontrado com frequência foi às bóias com espinheis, esse material consiste em um recipiente de plástico, geralmente uma garrafa Pete que é usada como bóia, amarrada a um espinhel, uma linha com vários anzóis com isca, as bóias com espinhel são facilmente encontradas por sua cor, os infratores ficam escondidos na mata observando suas bóias. À medida que foram sendo encontrados os pescadores, infratores ou não, a equipe foi realizando a Educação Ambiental no intuito de coibir posteriores infrações no período de piracema. Segue quadro 1 com o quantitativo total de material predatório apreendido na operação do dia 4 de fevereiro de 2016.

Quadro 1 - Quantitativo total do material predatório apreendido pelo Naturatins e BPMA na Operação Piracema do dia 4 de fevereiro de 2016.

Quantidade	Material Predatório
1.523 Metros	Redes Malhadeiras
13 Unidades	Varas c/ Molinetes
32 Unidades	Bóias c/ Espinheis
02 Unidades	Tarrafas

Fonte: Naturatins (2016). Org. Saimon Lima de Britto (2016).

Percebe-se a partir do quadro 1 que os materiais predatórios mais utilizados na pesca predatória são as Redes Malhadeiras e as Bóias com Espinheis, materiais que pegam facilmente grande quantidade de peixes no período de piracema devido a vulnerabilidade dos peixes nesse período e da violência dos materiais utilizados. Segue figura 1 de uma imagem ilustrativa do uso de Bóias com Espinheis para a pesca predatória.

Figura 1 - Imagem ilustrativa do uso de Espinheis na pesca predatória.

Fonte: Pinterest (2021).

Identificou-se que os agentes promotores da pesca predatória são em sua maioria pescadores profissionais em atividade e aposentados, mesmo alguns deles recebendo o seguro ou a aposentadoria pagos pelo INSS que garante um salário mínimo a eles nesse período de defeso, além de poderem fazer seus estoques pesqueiros em freezers antes de iniciar o período da piracema. Essa conclusão se deu pelo fato da qualidade dos materiais predatórios encontrados, caracterizando o uso por profissional, alguns desses pescadores profissionais foram encontrados próximos a esses materiais. Os órgãos ambientais também recebem constantemente de-

núncias da Associação de Pescadores de que alguns pescadores profissionais estão descumprindo o período.

Esses pescadores realizam essa pesca predatória no intuito de obtenção de lucros superiores nessa época onde a pesca é proibida para todos, assim têm vantagens comerciais sobre seus concorrentes vendendo esse pescado às peixarias e a consumidores finais de forma ilegal, prejudicando os pescadores que fazem seus estoques pesqueiros e cumprem o período de piracema. Vale saber que quem compra esse produto também é qualificado como criminoso e pode sofrer as sanções legais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando-se em conta o que foi observado verificamos que a pesca predatória está presente entre os municípios de Aguiarnópolis-TO e Tocantinópolis-TO e em ambos os lados do Rio Tocantins. Outro ponto importante observado é que foram encontrados mais infratores/infrações do lado do Rio que compete ao Estado do Maranhão nas margens do Rio dos municípios de Estreito-MA e Porto Franco-MA. Pela observação dos aspectos mencionados vimos que as infrações ocorrem não por falta de leis para punir, nem por falta de informação sobre o período de defeso e sua importância, mas por questão de se achar, como cita Chiavenato (1989), que a natureza é infinita e que se auto-regenera prontamente para ser “usada” novamente. Sugerimos que se inclua nos planos curriculares escolar desde o ensino inicial conteúdos sobre a Educação Ambiental, para que as futuras gerações cresçam com atitudes para preservar o meio em que vivem no intuito de garantir melhor qualidade de vida humana.

REFERÊNCIAS

- BECKER, Bertha K. Amazônia; Série Princípios. São Paulo: Editora Ática, 1990.
- BEZZI, Meri Lourdes. Região: uma (re) visão historiográfica – da gênese aos novos paradigmas. Santa Maria: Ed. EDUFSM, 2004.
- BRASIL, IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente, 2016. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/biodiversidade/biodiversidadeaquatica/recursos-pesqueiros/per%C3%ADodos-de-defeso> Acesso em: 13 de outubro de 2016.
- CHIAVENATO, Júlio José. O Massacre da Natureza. (Coleção Polêmica) São Paulo: Moderna, 1989.
- CORREIA, Aldenora Alves. **Boa Vista do “Padre João”**: Tocantinópolis-Goiás. Goiânia: Casa Editora APLIC, 1977.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Mini Aurélio o dicionário da língua portuguesa**. 8. Ed. Curitiba: Positivo, 2010.

LEITE, Francisco Tarciso. **Metodologia científica**: métodos e técnicas de pesquisa (monografias, dissertações, teses e livros). Aparecida-SP: Ideias & Letras, 2008.

IBGE. Censo Demográfico 2010. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?lang=&coduf=17&search=tocantins> Acesso em: 18 de outubro de 2016.

LENCIONE, Sandra. **Região e Geografia**. São Paulo: Edusp, 2009.

LIRA, Elizeu Ribeiro. **A gênese de Palmas**: a geopolítica de (re)ocupação territorial na Amazônia Legal. Goiânia: Kelps, 2011.

MARTINS, Rosilda Baron. **Metodologia científica**: como tornar mais agradável a elaboração de trabalhos acadêmicos. Curitiba: Juruá, 2005.

NATURATINS. Portaria 319/2016. Disponível em: < <http://naturatins.to.gov.br/protocolo-e-servicos/fiscalizacao-e-inspecao-ambiental/licenca-para-pesca-amadora/> > Acesso em: 19 de outubro de 2016.

NATURATINS. Portaria nº314/2015. Disponível em: < <http://naturatins.to.gov.br/protocolo-e-servicos/fiscalizacao-e-inspecao-ambiental/licenca-para-pesca-amadora/> > Acesso em: 19 de outubro de 2016.

PINTERESTE. **Ilustração do uso predatório de espinheis**. Disponível em: <https://br.pinterest.com/pin/361062095108441116/> Acesso em: 25 de maio de 2021.

RODRIGUES, Lysias Augusto. **O Rio Dos Tocantins**. Goiânia: UNIGRAF, 1978.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. 5ª ed. São Paulo: Edusp, 2008.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. 5ª ed. São Paulo: Edusp, 2014.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 19. ed. Rio de Janeiro: Record, 2010.

SANTOS, Roberto de Souza. **Territorialização dos atores hegemônicos, desenvolvimento regional e local** – Uma análise crítica sobre o Tocantins. Goiânia: Kelps, 2019.

SAQUET, Marco Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. Coleção Geografia em Movimento. 3. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

SOUSA, Carlos Antônio de Oliveira (org.). **Tocantinópolis**: 150 anos de urbanização. Goiânia: Kelps, 2008.

SOUSA, Carlos Antônio de Oliveira. **Repensando o turismo em Tocantinópolis**: críticas e possíveis viabilidades. Goiânia: Kelps, 2007.

CAPÍTULO 10

PAISAGEM E POTENCIAL TURÍSTICO: UM ESTUDO SOBRE O CRISTO REDENTOR E O PARQUE DAS ÁGUAS EM ARAGUAÍNA – TO¹

Tiara Lima da Silva²
Aires José Pereira³

DOI: 10.46898/rfb.9786558891284.10

1 Artigo parcialmente publicado na Revista Tocantinense de Geografia. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/geografia/article/view/10236>

2 Graduada em Geografia (Licenciatura) pela Universidade Federal do Tocantins. E-mail: thiaralevy@hotmail.com

3 Doutor em Geografia. Professor Associado do Colegiado de Geografia do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Rondonópolis. E-mail: airestga@gmail.com Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0003-2505-8711>

1 INTRODUÇÃO

Para compreendermos melhor a situação aqui abordada, procuramos verificar quais serão as intervenções que tanto o poder público precisa fazer para que de fato potencialize as belezas naturais dos locais, a fim de buscar informações sobre a caracterização da cidade, com sentido de compreensão dos dois atrativos turísticos, com a finalidade do crescimento e desenvolvimento da região.

Para a elaboração deste trabalho foi utilizado como procedimentos metodológicos, uma abordagem descritiva e qualitativa associada a pesquisas bibliográficas, procedimentos usados para coleta de dados por meio de observações *in loco*, registros fotográficos, para uma melhor compreensão do objeto de estudo.

Todo processo para um aperfeiçoamento destes locais o Parque das Águas e Cristo Redentor tem que ocorrer de forma rápida, com poder público necessitando dar condições e incentivos para o crescimento dos mesmos. Como esses dois locais são atrativos disponíveis na cidade de Araguaína, eles carecem de atender exigências de um público cada vez mais diversificado, então determinam melhorias de infraestrutura para uma boa recepção de seus visitantes.

2 CONSTRUINDO O ARCABOUÇO METODOLÓGICO DO TRABALHO

2.1 Justificativa

A presente pesquisa trata-se de um passo bastante significativo na identificação de duas áreas que apresentam potencial turístico e uma paisagem bela na cidade de Araguaína - TO, mas que não tem recebido atenção do setor público, setor privado e da própria comunidade. Buscamos, assim, analisar espacialmente o Cristo Redentor e o Parque das Águas. Estas áreas apresentam elementos que podem a favorecer o desenvolvimento do turismo na cidade, tais como localização acessível e infraestrutura básica lembrando que toda essa infraestrutura está passível de uma reestruturação. Desta forma, a não utilização e exploração destes espaços para a realização de apresentações culturais e lazer para a população residente, me fez despertar a curiosidade para a realização de uma análise aprofundada acerca dos potenciais dos mesmos.

Para o desenvolvimento desta se faz necessárias análises de cunho econômico, social, cultural e paisagístico, compreendendo que tais fatores influenciam direta ou indiretamente, a organização espacial da área estudada.

O Parque das Águas e o Cristo Redentor, ambas com suas extensões amplas possibilitaram um ponto de encontro entre pessoas de lugares diferentes, que podem servir de diversão para os habitantes locais e para pessoas que vêm de fora, lugares mais abrangentes e dinâmicos que por elas passam uma quantidade bastante significativa de pessoas, tanto moradoras da cidade quanto os visitantes que acabam gerando uma renda para pessoas que sobrevivem do comércio dessas localidades. São locais agradáveis, com áreas para atividades físicas e descanso, são pontos privilegiados da cidade que diariamente recebe a visita de várias pessoas, mas passam por um momento delicado de sua história em razão de uma série de problemas estruturais, o Cristo Redentor é um local agradável, uma paisagem bela, mas sua infraestrutura é precária, falta de segurança no local e falta de sensibilização ambiental e educação dos próprios frequentadores.

Essa análise, acerca da infraestrutura dos investimentos públicos e privados e o uso destes espaços pela comunidade servirá de base para o desenvolvimento de um planejamento adequado sem ocasionar tamanhas transformações espaciais podendo assim, servir de alavanca para exploração de atividades na cidade.

O presente estudo é importante no campo do saber geográfico, na incessante busca pelo conhecimento. É importante para a população araguainense que terá a oportunidade de conhecer suas “origens”, se redescobrimo quanto cidadãos araguainenses. Também podemos conhecer as múltiplas relações de um lugar com outros lugares, distantes no tempo e no espaço, e percebemos as marcas do passado no presente. Por meio dela podemos compreender como diferentes sociedades interagem com a natureza na construção de seu espaço.

É de suma importância analisar as transformações espaciais ocorridas em suas estruturas internas do Cristo Redentor, e Parque das Águas no município de Araguaína - TO, desde sua reforma pela parte externa, propiciando melhores condições para a população da cidade de Araguaína, analisando como a cidade está ligada a nova estrutura e aos problemas de sua principal fonte econômica atualmente.

2.2 Metodologia

Para a elaboração desta pesquisa utilizou-se como procedimentos metodológicos, uma abordagem descritiva e qualitativa associada à pesquisa bibliográfica, que serviram como referencial teórico para que se tivesse uma compreensão sobre o objeto a ser pesquisado, e conhecer melhor mais sobre o assunto, bem como um contato direto com o ambiente.

Os procedimentos usados para a coleta de dados foram através de visitas para obtenção de informações, observações *in loco*. Utilização de meios de comunicação, como internet, revistas, jornais com intuito de obter mais informações, sobre a presente temática. A pesquisa utilizou metodologias norteadas e respaldadas a partir do objetivo proposto. Levantamento de dados e visita a campo entrevistas com a população que frequenta esses espaços.

A utilização de registros fotográficos é para uma melhor análise e compreensão da presente pesquisa, com o objetivo do entendimento da transformação da paisagem urbana. Investigar os fatores ocasionados na transformação da paisagem natural; discutir os impactos ambientais causados pela transformação da paisagem.

O desenvolvimento deste trabalho nos impõe a realização de uma análise crítica a partir da fundamentação teórica e metodológica, buscando traçar caminhos para alcançarmos os objetivos almejados. Contudo, construímos o de técnicas de estudo que são cruciais para entender como áreas públicas destinadas ao lazer na cidade de Araguaína – TO.

2.3 Objetivos

2.3.1 *Objetivo geral:*

Analisar a situação ambiental das áreas do Cristo Redentor e Parque das Águas, averiguando a participação dos agentes produtores do turismo na viabilização de áreas voltadas ao turismo paisagístico e de lazer no município de Araguaína - TO.

2.3.2 *Objetivos específicos:*

- Conhecer o histórico ambiental da área;
- Representar espacialmente áreas de lazer que apresentam potencial turístico em Araguaína – TO identificando a localização do Cristo Redentor e o Parque das Águas;
- Explicar a participação do setor público local como agentes produtores do turismo, na consolidação destes espaços;
- Caracterizar os principais impactos ambientais nas localidades.

3 APLICANDO A TEORIA NA PRÁTICA SOBRE A PAISAGEM

3.1 Uma discussão sobre paisagem humanizada

Como nosso trabalho verifica a possibilidade das paisagens dos dois lugares, discutiremos as atrações turísticas a partir de sua humanização. Portanto, falaremos da paisagem enquanto constructo humano. Nesse sentido, Pereira (2013).

O homem, por meio de sua ação produz sua própria existência ao transformar a primeira natureza em natureza humanizada esta possui uma espécie de identificação com que a construiu. Quando nos referimos que esta possui certa identificação com que a construiu, referimo-nos a natureza humanizada, pois o processo de construção do espaço geográfico envolve as relações que o homem de acordo com seu próprio jeito de ser, ou seja, a paisagem construída pelo trabalho do homem tem algo a ver com seu construtor (PEREIRA, 2013, p, 25).

De forma contínua e acelerada, a paisagem urbana das grandes e pequenas cidades sofre transformações diversas promovidas por aquelas que nela atuam: o poder público, as empresas de construções, as imobiliárias e a sociedade civil. As diferenças sociais refletem-se nas moradias, na localização dos serviços públicos e privados e na disputa pela ocupação do solo urbano. Segundo Santos:

A paisagem artificial é a transformação pelo homem. Se no passado havia a paisagem natural, hoje essa modalidade de paisagem praticamente não existe mais (...) quanto mais complexa for à vida social, tanto mais afastamos de um mundo natural e nos endereçamos a um mundo artificial (...), este parece ser o caminho da evolução (SANTOS. p. 64-5).

E para que haja essa interação entre o turismo e ambiente de uma forma coerente que não provoque danos ao ambiente é necessário o planejamento de turismo sustentável. Segundo Ruschmann 1997 sobre o turismo sustentável considera-se aquele que atende às necessidades dos turistas atuais sem comprometer a possibilidade do usufruto dos recursos pelas gerações futuras. Nesse sentido:

É preciso que o turismo e o meio ambiente encontrem um ponto de equilíbrio, a fim de que a atividade dos recursos naturais não seja a causa da degradação. O Estado deve cumprir seu papel, principalmente no que se refere à aplicação das leis ambientais e ao zelo pelo seu cumprimento, porém, é essencial que as coletividades dos locais turísticos assim como os outros agentes de seu desenvolvimento contribuam igualmente para a proteção dos atrativos naturais que estimulam o afluxo dos turistas (RUSCHMANN p.27 1997.).

Na maioria das vezes falta o envolvimento dos governantes no sentido de qualificarem ainda mais os dois lugares para bem recepcionar os visitantes. O visitante não vai em nenhum lugar para saber quais são os problemas enfrentados pela sua comunidade ou quais suas principais necessidades. Pelo contrário, ele sai do seu local de origem para “fugir” dos problemas que enfrenta como stress, cansaço físico e mental buscando refúgio em belas paisagens, e outros atrativos a ele oferecidos e se estes lugares não lhes oferecem isto, eles deixam de visitar.

O turismo com o meio ambiente ocorre principalmente, com o local de forma superficial sua visão e avaliação sobre a realidade da área visitada é, quase sempre, estética por algum critério de beleza. É preciso um esforço especial para provocar simpatia em relação ao modo e aos valores dos habitantes e do meio ambiente.

4 PAISAGEM LOCAL E POTENCIAL TURÍSTICO: UM ESTUDO SOBRE O CRISTO REDENTOR E O PARQUE DAS ÁGUAS EM ARAGUAÍNA - TO

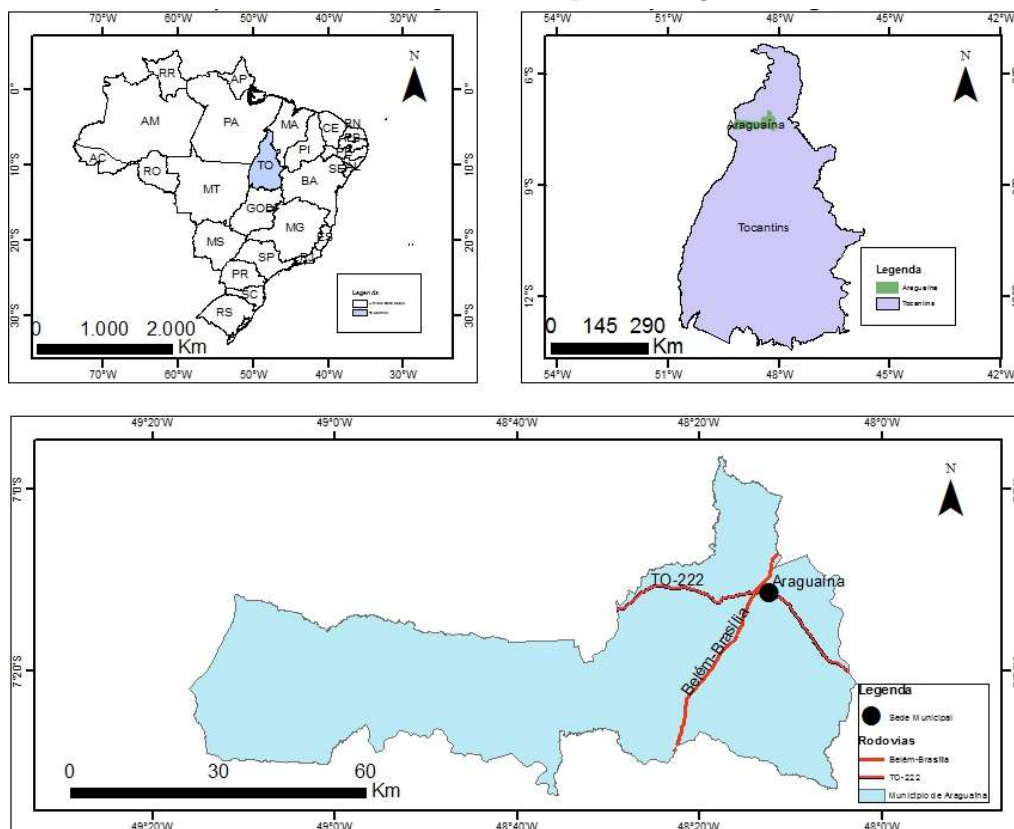
Segundo alguns registros históricos, Araguaína começou com os índios da Tribo Carajás, que viviam do plantio das ricas terras da região e da pesca no rio Araguaia e eles foram os primeiros habitantes do território compreendido entre os rios Andorinha e Lontra, afluentes do rio Araguaia. Pouco mais tarde, alguns colonizadores vindos do Piauí também se estabeleceram no local e deram início as primeiras atividades econômicas da região: o cultivo de café e de cereais.

Já em 1925, chegaram novas famílias para o povoado, que passou a se chamar Lontra. Os novos moradores construíram a Capela do Sagrado Coração de Jesus e todo ano no dia 24 de junho havia uma festa na cidade.

Araguaína era a quarta maior cidade do Estado de Goiás de 1980 a 1986, perdendo somente para Luziânia, Anápolis e Goiânia. Com a criação do Estado de Tocantins em 1989, Araguaína tornou-se a maior cidade do Estado e pretensa capital do Estado que estava nascendo, mais não foi escolhida devido a fatores geográficos, sociais e políticos, mas ganhou o carinhoso título de Capital Econômica do Estado.

Como já foi dito este artigo tem por finalidade apresentar sobre a paisagem urbana local de dois lugares com uma potencialidade turística enorme e uma paisagem belíssima na cidade de Araguaína - TO, mais que se encontra em estado de abandono pelo poder público e pela utilização da população. O Cristo Redentor e o Parque das Águas são lugares bastante conhecidos pela sociedade.

O Parque das Águas em Araguaína - TO localiza-se na saída leste da cidade na TO 222 e por sua vez a estátua do Cristo Redentor fica localizada na região mais alta da cidade próximo a BR 153, sendo vista de diversas partes de Araguaína. A sua modificação e redefinição em grande parte do seu território suscitou vários comentários e algumas críticas sobre as mudanças e reformas ocorridas.

Mapa 1 - Localização do município de Araguaína - TO.

Fonte: Base cartográfica, SEPLAN, 2012. Digitalização. DIAS, Reges Sodré da Luz Silva.

A atividade turística contempla o tão almejado equilíbrio, ou seja, a sustentabilidade buscada por empresários conscientes do setor, envolvendo turistas e comunidade receptora. Relacionando-se a variáveis importantes, como conservação ambiental, identidade cultural e geração de renda o turismo no Cristo Redentor e no Parque das Águas deve ser analisado detalhadamente, não só a fim de se estimulá-lo, mas também no intuito de tentar extrair dele a forma como seus princípios básicos poderiam ser incorporados em vários segmentos.

O mapa 1 destaca o Estado do Tocantins no Brasil, como também nos mostra o município de Araguaína no estado e ainda onde fica a sua sede. Como se pode observar no mapa, a cidade de Araguaína é cortada norte sul pela rodovia BR -153, popularmente chamada de Belém Brasília e pela TO 222 de leste a oeste. Portanto, fica em um entroncamento das duas grandes rodovias, fazendo com que a mesma seja muito bem localizada geograficamente falando. Mas adentremos no tema propriamente dito, como veremos a seguir.

É sabido que tanto o Parque das Águas como nos mostram na **Fotografia 1**, quanto o Cristo Redentor, precisam de políticas públicas que incentivem o turismo local.

Fotografia 1 - Parque das Águas em Araguaína - TO

Fonte: PEREIRA, Aires José. Pesquisa de campo realizada em setembro de 2017.

Todo o processo para o aperfeiçoamento destes locais tem que ocorrer de forma rápida, com o poder público dando incentivos e condições para o crescimento do mesmo. Sendo assim, é importante analisarmos e compreendermos a história do Cristo Redentor e do Parque das Águas.

O Parque das Águas é ponto de encontro para alguns esportistas de Araguaína e pessoas que procuram lazer aos finais de semana, por conter áreas para banhos, brinquedos infantis e áreas para *camping*. Os pedestres utilizam a Avenida Filadélfia a TO 222 (que possui intenso trânsito de veículos) como rota direcionada ao balneário, onde a TO 222 devido ao seu grande movimento poderia acarretar acidentes.

Dotado de infraestrutura básica para atender os visitantes o parque abriga um cenário de incomparável beleza, onde o córrego Jacuba se espalha formando um grande lago, propício a um banho agradável e a prática de esportes como a canoagem. Com características de um lugar calmo e agradável e tal ambiente transmite a sensação de estar em casa. Além do simples prazer de observar a beleza do local, o povo desfruta de praia, cabanas, churrasqueiras, piscina infantil, *play ground*, quadras esportivas, aparelhos de ginástica, campo de futebol, pista de *cooper*, uma grande área coberta (ranchão) que dispõe de lanchonete, bar e cozinha industrial, fraldário/vestiário infantil, amplo estacionamento e bicicletário, além de posto médico e posto salva-vidas, sendo que toda área conta com sanitários posicionados para oferecer comodidade aos seus frequentadores, e há muito tempo o parque tem sido utilizado para realizações de festas para a população.

O Parque das Águas passou recentemente por uma reestruturação no mês de agosto de 2014, onde o Clube recebeu melhorias na estrutura física, revitalização do campo de futebol, implantação de modalidades esportivas, jardins e oficinas de arte. As mudanças visam um melhor aproveitamento dos espaços pelos usuários bem como tornar o clube um atrativo artístico e esportivo para as famílias. A revita-

lização do campo de futebol, implantação de novas modalidades esportivas e serviços de jardinagem, além de oficinas de arte. Foram algumas das melhorias realizadas para atrair ainda mais o público. O Parque das Águas é um espaço privilegiado e desde o início da gestão do prefeito Ronaldo Dimas está reestruturando para ter mais opções esportivas e até artísticas.

O Cristo Redentor de Araguaína é uma atração turística para quem mora ou visita à cidade. Sua localização, nas proximidades da BR 153 como mostra a **Fotografia 2**, facilita o acesso e por estar em um local elevado pode ser visualizado por boa parte população citadina e por viajantes.

A réplica do Cristo Redentor ficou muitos anos sem ser reformada ou revitalizada. Sinais do tempo e depredação no monumento vinha chamando à atenção dos visitantes e moradores, que reclamavam da falta de cuidados e de abandono no local, felizmente agora atendidos em suas “reivindicações” pelo poder público municipal que revitalizou o local.

O mais famoso cartão-postal da cidade a réplica do Cristo se tornou um cenário de vandalismo e abandono em outras administrações. Esquecido pelo poder público e alvo de vândalos, principal ponto turístico da cidade estava perdendo dia após dia um pouco de sua graça. Ainda bem que agora a cidade pode comemorar a sua revitalização.

De braços abertos, olhar vigilante e sereno, a réplica do Cristo Redentor como mostra a Fotografia 2, inaugurada em 2007, dificilmente passa despercebida por quem visita a segunda maior cidade do Tocantins. Com ar imponente, o monumento representa uma tentativa de se criar uma identificação visual para Araguaína, de embelezar a cidade, de tentar suprimir a carência de pontos turísticos. Esquecido pelo poder público durante algumas administrações municipais, no entanto, recentemente foi revitalizado e, conseqüentemente tem recebido visitas de pessoas da cidade e de outros lugares.

Fotografia 2 - Cristo Redentor em Araguaína após sua revitalização



Fonte: <https://www.araguaina.to.gov.br/portal/paginas.php?p=not¬=noticias&id=4522> acessado em 17 de maio de 2021.

Do alto da colina onde fica o monumento, é possível ter uma visão privilegiada da cidade. A contemplação do horizonte é um privilégio a quem visita o Cristo Redentor, principalmente à noite e de lá olha em direção ao centro da cidade. Realmente fica uma paisagem urbana muito bonita de ser ver.

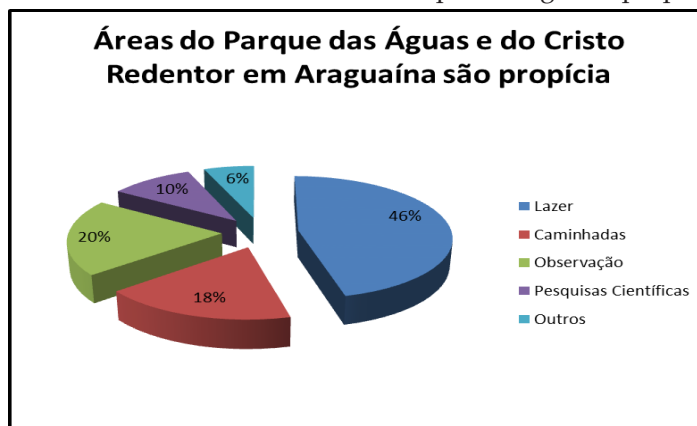
Em outras administrações municipais, como já dissemos, as marcas do abandono estavam por toda parte. Na pracinha, anjos de metal enferrujados, alguns sem cabeça. Havia cacos de vidro espalhados. Diferente de outras praças da cidade, não haviam bancos. As plantas ornamentais não eram podadas. Faltavam lixeiras e a maior parte das lâmpadas que deveriam iluminar a réplica estava quebrada.

Também, nos degraus da escada que dá acesso ao Cristo haviam infiltrações. Na base do monumento haviam pichações de todos os tipos. A estátua estava tomada por rachaduras. A sala que fica abaixo do monumento, que deveria servir de espaço para exposições artísticas, estava vazia e fechada. A estrutura era precária, com a água escorrendo pelo piso e o teto se desfazendo, o odor de mofo também era intenso. Portanto, nossa pesquisa reflete um pouco do que era o Cristo Redentor antes de sua revitalização. Hoje é um pouco diferente, como já dissemos.

De certa forma temos uma população de entrevistados bastante diferenciada, referente ao tempo de residência de cada um na cidade de Araguaína. O que vem a permitir fazermos uma leitura bem mais próxima da realidade de hoje tanto do Parque das Águas e Cristo Redentor, de certa forma as pessoas que têm muito mais tempo de residência em Araguaína geralmente acabam criando uma percepção da paisagem do lugar, diferentemente de quem está chegando agora na cidade.

No **gráfico 01**, podemos observar a opinião dos entrevistados sobre a área do Parque das Águas e do Cristo Redentor se elas são propícias ao lazer, às pesquisas científicas, caminhadas, observação, entre outros. Para Pereira 2013 “Essa beleza é sentimental, emocional, racional, cultural, estética, ética, social, política e ideológica ao mesmo tempo, pois não há neutralidade também na forma de perceber o espaço vivido, sentido e percebido”.

Gráfico 1 - Cristo Redentor e do Parque das águas é propícia



Fonte: Trabalho de campo realizado em 2014.

Como podemos observar no **gráfico 1**, foi apontado que com 46% dos entrevistados acham os locais propício ao lazer; 20% ficaram com observação; 10% com pesquisas científicas; 18% com caminhadas; e 6% acham que esses dois lugares são propícios para outras coisas, mas infelizmente estão em estado de abandono.

Para que essas áreas se tornem propícia tanto para o lazer, caminhadas, observação, pesquisas científicas, ou até outras coisas, é preciso que o poder público melhorem as infraestruturas dos dois pontos, aprimorem o transporte alternativo para os frequentadores visitarem os locais, focar mais em divulgações para chamar a atenção da população para esses dois locais Cristo e Parque das Águas, melhorarem os caminhos de acesso, que cuide da preservação, manter os locais mais limpos, e tentar sensibilizar as pessoas sobre a necessidade de conservação dos espaços, bem como, mais recursos para melhoria dos locais para que atraiam turistas.

O poder público também tem que ter mais atenção, um cuidado na organização, segurança e limpeza dos locais públicos da cidade, investir em reformas e promover os locais, pois muita gente tinha medo de visitar principalmente o Cristo por estado em situação de abandono. Para poder viabilizar o turismo nestes locais é de suma importância um planejamento adequado, com profissionais qualificados, verificando todas as partes envolvidas. Felizmente isto está acontecendo atualmente.

As queimadas urbanas afetam bastante não só embelezamento do Cristo Redentor, mas a cidade toda. Por isso é preciso que a população em geral respeite os locais públicos. É preciso cuidar do que é nosso. Além da sensibilização da população o poder público deve sim aplicar algum tipo de multa ao infrator, pois agindo dessa forma dificulta ainda esses acontecimentos que geralmente levam a perda da qualidade de vida humana e ambiental. Realmente a cidade possui muitas queimadas que podem ser evitadas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho abordamos o assunto sobre a paisagem local e potencial turístico um estudo sobre o Cristo Redentor e Parque das Águas, visando conhecer e compreender a paisagem e o grande potencial existente nesses dois locais em Araguaína - TO.

É interessante salientar que a cidade de Araguaína cresce de forma desordenada. A cidade tem um plano diretor só que não o “obedece” como deveria. A cidade passa por um momento com uma deficiência de infraestrutura, como praticamente todas as outras espalhadas pelo território brasileiro. Diante dessa situação percebe-se que a falta planejamento é constante e tem sido o principal fator dessas áreas estarem abandonadas e precisando de reparos em suas estruturas tanto internas, como externas. Ainda bem que as últimas administrações públicas municipais têm pensando a organização e embelezamento do espaço urbano da cidade de Araguaína.

Este trabalho será de grande importância para o desenvolvimento para esses dois locais, quais sejam: o Parque das Águas e Cristo Redentor em Araguaína, uma vez que se propõe ir além das discussões para a praticidade em conjunto com a própria sociedade.

Portanto, foi muito importante à realização deste trabalho, esperamos que ele desperte, no leitor o mesmo otimismo que nos norteou, e assim, poderemos lutar por um futuro melhor para a cidade como um todo e para o desfrute desses lugares potencialidades turísticas e de beleza fundamental.

REFERÊNCIAS

BENI, M.C. (1990). **SISTUR**: Estudo do turismo face à moderna teoria de sistemas - Turismo em análise. São Paulo: ECA/USP, p 15.

BOULLÓN, Roberto C. **Planejamento do Espaço Turístico**. Tradução Josely Viana Baptista. Bauru. EDUSC, 2002.

CORIOLOANO, Luzia Neide M. Teixeira. **Turismo e geografia: abordagens críticas**. Fortaleza: Ed. UECE, 2005. 174 p.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. **Introdução à Geografia do Turismo**. 2. ed. São Paulo: Roca, 2003.

LEITE, Maria Angela Faggin Pereira. **Destruição ou desconstrução?** São Paulo: Hucitec, 1994.

MARCHEZINI, Flávia de Sousa. **Paisagem urbana e dano ambiental estético: as cidades feias que me desculpem, mas beleza é direito fundamental**. Revista da Procuradoria – Geral do Município de Belo Horizonte – RPGMBH, Belo Horizonte, ano 3, n. 5, jan. /jun. 2010.

MAXIMIANO, Liz A. Considerações sobre o conceito de paisagem. **R. RA' E GA**, Curitiba, n. 8, p. 83-91, 2004.

PEREIRA, Aires José. **ENSAIOS GEOGRÁFICOS E INTERDISCIPLINARIDADE POÉTICA**: 6. ed. Rio de Janeiro: CBJE, 2020.

PEREIRA, Aires José. **LEITURAS DE PAISAGENS URBANAS**: Um estudo de Araguaína – TO. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2013. (Tese de Doutorado).

RUSCHMANN, Doris van de Meene. **Turismo e planejamento sustentável: A proteção do meio ambiente**. Campinas: Papirus, 1997. (Coleção turismo).

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1997.

SILVA, Andréa Cristina Alves da. **Parque das Águas: complexo de lazer e turismo de Araguaína**. 2006. Disponível em: http://www.achetudoeregiao.com.br/to/araguaína/historia_araguaína.htm



CAPÍTULO 11

AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL DO NORTE DO ESTADO DO TOCANTINS E SUA IMPORTÂNCIA PARA A BIODIVERSIDADE DA REGIÃO¹

Saimon Lima de Britto²

DOI: 10.46898/rfb.9786558891284.11

¹ Artigo publicado na Revista Uaquiri do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Acre. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/Uaquiri>

² Doutorando em Geografia pelo Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás (IESA/UFG); E-mail: saimonlima@live.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5168-8747>

1 INTRODUÇÃO

As práticas humanas estão cada vez mais destruindo os recursos naturais essenciais à vida na Terra, a produção capitalista, bem como o aumento populacional, pressionam o meio ambiente, que não consegue se recuperar na mesma velocidade em que é destruído / consumido. Gradualmente precisamos implementar práticas sustentáveis em nosso cotidiano, com vistas a manter a vida, mas não somente, mas também a vida com qualidade, e para isso precisamos respeitar e preservar o ciclo natural dos nossos biomas, fauna e flora.

Dessa forma a criação de Unidades de Conservação (UC) são ferramentas indispensáveis para essa preservação ambiental da biodiversidade e o uso sustentável consciente, porém essas áreas devem ser implantadas integralmente, ou seja, na lei e na prática, paralelo a educação ambiental com a população envolvida na criação dessas áreas para que assim possam participar desse processo entendendo sua importância. O Estado do Tocantins está localizado na região norte do Brasil, tem todo o seu território inserido na Amazônia Legal¹ e no MATOPIBA².

De acordo com Júnior, Coutinho e Freitas (2009, p. 25):

Ao longo dos anos 80 do século XX, a preocupação com a conservação da biodiversidade do planeta adquiri importância internacional diante das emergências de suas situações: a comunidade científica começa a identificar novo processo de extinção de espécies com taxas muito elevadas, particularmente nos trópicos, e a ciência descobre novos usos e aplicações para a biodiversidade biológica, como matéria-prima para modernas biotecnologias em atividades econômicas. (JÚNIOR, et al, 2008, p. 25).

Dois pontos chave são identificados na fala dos autores, onde se diz que “novo processo de extinção de espécies com taxas muito elevadas”, ou seja, uma ameaça veemente de extinção da vida humana na terra através dos desequilíbrios biológicos do sistema e, “a ciência descobre novos usos e aplicações para a biodiversidade biológica, como matéria-prima para modernas biotecnologias em atividades econômicas” deixando claro a importância econômica para a comunidade mundial na fabricação de fármacos, cura e tratamento para doenças, cosméticos, entre outros.

Segundo Associação O Eco (2014), a diversidade biológica ou biodiversidade é o grau de variação da vida. Definida em termos de genes, espécies e ecossistemas. No seu uso comum, o termo é usado para descrever o número e a variedade dos

1 A Amazônia Legal é uma área que corresponde a 59% do território brasileiro e engloba a totalidade de oito estados (Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins) e parte do Estado do Maranhão. O conceito de Amazônia Legal foi instituído em 1953 e seus limites territoriais decorrem da necessidade de planejar o desenvolvimento econômico da região. (Ipea, 2021).

2 O MATOPIBA é uma região formada por áreas majoritariamente de cerrado nos Estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, o nome é um acrônimo formado pelas siglas dos quatro estados (MA + TO + PI + BA). Se destaca pelo cultivo de grãos e fibras, especialmente soja, milho e algodão (Embrapa, 2021).

organismos vivos. Ou seja, a importância da biodiversidade vai além das possibilidades econômicas, mas em especial para a preservação da vida na Terra como a conhecemos. Para Wilson (P.1, 1997) a biodiversidade se define:

Biodiversidade é toda variação em todos os níveis de organização, desde os genes dentro de uma simples população local ou espécie, até as espécies que compõem parte de uma comunidade local e, finalmente, as próprias comunidades que compõem a parte viva dos ecossistemas multifatoriais do mundo. A chave precisa para a efetiva análise da biodiversidade está em cada nível de organização que está sendo discutido (WILSON, p.1, 1997. Apud. OLIVEIRA; MARANDINO).

Região de transição do bioma Cerrado para o bioma Amazônia, a região trata-se de grande variedade de espécies endêmicas, rica em biodiversidade. A pesquisa se faz importante pelas particularidades locais e regionais, essas por sua vez incluem aldeias indígenas, pequenas cidades, espécies endêmicas, e ao mesmo tempo uma região totalmente incluída na última fronteira agrícola, o MATOPIBA, recebendo grande pressão do agronegócio moderno e globalizado. Propõe – se através do reconhecimento e caracterização dessas áreas uma maior conservação e preservação ambiental, através das Unidades de Conservação (UC), dessas áreas abundantes em biodiversidade.

Este trabalho tem por objetivo fazer uma análise da importância das Unidades de Conservação (UC) para a biodiversidade da região norte do Estado do Tocantins. Foi realizado a especificação de cada UC presente na região norte do Estado do Tocantins levando em consideração que se trata de uma área de transição entre os biomas Cerrado e Amazônia, e por fim comentar sobre a presença indígena na região e suas relações com essas áreas protegidas por lei para preservação da fauna e da flora.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E METODOLÓGICA

2.1 Aspectos Teóricos

As Unidades de Conservação (UC) se constituem em um meio mais que importante para a preservação da natureza. Através delas ações antrópicas são evitadas, pois, são áreas protegidas por leis e fiscalizadas pelos órgãos ambientais municipais, estaduais e federais, cada um dentro da sua jurisdição. Dentro delas o controle é rígido, pois dependendo da classificação nenhuma atividade pode ser desenvolvida dentro dessas áreas. Sobre as Unidades de Conservação, de acordo com Garbalini (2011, p.7):

As Unidades de Conservação constituem o meio para o estudo e preservação da fauna e flora nativas de um bioma e caracteriza-se como importante instituto na proteção ambiental e compatibilização do uso dos recursos naturais com o desenvolvimento econômico, social e turístico de uma região. (GARBALINI, 2011, P.7).

Garbalini esclarece de forma clara e sucinta a importância das Unidades de Conservação e sua função social voltada para os estudos e preservação da fauna e da flora, bem como a compatibilização do uso dos recursos naturais, em alguns casos. Sobre a criação e implantação das Unidades de Conservação, ainda de acordo com Garbelini (2011):

O desafio está na efetiva implementação destas unidades de conservação, as quais são criadas por atos do poder público, mas, corriqueiramente, não são concretizadas as medidas necessárias para a sua regular existência, como a elaboração do plano de manejo, a constituição do conselho e a regularização fundiária, quando for o caso. (GARBELINI, 2011, p. 5).

A autora ressalta a “efetiva implantação” das unidades de conservação, uma vez que são implantadas mediante leis, decretos e normas, porém, na prática, faltam investimentos do poder público em efetivar essas unidades de conservação com a elaboração e aplicação do plano de manejo, a instituição e atuação dos conselhos ambientais, municipais, estaduais e federais e as regularizações fundiárias existentes na maioria desses procedimentos. Outro ponto relevante para a implantação efetiva dessas áreas é o fortalecimento dos órgãos ambientais fiscalizadores. Ainda sobre a implantação de Unidades de Conservação Baptista e Oliveira (2002) afirmam que:

A instituição de Unidades de Conservação se dá por ato do poder público, devendo ser realizados estudos técnicos prévios para que se determinem sua localização, sua dimensão e seus limites. É interessante notar que uma vez instituída uma Unidade de Conservação, mesmo através de um decreto ou de uma norma inferior, sua extinção ou redução somente pode ser feita através de lei específica. (BAPTISTA; OLIVEIRA, 2002, p.20).

Vemos que após sua instituição por ato do poder público, as Unidades de Conservação só podem ser extintas mediante aprovação de lei, ou seja, deve passar novamente pelo poder legislativo, o que torna a criação mais fácil do que sua extinção. Essa ferramenta jurídica se dá justamente para evitar que Unidades de Conservação já criadas sejam extintas em prol de interesses particulares que por ventura se dão com as mudanças de governos.

De acordo com Chiavenato (1991, p.10) em seu livro, *O Massacre da Natureza*, diz que “A Terra é frágil. Melhor, ficou frágil.”, o autor se refere ao uso exaustivo que o ser humano faz do nosso planeta Terra, pois afirma que não “é” “ficou”, devido a intensidade dos usos dos recursos naturais que não permitem que a natureza se recomponha em tempo hábil para estar disponível novamente para a humanidade. Para Castro Junior (et al, 2009):

Pensando além das razões ambientais, socioeconômicas e políticas relacionadas a conservação ambiental, a complexidade que enreda a materialidade da biodiversidade cria desafios conceitual-teóricos no debate sobre a conservação do meio

ambiente e seu uso sustentável pelo sistema capitalista de produção (CASTRO JR. ET AL. 2009).

O autor pontua um equilíbrio difícil de ser colocado em prática, a conservação do meio ambiente com o uso sustentável pelo sistema capitalista de produção. Isso porque sabemos que o sistema capitalista visa unicamente o lucro, a produção do mais valor para a acumulação do capital e isso significa custos baixos de produção o que dificilmente irá estar alinhado com o uso sustentável dos recursos naturais.

Em 18 de julho de 2000, foi instituída a Lei Federal nº 9.985 que Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal e institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC. Esse sistema estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação no país. De acordo com o Ministério do Meio Ambiente – MMA.

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC – é o conjunto de unidades de conservação (UC) federais, estaduais e municipais. É composto por 12 categorias de UC, cujos objetivos específicos se diferenciam quanto à forma de proteção e usos permitidos: aquelas que precisam de maiores cuidados, pela sua fragilidade e particularidades, e aquelas que podem ser utilizadas de forma sustentável e conservadas ao mesmo tempo. (BRASIL, 2018).

Segundo o Ministério do Meio Ambiente, na categorização do SNUC, são 12 os tipos de Unidades de Conservação, e são divididos em dois grupos as “Unidades de Proteção Integral” e as “Unidades de Uso Sustentável”. Essa categorização se dá para melhor gestão e controle de uso e proteção dessas áreas, na tentativa de mitigar ao máximo os impactos ambientais causados pela ação humana. Segue quadro 1 com as divisões por grupos de UC.

Quadro 1 - Tipos de Unidades de Conservação

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	
Unidades de Proteção Integral	Unidades de Uso Sustentável
Estação Ecológica	Área de Proteção Ambiental
Reserva Biológica	Área de Relevante Interesse Ecológico
Parque Nacional	Floresta Nacional
Monumento Natural	Reserva Extrativista
Refúgio da Vida Silvestre	Reserva de Fauna
	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
	Reserva Particular do Patrimônio Natural

Fonte: Ministério do Meio Ambiente (2018). Org. Saimon Lima de Britto, (2018).

De acordo com o MMA (2018), as Unidades de Proteção Integral tem como principal objetivo a proteção da natureza, por isso as regras e normas são mais restritivas. Nesse grupo é permitido apenas o uso indireto dos recursos naturais; ou

seja, aquele que não envolve consumo, coleta ou dano aos recursos naturais. Exemplos de atividades de uso indireto dos recursos naturais são: recreação em contato com a natureza, turismo ecológico, pesquisa científica, aulas campo, educação ambiental, entre outras.

Já as Unidades de Uso Sustentável, ainda de acordo com o MMA (2018), são áreas que visam conciliar a conservação da natureza com o uso sustentável dos recursos naturais. Nesse grupo, atividades que envolvem coleta e uso dos recursos naturais são permitidas, mas desde que praticadas de uma forma que a perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos esteja assegurada. Atividades nessas áreas requerem licenciamento ambiental ou anuência dos órgãos ambientais competentes.

2.2 Aspectos Metodológicos

Foi realizada uma pesquisa bibliográfica sobre o tema, que serviu para embasar e conduzir a pesquisa. De acordo com Leite (2008, p.47) “A pesquisa bibliográfica é fundamental, pois, além de ser autônoma, isto é, independente das outras, serve de base, de alicerce para o fundamento e alcance dos objetivos dos outros tipos de pesquisa.”. Foram realizadas catalogação de obras literárias, bem como leis, decretos e normas que tratam da temática.

Também foram realizadas análises e confecções de mapas da região norte do Estado do Tocantins referente aos biomas em questão e a identificação e localização das referidas Unidades de Conservação. Para complementar a pesquisa foi usada informações de sites de órgãos oficiais do governo do Estado do Tocantins e do Governo Federal, além de trabalhos de campo na região para análise visual da paisagem e registros fotográficos. No mais foi realizado um levantamento dos tipos e conceitos de Unidades de Conservação presentes na região ressaltando suas importâncias socioambientais como um todo.

3 RESULTADOS E DISCUÇÃO

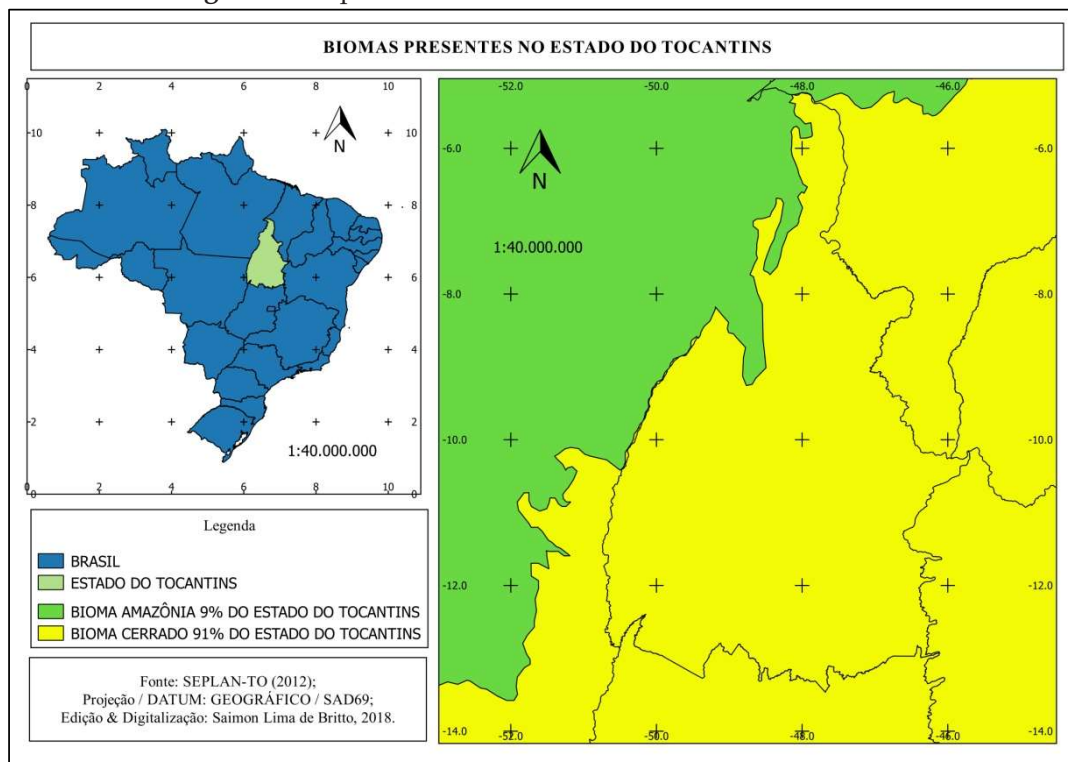
3.1 Caracterizações da área de estudo

É importante detalhar cada tipo de Unidade de Conservação presente na região norte do Estado do Tocantins. Dos 12 tipos de UC's existentes no Brasil, a região norte do Estado do Tocantins possui quatro tipos de Unidades de Conservação de *Uso Sustentável*, são três Áreas de Proteção Ambiental (APA), e uma Reserva Extrativista (RESEX) e uma UC de *Proteção Integral*, o Monumento Natural. A referida região também contém duas Reservas Indígenas, que não constam na lista de Uni-

dades de Conservação, possui legislação própria, porém é de grande importância para a preservação da biodiversidade. Para melhor entendimento a seguir vamos compreender qual o papel de cada uma dessas áreas.

Para entendermos o quão importante são essas áreas de preservação da natureza, não podemos deixar de explicar sobre os biomas presentes na referida região. O Estado do Tocantins está localizado na região Norte do Brasil e tem seu território coberto por 91% de bioma Cerrado e 9% de bioma Amazônia. Por se tratar de zona de transição entre os dois biomas, a região também é rica em espécies endêmicas, tanto da fauna como da flora. Segue Figura 1 do Mapa dos Biomas presentes no Estado do Tocantins.

Figura 1 - Mapa dos Biomas Presentes no Estado do Tocantins



Fonte: Seplan-TO (2012). Org. Saimon Lima de Britto (2018).

A forte presença do bioma Cerrado e a parcela de bioma Amazônia fazem com que haja a necessidade de criação de Unidades de Conservação, ora pelo Estado, ora pelos Municípios, ou pelo Governo Federal no intuito de preservar a biodiversidade garantindo a qualidade e a manutenção da vida. A região norte do Estado do Tocantins comporta a transição entre os biomas e merece toda nossa atenção em relação às Unidades de Conservação presentes nessa área.

3.1.1 O Bioma Amazônia

O bioma Amazônia é o maior bioma do Brasil, com território de 4,196.943 (quatro milhões, cento e noventa e seis mil, novecentos e quarenta e três) km², crescem 2.500 espécies de árvores e 30 mil espécies de plantas das 100 mil da América do Sul (BRASIL, 2018). Do território tocaninense 9% são de bioma Amazônia. De acordo com o Ministério do Meio Ambiente – MMA (2018), a bacia amazônica é a maior bacia hidrográfica do mundo, cobre cerca de 6 milhões de km² e têm 1.100 afluentes. Seu principal rio, o Amazonas, corta a região para desaguar no Oceano Atlântico, lançando ao mar cerca de 175 milhões de litros d'água a cada segundo.

Seus recursos naturais incluem enormes estoques de madeira, borracha, castanha, peixe e minérios, por exemplo, e representam uma abundante fonte de riqueza natural. A região abriga também grande riqueza cultural, principalmente provindos das comunidades tradicionais, como é o caso dos indígenas, incluindo o conhecimento tradicional sobre os usos e a forma de explorar esses recursos naturais sem esgotá-los nem destruir o habitat natural.

O ecossistema local é frágil, a floresta vive a partir de seu próprio material orgânico, e seu delicado equilíbrio é extremamente sensível a quaisquer interferências. Os danos causados pela ação antrópica são muitas vezes irreversíveis. Ademais, a riqueza natural da Amazônia se contrapõe dramaticamente aos baixos índices socioeconômicos, de baixa densidade demográfica e crescente urbanização. Desta forma, o uso dos recursos florestais é estratégico para o “desenvolvimento” da região.

3.1.2 O Bioma Cerrado

Segundo o Ministério do Meio Ambiente (2018), o Cerrado é o segundo maior bioma da América do Sul, ocupando uma área de 2.036.448 (dois milhões, trinta e seis mil, quatrocentos e quarenta e oito) km², cerca de 22% do território nacional. A sua área contínua incide sobre 15 Estados, entre eles o Estado do Tocantins com 91% de seu território coberto pelo bioma cerrado. Neste espaço territorial encontram-se as nascentes das três maiores bacias hidrográficas da América do Sul, Amazônica/Tocantins, São Francisco e Prata, o que resulta em um elevado potencial aquífero e favorece a sua biodiversidade.

O MMA (2018) afirma que do ponto de vista da diversidade biológica, o cerrado brasileiro é reconhecido como a savana mais rica do mundo, abrigando 11.627 (onze mil seiscentos e vinte e sete) espécies de plantas nativas já catalogadas. O Cer-

rado apresenta extrema abundância de espécies endêmicas, que sofre uma excepcional perda de seu habitat através das grandes lavouras, especialmente de soja e silviculturas de eucalipto. Essa situação se agravou com a implantação do território do MATOPIBA, onde o bioma cerrado se vê ameaçado com o avanço das grandes produções de grãos.

Ainda de acordo com os dados oficiais do MMA (2018), são elevados os números de espécies no Cerrado, 199 espécies de mamíferos são conhecidas, a avifauna compreende cerca de 837 espécies, cerca de 1200 espécies de peixes, 180 espécies de répteis e 150 espécies de anfíbios. O número de peixes endêmicos não é conhecido, porém os valores são bastante altos para anfíbios e répteis, 28% e 17%, respectivamente. De acordo com estimativas recentes, o Cerrado é o refúgio de 13% das borboletas, 35% das abelhas e 23% dos cupins dos trópicos.

Além dos aspectos ambientais, o Cerrado tem grande importância social. Muitas populações sobrevivem de seus recursos naturais, incluindo indígenas, quilombolas, geraizeiros, ribeirinhos, babaqueiras, vazanteiros, camponeses, entre outros, que juntas fazem parte do patrimônio histórico e cultural brasileiro e tocantinense, e que detêm um conhecimento tradicional de sua biodiversidade. Esse conhecimento empírico vai passando de geração a geração, porém, também está ameaçado juntamente com extinção dos povos e comunidades tradicionais.

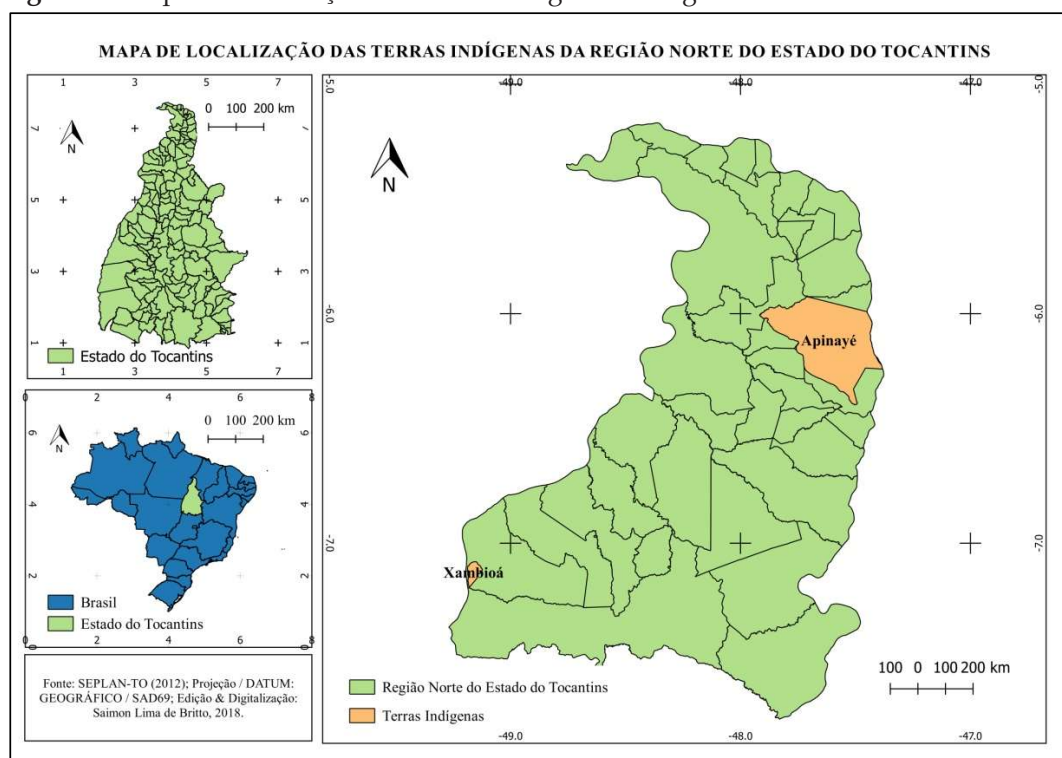
3.2 Terras Indígenas na Região Norte do Estado do Tocantins

A região norte do Estado do Tocantins possui duas Terras Indígenas, que não são Unidades de Conservação, pois possui sua legislação própria através da Constituição Federal de 1988, da Lei Federal nº 6001 de 1973 (Estatuto do Índio) e do Decreto Federal nº 1775 de 1996, porém, as Terras Indígenas acabam funcionando como uma UC, vez que sua instituição e demarcação para uso exclusivo dos indígenas acabam por proteger a fauna, a flora e os recursos hídricos, essenciais para a manutenção da cultura e sobrevivência dos indígenas.

De acordo com a Secretaria de Planejamento do Estado do Tocantins – Seplan-TO (2012) as Terras Indígenas são áreas tradicionalmente ocupadas pelos índios, as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

Ainda de acordo com a Seplan-TO (2012) as Terras Indígenas presentes no norte do Estado do Tocantins são, a Terra Indígena Apinajé ocupada tradicionalmente pela etnia Apinajé e a Terra Indígena Xambioá ocupada tradicionalmente pelas etnias Guaraní e Karajá. O Decreto Federal s/n de 03 de Novembro de 1997 homologa a demarcação administrativa das Terras Indígenas Apinajé e Xambioá. Segue figura 2 com o mapa de localização das Terras Indígenas da região norte do Estado do Tocantins.

Figura 2 - Mapa de localização das Terras Indígenas da região norte do Estado do Tocantins



Fonte: Seplan - TO (2012). Org. Saimon Lima de Britto (2018).

De acordo com informações da Fundação Nacional do Índio - FUNAI (2018) a Terra Indígena Apinajé possui 141.904,2092 hectares de área demarcada e se localiza em cinco municípios tocantinenses, são eles, Itaguatins, Maurilândia do Tocantins, Cachoeirinha, São Bento do Tocantins e Tocantinópolis, já a Terra Indígena Xambioá possui uma área de 3.326,3502 hectares e se localiza no Município de Santa Fé do Araguaia - TO.

3.3 Unidades de Conservação no Norte do Estado do Tocantins

De acordo com Coelho, et al. (2009, p. 78) "As unidades de conservação são criadas por força de lei e consolidadas por práticas e instituições regulatórias criadas e mantidas por indivíduos ou grupos sociais, acordadas e legitimadas pelo Poder Público" é importante observar que a proteção de áreas sejam públicas ou privadas

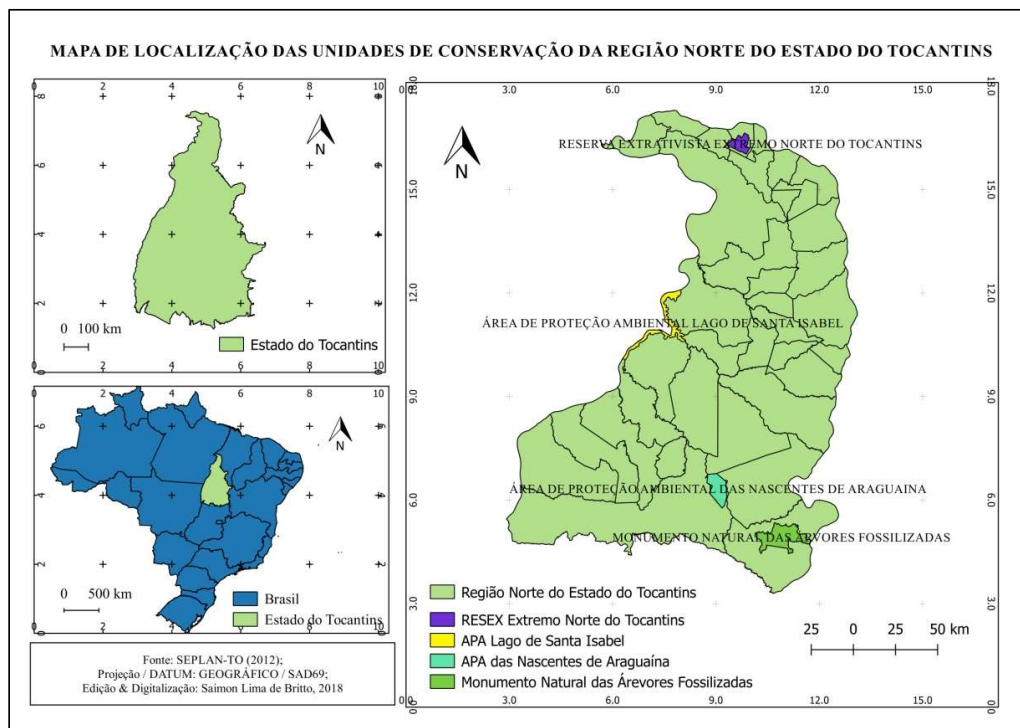
se dá sempre com aval do poder público e suas agências e instituições fiscalizadoras e reguladoras.

Muitos são os desafios tanto para implantação, como para a preservação dessas áreas, pois são diversos os conflitos sociais presentes nesses processos, uma vez que envolvem interesses públicos e privados de donos de terras, produtores rurais, prefeituras, comunidades tradicionais, entre outros. Geralmente, proprietários de terras que possuem em suas propriedades uma UC, se sentem prejudicados por não poderem usar sua terra de forma integral, uma vez que ao ser reconhecida como uma Unidade de Conservação a área passa a ser tutelada pelo estado e nada pode ser feito sem o consentimento justificado deste.

Em 5 de abril de 2005 o Governo do Estado do Tocantins institui o Sistema Estadual de Unidades de Conservação da Natureza – SEUC e estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades que o constituem. O SEUC é um sistema que faz a gestão das Unidades de Conservação no âmbito Estadual contribuindo para a manutenção da diversidade biológica, a proteção das espécies endêmicas e contribuindo para a preservação e a restauração da diversidade dos ecossistemas.

O SEUC é composto pelo Conselho Estadual de Meio Ambiente – COEMA, a Secretaria do Planejamento e Meio Ambiente – SEPLAN, o Instituto Natureza do Tocantins - NATURATINS e os órgãos Municipais Ambientais. Segue figura 3 do Mapa de localização das Unidades de Conservação na região norte do Estado do Tocantins.

Figura 3 - Mapa de localização das Unidades de Conservação na região norte do Estado do Tocantins.



Fonte: IBGE (2018). Org. Saimon Lima de Britto (2018).

Atualmente a região Norte do Estado do Tocantins possui 6 Unidades de Conservação, algumas já implantadas, outras apenas demarcadas e fixadas em Lei. São elas, a saber: a Área de Proteção Ambiental das Nascentes de Araguaína; a Área de Proteção Ambiental Lago de Santa Isabel; o Monumento Natural das Árvores Fossilizadas do Tocantins; a Reserva Extrativista Extremo Norte do Estado do Tocantins; a Área de Proteção Ambiental Sapucaia; a Área de Proteção Ambiental do Rio Taquari. Essas duas últimas não constam no mapa por falta de dados geográficos nos órgãos oficiais IBGE e Seplan-TO. O SEUC tem o papel importante na gestão dessas áreas, inclusive na inter-relação com as comunidades locais. A seguir especificaremos cada uma das Unidades de Conservação presentes na referida região com base nas informações técnicas dos órgãos oficiais.

De acordo com o Ministério do Meio Ambiente (2018), a Área de Proteção Ambiental (APA) é de Uso Sustentável, área dotada de atributos naturais, estéticos e culturais importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas. Geralmente, é uma área extensa, com o objetivo de proteger a diversidade biológica, ordenar o processo de ocupação humana e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais. É constituída por terras públicas e privadas. Nessas áreas é permitido o uso sustentável, através de licenciamentos ambientais dos órgãos competentes, quando couber. A seguir listaremos as APA's presentes na região norte do Estado do Tocantins e detalharemos cada uma delas.

A **Área de Proteção Ambiental das Nascentes de Araguaína** foi criada pelo Governo do Estado do Tocantins em 09 de dezembro de 1999, através da Lei Estadual nº 1.116, localiza-se em sua maior parte no município de Araguaína. Contém uma área de 15.821,50,00 ha, localizada nos municípios de Araguaína, Babaçulândia e Wanderlândia. Ocupa uma área de remanescentes de floresta amazônica (1,53%), com um cerrado mais denso, típico da região de transição dos biomas, com (98,47%) de cerrado.

A APA das Nascentes de Araguaína, como o próprio nome já diz, tem por finalidade proteger as nascentes, os cursos d'água, a flora e os recursos naturais com potencial turístico, de forma a garantir o seu aproveitamento equilibrado, sustentável e compatível com a conservação de ecossistemas locais. Esta APA apresenta um elevado grau de antropização e nesse sentido o Conselho Gestor da APA contribui na proposição de programas de recuperação de nascentes e matas de galeria profundamente alteradas, bem como outros programas de educação ambiental e projetos voltados para a produção sustentável.

A **Área de Proteção Ambiental Sapucaia** fica localizada no município de Piraquê – TO e contém uma área de 17.208,80 hectares, foi criada pela Lei Municipal de nº 104 de agosto de 2004.

A **Área de Proteção Ambiental Lago de Santa Isabel** foi criada pelo governo do Estado do Tocantins através do Decreto nº 1.558 de agosto de 2002 e tem uma área de 18.608,1500 hectares, localiza-se nos municípios de Ananás, Riachinho, Xambioá e Araguañã. Foi criada com a finalidade de proteger e conservar as diversidades biológicas e disciplinar o processo de ocupação das áreas de entorno do reservatório a ser formado pela futura usina hidrelétrica de Santa Isabel.

A **Área de Proteção Ambiental do Rio Taquari** fica localizada no município de Araguatins-TO e foi criada pela Lei Municipal de nº 806 de dezembro de 2002. A APA do Rio Taquari contém uma área total de 26.152 hectares (vinte e seis mil, cento e cinquenta e dois hectares), e fica na micro-bacia do Rio Taquari. De acordo com a referida Lei, em seu inciso 1º a APA tem por objetivo “proteger a qualidade das águas e as vazões do manancial que abastece a cidade de Araguatins, assegurando as condições de sobrevivência necessárias para a população humana”.

A Unidades de Proteção Integral presente no norte do Tocantins é o Monumento Natural, detentor de patrimônio natural impar, singular ou raro, que de acordo com o Ministério do Meio Ambiente (2018):

É área destinada à preservação de lugares singulares, raros e de grande beleza cênica, permitindo diversas atividades de visitação. Essa categoria de UC pode ser constituída de áreas particulares, desde que as atividades realizadas nessas áreas sejam compatíveis com os objetivos da UC. (BRASIL, 2018).

O Monumento Natural das Árvores Fossilizadas do Tocantins – MONAF é uma Unidade de Conservação de Proteção Integral, instituída pelo Estado do Tocantins através de Lei Estadual de nº 1.179 de 04 de outubro de 2000. O MONAF é gerido pelo Instituto Natureza do Tocantins – Naturatins e conta com o trabalho técnico de Inspetores, Historiadores, Biólogos, Geógrafos, Guarda-Parques e Fiscais Ambientais do órgão.

A sede administrativa do MONAF está situada em Bielândia, distrito do município de Filadélfia, e abrange uma área de 32.067,1000 hectares de cerrado. Sua Zona de Amortecimento engloba parte do município de Babaçulândia, a aproximadamente 30 km de distância de Bielândia. De acordo com o Gesto-TO (2018) há alguns milhões de anos o Tocantins abrigou uma floresta que hoje é considerado um dos maiores registros de vegetais fossilizados do mundo. Segue figura 4, fotos do sítio paleontológico do Monumento Natural das Árvores Fossilizadas do Tocantins.

Figura 4 - fotos do sítio paleontológico do Monumento Natural das Árvores Fossilizadas do Tocantins



Fonte: Saimon Lima de Britto. Trabalho de campo (2020).

A existência de tais sítios paleontológicos e arqueológicos onde são encontrados os fósseis de árvores tais como pteridófitas, esfenófitas, coníferas e cicadácias, é laboratório a céu aberto para escolas e universidades do Brasil e do mundo, o monumento recebe regularmente grupos de pesquisadores de diferentes lugares, em especial dos cursos de biologia e geografia da Universidade Federal do Tocantins, que tem o MONAF como parte de sua agenda de aulas de campo, contribuindo assim para o estudo e o desenvolvimento da humanidade (GESTO, 2018).

Também presente na região norte do Estado do Tocantins está a Unidade de Conservação de uso Sustentável, se trata da Reserva Extrativista (RESEX), que segundo o Ministério do Meio Ambiente (2018):

É uma área natural utilizada por populações extrativistas tradicionais onde exercem suas atividades baseadas no extrativismo, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, assegurando o uso sustentável dos recursos naturais existentes e a proteção dos meios de vida e da cultura dessas populações. Permite visitação pública e pesquisa científica. (BRASIL, 2018).

A **Reserva Extrativista Extremo Norte do Estado do Tocantins**, a única Unidade de Conservação Federal do norte do Estado, foi criada pelo Decreto Federal nº 535, de 20 de maio de 1992, pelo então Presidente Fernando Collor de Melo. A Reserva fica localizada nos municípios de Carrasco Bonito-TO e Sampaio-TO. Possui uma área total de aproximadamente 9.124,98 hectares de babaçuais com o objetivo de assegurar a extração de coco babaçu pelas quebradeiras de coco e pelas demais comunidades tradicionais. A Reserva é de responsabilidade do IBAMA.

Sobre o babaçu é importante ressaltar que o Estado do Tocantins, em 2008, instituiu a Lei nº 1.959 de 14 de agosto, popularmente conhecida por “Lei do Babaçu”, que dispõe sobre a proibição da queima, derrubada e do uso predatório das palmeiras do coco babaçu e adota outras providências. O intuito é preservar a palmeira nativa e garantir a extração do coco pelas comunidades tradicionais do Estado. O Naturatins é o órgão estadual responsável pela fiscalização do cumprimento desta Lei.

4 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

É de consenso nas bibliografias que a porção norte do Estado do Tocantins é de relevante importância para a preservação da biodiversidade bem como a manutenção das comunidades tradicionais. É na porção Norte / Oeste do Estado do Tocantins que se encontra os 9% de bioma Amazônia e a Norte / Leste uma grande faixa de área de transição dos biomas Cerrado e Amazônia.

A região norte do Estado do Tocantins é muito rica em biodiversidade, possui 2 Terras Indígenas demarcadas e regularizadas pelo Governo Federal, que garantem a preservação da biodiversidade e das comunidades tradicionais que nelas ocupam. Além dessas a região possui 1 Unidade de Conservação Federal, 3 Estaduais e 2 Municipais. Nelas habitam camponeses, ribeirinhos, quilombolas, extrativistas, quebradeiras de coco, indígenas, entre outros.

As Unidades de Conservação são de extrema importância não somente para a sociedade local, mas para toda a humanidade. Elas garantem a preservação dos

curtos hídricos, da fauna e da flora. Além disso, essas áreas garantem também o modo de vida cultural das comunidades tradicionais locais, seus conhecimentos empíricos que são repassados dos pais para os filhos e filhas. As Unidades de Conservação preservam também o clima local e regional, como o período das chuvas e a umidade do ar, que está totalmente ligado a saúde pública.

O que se percebeu foi que as Unidades são criadas em Leis, porém falta um plano de manejo para estabelecer as normas e restrições para o uso dessas áreas, também falta uma educação ambiental com a sociedade local no intuito de esclarecer do que se trata e seus benefícios. Outro ponto que causa grande problema na implantação e gestão dessas áreas são as indenizações por parte do Estado à sociedade impactada diretamente, essas indenizações geralmente demoram a acontecer e nem sempre as pessoas impactadas se sentem satisfeitas com o resultado. As unidades de conservação precisam de não apenas de uma legislação que as resguarde, é preciso também a participação massiva e consciente da sociedade que as cercam, bem como o fortalecimento dos órgãos fiscalizadores.

REFERÊNCIAS

ARAGUATINS. Lei Municipal nº 806 de 20 de dezembro de 2002. Cria a Área de Proteção Ambiental – APA do Rio Taquari, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.araguatins.to.leg.br/leis/leis-sancionadas/2002/lei-no-806-de-20-12-2002/view> Acesso em: 11 mai. 2018.

BAPTISTA. Adriana Mathias; OLIVEIRA, Jaime César de Moura. **O Brasil em Fóruns Internacionais sobre Meio Ambiente e os Reflexos da Rio 92 na Legislação Brasileira**. Revista Paranaense de Desenvolvimento, Curitiba, n. 102, p. 5-27, jan./jun. 2002. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4813386> Acesso em: 30 jan. 2021.

BRASIL. Decreto s/n de 3 novembro de 1997. Homologa a demarcação administrativa da Terra Indígena Xambioá, localizada no Município de Araguaína, Estado do Tocantins. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm Acesso em: 14 abr. 2018.

BRASIL. Decreto s/n de 3 novembro de 1997. Homologa a demarcação administrativa da Terra Indígena Apinayé, localizada nos Municípios de Itaguatins, Maurilândia e Tocantinópolis, Estado do Tocantins. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret_sn/1997/decreto-46573-3-novembro-1997-591232-publicacaooriginal-116333-pe.html Acesso em: 11 mai. 2018.

BRASIL. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Sobre o Matopiba**. Disponível em: <https://www.embrapa.br/tema-matopiba/sobre-o-tema> Acesso em: 4 de junho de 2021.

BRASIL. Fundação Nacional do Índio. **Modalidades de Terras Indígenas**. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas> Acesso em: 11 mai. 2018.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Geociências**. Disponível em: https://downloads.ibge.gov.br/downloads_geociencias.htm Acesso em: 12 mai. 2018.

BRASIL. IBGE. **Mapa de Biomas e de Vegetação**. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/21052004biomashtml.shtm> Acesso em: 12 de mai. 2018.

BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. O que é? Amazônia Legal. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2154:catid=28 Acesso em: 5 de junho de 2020

BRASIL. Lei Federal nº 9.985 de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm Acesso em: 14 abr. 2018.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Amazônia**. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/biomas/amaz%C3%B4nia> Acesso em: 12 mai. 2018.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **O Bioma Cerrado**. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/biomas/cerrado> Acesso em: 12 mai. 2018.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Unidades de Conservação**. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/unidades-de-conservacao> Acesso em: 14 abr. 2018.

CASTRO JR., et al. Gestão da biodiversidade e áreas protegidas. In: GUERRA, A. J. T.; COELHO, Maria C. N. **Unidades de Conservação: abordagens e características geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

CHIAVENATO, Júlio José. **O Massacre da Natureza**. (Coleção Polêmica) São Paulo: Moderna, 1989.

COELHO, Maria Célia Nunes; CUNHA, Luis Henrique; MONTEIRO, Maurílio de Abreu. Unidades de Conservação: Populações, Recursos e Territórios. Abordagens da ECO, O. **O que é a Convenção sobre a Diversidade Biológica**. 22 de Maio de 2014. Disponível em: <http://www.oeco.org.br/dicionario-ambiental/28347-o-que-e-a-convencao-sobre-a-diversidade-biologica/> Acesso em: 13 de mai. 2018.

GABELINI, S. M. **Manual Prático de Unidades de Conservação**: Ministério Público do Estado de Goiás, ESMP, 2011, 79 p.

GUERRA, Antonio José Teixeira; COELHO, Maria Célia Nunes (Org). **Unidades de Conservação: Abordagens e Características Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

LEITE, Francisco Tarciso. **Metodologia Científica**: métodos e técnicas de pesquisa (Monografias, Dissertações, Teses e Livros). Aparecida – SP: Ideias e Letras, 2008.

MARTINS, Rosilda Baron. **Metodologia Científica**: como tornar mais agradável a elaboração de trabalhos acadêmicos. Curitiba: Juará, 2005.

OLIVEIRA, Adriano Dias de. MARANDINO, Martha. **A biodiversidade no saber sábio**: investigando concepções de biodiversidade na literatura e entre pesquisadores. Revista de educação ciência e matemática. Disponível em: <http://publicacoes.unigranrio.edu.br/index.php/recm/article/view/1587> Acesso em: 5 de junho de 2021.

OLIVEIRA, Leonardo Basso de. **As Concepções de Biodiversidade**: do professor-formador ao professor de Biologia em serviço. Dissertação de mestrado. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2005.

TOCANTINS. Gestão das Unidades de Conservação do Tocantins. **Unidades de Conservação**. Disponível em: <http://gesto.to.gov.br/uc/> Acesso em: 14 abr. 2018.

TOCANTINS. Secretaria do Planejamento e da Modernização da Gestão Pública. **Áreas de uso Legal Restrito e Potenciais à Conservação Ambiental**. Julho de 2012. Disponível em: http://web.seplan.to.gov.br/Arquivos/download/20120906150226-to_areas_uso_legal_restrito_jul2012.pdf Acesso em: 13 abr. 2018.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Amazônia 12, 14, 15, 26, 27, 33, 39, 40, 45, 46,
47, 48, 49, 51, 55, 78, 79, 123, 124, 140, 141,
145, 146, 153, 155

C

Campo 9, 13, 14, 16, 17, 19, 20, 23, 28, 33, 34, 36,
37, 38, 44, 46, 52, 53, 54, 75, 76, 77, 82, 83,
89, 94, 110, 111, 113, 121, 127, 128, 132,
133, 135, 144, 152

Capital 10, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 21, 22, 23, 27,
40, 46, 49, 58, 59, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 90,
91, 95, 98, 130, 143

Cidades 23, 26, 27, 28, 29, 30, 36, 38, 40, 48, 49,
51, 52, 54, 86, 96, 97, 99, 102, 116, 120, 124,
129, 137, 141

Comunidade 58, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67,
68, 70, 75, 108, 113, 114, 126, 127, 129, 131,
140, 141

Conservação 140, 141, 142, 143, 144, 145, 147,
148, 149, 150, 152, 153, 154, 155, 156

Construção 21, 27, 29, 33, 47, 48, 49, 50, 51, 52,
53, 54, 60, 61, 62, 63, 64, 66, 77, 79, 96, 102,
127, 129

Cultura 13, 23, 41, 63, 64, 106, 107, 108, 109, 110,
116, 147, 153

D

Desenvolvimento 11, 12, 14, 16, 19, 21, 27, 30,
40, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 54, 55, 77,
79, 82, 85, 88, 90, 95, 97, 101, 106, 109, 116,
124, 126, 127, 128, 129, 136, 140, 141, 146,
152

E

Econômico 13, 17, 18, 27, 39, 48, 49, 50, 51, 52,
54, 77, 85, 95, 96, 99, 101, 109, 111, 118,
126, 140, 141

Escravo 70, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91,
92

M

Município 26, 30, 35, 36, 37, 39, 52, 58, 60, 67, 70,
72, 73, 74, 75, 77, 78, 95, 96, 99, 121, 127,
128, 131, 151, 152

P

Pesquisa 12, 21, 26, 27, 28, 29, 37, 38, 40, 46, 58,
68, 72, 73, 78, 79, 82, 83, 94, 106, 109, 110,
111, 112, 114, 119, 124, 126, 127, 128, 134,
141, 144, 153, 156

População 18, 26, 34, 46, 49, 52, 53, 54, 66, 74,

94, 95, 97, 99, 106, 107, 111, 119, 120, 126,
127, 128, 130, 132, 133, 134, 135, 136, 140,
141, 151

Processo 10, 11, 12, 13, 17, 20, 27, 40, 44, 45, 46,
47, 48, 50, 53, 54, 60, 62, 64, 66, 67, 68, 82,
94, 97, 102, 106, 108, 110, 113, 114, 115,
126, 129, 132, 140, 150, 151

Produção 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 40, 44, 46,
48, 49, 52, 53, 59, 64, 68, 82, 83, 84, 85, 91,
98, 99, 108, 110, 115, 140, 143, 151

R

Região 15, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 35, 38, 45, 46,
47, 48, 49, 50, 51, 54, 55, 58, 59, 60, 72, 73,
77, 84, 85, 102, 111, 112, 118, 120, 126, 130,
140, 141, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150,
151, 153

Rodovia 44, 45, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55,
77, 96, 97, 131

S

Social 10, 11, 16, 18, 22, 27, 28, 31, 38, 39, 46, 50,
53, 63, 64, 67, 68, 88, 91, 101, 107, 108, 109,
110, 111, 114, 119, 126, 129, 135, 141, 142,
147

T

Território 13, 23, 24, 28, 31, 40, 45, 48, 49, 50, 54,
55, 58, 62, 63, 64, 68, 70, 79, 90, 97, 106,
110, 113, 114, 115, 116, 124, 130, 136, 140,
145, 146, 147

Tocantinópolis 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34,
35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 52, 72, 73, 74, 75,
76, 77, 78, 79, 80, 96, 97, 118, 119, 120, 123,
124, 148, 154

Tocantins 9, 17, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 36,
37, 38, 39, 40, 43, 44, 45, 48, 49, 51, 52, 53,
54, 55, 57, 58, 59, 60, 68, 69, 70, 72, 73, 74,
75, 76, 77, 78, 79, 81, 82, 84, 85, 86, 87, 88,
89, 90, 91, 92, 93, 95, 96, 97, 102, 105, 117,
118, 119, 120, 123, 124, 125, 130, 131, 133,
140, 141, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150,
151, 152, 153, 154, 156

Trabalhadores 10, 16, 17, 18, 20, 52, 53, 65, 68,
82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 99,
115

SOBRE O ORGANIZADOR

Saimon Lima de Britto

Doutorando em Geografia pelo Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás (IESA/UFG); Graduado e Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Tocantins (UFT); Especialista em Educação em Direitos Humanos pela Universidade Federal do Tocantins (UFT); Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Geografia Agrária e Dinâmicas Territoriais (NEPAT/IESA/UFG); Membro do Núcleo de Estudos Urbanos Regionais e Agrários (NURBA/UFT); Fiscal Ambiental do Instituto Natureza do Tocantins (Naturatins); Colunista do portal Carta Tocantins na coluna Meio Ambiente; Consultor Ad Hoc da Revista Mato-Grossense de Geografia (RMGeo). Tem experiência nas áreas de Geografia Agrária, Movimentos Sociais, Luta Pela Terra, Pequenas Cidades no Interior do Brasil, Região, Território e Meio Ambiente.

SOBRE OS AUTORES

Fabiana Scoleso

Pós-doutoranda em Sociologia do Trabalho pelo IFCH-UNICAMP e integrante do Grupo de Estudos Mundos do Trabalho. Doutora em História Social pela PUC/SP, Professora do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal do Tocantins (UFT) e Coordenadora do Observa-TO. Membro do Núcleo de Estudos Urbanos, Regionais e Agrários (NURBA-UFT), do Laboratório de Ensino em Relações Internacionais da UFT, e do Núcleo de Estudos de História: Trabalho, Ideologia e Poder da PUC/SP. Integrante do GT Clacso Frontera, Globalización e Regionalización e da Associação de Historiadores Latino-Americanos e do Caribe (ADHILAC- Brasil).

Aires José Pereira

É Prof. Associado do Colegiado de Geografia do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Rondonópolis. Supervisor do Laboratório de Cartografia. Coordenador de Ensino do Curso de Geografia. Coordenador de PIBID, coordenador de Estágio Supervisionado. Prof. de Estágio Supervisionado. Coordenador de Pesquisa. Membro do NDE. Membro do ICHS. Membro e Presidente de Colegiado de Curso. Membro do Departamento de Geografia. Membro do Conselho Municipal do Meio Ambiente de Rondonópolis. Doutor em Geografia pela UFU - Universidade Federal de Uberlândia; Mestrado em Arquitetura e Urbanismo na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UnB; com graduação e especialização em Geografia pela UFMT; Membro Efetivo da Academia de Letras de Araguaína e Norte Tocantinense; Membro Pesquisador do NURBA; Coautor do Hino Oficial de Rondonópolis - MT. Possui vários artigos publicados em Revistas Especializadas e eventos científicos, além de 17 livros editados, entre eles: "Ensaio Geográficos e Interdisciplinaridade Poética" na 5ª Edição e TANGARÁ DA SERRA; Nova Fronteira Agrícola e Sua Urbanização" na 3ª Edição.

Elizeu Ribeiro Lira

Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP. P. P. SP. (2004); Mestre em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP. P. P. SP (1995); Especialista em Educação Brasileira / Metodologia do Ensino Superior pela Universidade Federal de Goiás UFG (1992); Graduado em Geografia pelo Centro Universitário de Brasília (1987); Coordenador do Mestrado em Geografia da Universidade Federal do Tocantins Campus de Porto Nacional (2011 a 2014); Coordenador do Núcleo de Estudos Urba-

nos, Regionais e Agrários – NURBA / UFT; Diretor e membro do conselho editorial da Revista Produção Acadêmica (ISSN-1809-2756); Membro do conselho editorial da revista Plurais (Anápolis) (ISSN-1807-9083); membro da equipe editorial da Revista do Laboratório de Geografia Agrária da USP (ISSN -1808-1150); Atualmente é Professor Adjunto no Curso de Geografia da Universidade Federal do Tocantins Campus de Porto Nacional –TO; Professor Permanente do Mestrado em Geografia na UFT campus de Porto Nacional -TO e do Mestrado Profissional em Educação da UFT - Campus de Palmas; músico popular e crítico literário. Possui experiência na área de Geografia humana, com ênfase em Geografia Agrária, Urbana, Regional e do Território, atuando principalmente nos seguintes temas: a questão agrária, ensino de geografia, movimentos sociais no campo e na cidade, território e territórios indígenas, cidade, produção do espaço urbano, e comunidades tradicionais.

Marivaldo Cavalcante da Silva

Dr. em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia com trabalho na área de geografia da saúde abordando Leishmaniose Visceral. Mestre em Geografia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Licenciado pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Prof. Dr. do curso de Geografia em Araguaína-TO UFT. Prof. no Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território. Atua nas áreas relacionadas com a sociedade, natureza e o desenvolvimento, Degradação ambiental, uso e gestão dos recursos hídricos e geografia da saúde. Coordenou o curso de geografia do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR) no campus de Araguaína-TO entre Agosto de 2011 a outubro de 2017.

Roberto de Souza Santos

Possui graduação em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso – Campus De Rondonópolis (1993), mestrado em Planejamento Urbano pela Universidade de Brasília (1999) e doutorado em GEOGRAFIA pelo Instituto de Geociências, UNESP, Rio Claro, SP (2006). Concluiu o curso de doutorado em 16 de maio de 2006. É Pós-doutor pela Instituto de Estudos Socioambientais - Programa de Pós-graduação do curso de Geografia da Universidade Federal de Goiás - Goiânia concluído em 2013. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Regional, atuando principalmente nos seguintes temas: produção do espaço geográfico, educação e espaço geográfico, meio ambiente, sociedade-natureza, urbanização; correntes do pensamento geográfico. É professor associado III, professor do Mestrado em Geografia na UFT-Campus Porto Nacional e no curso de Geografia de Porto Nacional-TO/UFT.

Alberto Pereira Lopes

Possui graduação em Licenciatura Em Geografia pela Universidade Federal da Paraíba (1991), mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia(2001) e doutorado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo(2009). Atualmente é Professor da Universidade Federal do Norte do Tocantins, Revisor de periódico da Revista de Geografia Agrária - Campo e território, Revisor de periódico da Revista de Direito da Cidade, Revisor de periódico da Contemporâneos: Revista de Artes e Humanidades (Online), Revisor de periódico da Bioikos e Revisor de periódico da Revista Ciência em Extensão. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Humana. Atuando principalmente nos seguintes temas: Reforma agrária, Espaço geográfico.

Tiara Lima da Silva

Graduada em Geografia (Licenciatura) pela Universidade Federal do Tocantins – Campus Araguaína.

Sani Lúcia S. Silva

Graduada em Geografia (Licenciatura) pela Universidade Federal do Tocantins – Campus Araguaína.

Jovina dos Reis Neto

Graduada em Geografia (Licenciatura) pela Universidade Federal do Tocantins – Campus Porto Nacional.

João Carlos Santiago Nery

Possui graduação em Enfermagem pelo Instituto Tocantinense Presidente Antônio Carlos (2013). É mestrando no Programa de Pós Graduação em Estudos de Cultura e Território pela Universidade Federal do Tocantins (UFT) Tem experiência em Assistência e Gestão da Atenção Primária atuando no programa Mais IDH pela Força Estadual de Saúde do Maranhão (FESMA). É servidor público, atuando como Papiloscopista da Polícia Civil do Estado do Tocantins, com ênfase em identificação humana. Atua como Perito Judicial e Extrajudicial, na área de Identificação Humana, em processos judiciais cíveis e trabalhistas.

Rodrigo Dias Delmondes

Licenciado em Geografia pela Universidade Federal do Tocantins, Campus de Araguaína. Integrante dos grupos de pesquisas em: Grupo de Estudos Agrários e

Direitos Humanos - GEADH; Estudos Geográficos da Amazônia e Tocantins - GE-GATO. Participou dos Projetos de pesquisas: Trabalho escravo contemporâneo: a invisibilidade de um novo tempo; Lugares e Identidades Territoriais: os Ribeirinhos dos Rios Araguaia e Tocantins no Norte do Tocantins, Amazônia Legal. Além de ter participado de trabalho de extensão: Diagnóstico do trabalho escravo no Brasil entre 2016-2020; como também participou de seminários internacionais e nacionais sobre a geografia agrária com apresentação de trabalho oral.

Katiane da Silva Santos

Doutoranda em Geografia pela Universidade Federal do Pernambuco - UFPE. Mestra em Estudos de Cultura e Território (2018) pela Universidade Federal do Tocantins - UFT. Especialista em Formação Docente em Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável (2020) pelo Instituto Federal do Tocantins. Especialista em Educação, Pobreza e Desigualdades Sociais (2017) e em Geografia: Desenvolvimento Regional e Urbano (2009) e Geógrafa Licenciada (2008) ambas pela Universidade Federal do Tocantins - UFT. Atua como Professora de Geografia na Educação Básica e Pesquisadora na área de Geografias sócio-culturais com ênfase em Comunidades Tradicionais Quilombolas; Educação e Relações Étnico-raciais; Educação e Desigualdades Sociais; e Educação Ambiental.

GEOGRAFIA TOCANTINENSE: URBANIZAÇÃO, TERRITÓRIO, REGIÃO E DINÂMICAS SOCIAIS

O presente livro vem com a proposta de expor os mais diversos processos de urbanização, territorialização, regionalização e as dinâmicas sociais que se desenrolam ou desenvolvem em território tocantinense. A referida coletânea de artigos contou com a contribuição científica de treze autoras e autores, resultando em onze capítulos que retratam um Tocantins pouco visto e pouco falado nos noticiários e nas agendas políticas.

